Jornal do Comércio

2º Caderno

Porto Alegre, segunda-feira, 23 de março de 2026 - Nº 210 - Ano 93

PUBLICIDADE LEGAL

Lula diz que é preciso construir estoque regulador de petróleo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendeu nesta sexta-feira que a Petrobras tenha um estoque regulador de petróleo para evitar variações no preço do produto no Brasil. Lula disse que essa "não é uma coisa rápida", que leva algum tempo para ser elaborada, e argumentou a favor da medida.

"A vida inteira eu acreditei que a Petrobras tinha estoque regulador. Se não para a guerra, pelo menos para a greve. Mas na verdade não tinha estoque regulador. Então, eu falei para a Magda (Chambriard, presidente da Petrobras): Isso não é uma coisa rápida, leva tempo, mas é uma coisa estratégica que a Petrobras e o governo tem que pensar", afirmou o presidente.

"(Vejam) O que está acontecendo hoje. E se essa guerra (no Irã) durar 30 dias? E se essa guerra durar 40 dias? E se o Irã não deixar sair nenhum barril de petróleo do estreito de Ormuz?", questionou Lula.

O presidente comparou esse estoque regulador às reservas internacionais do Brasil. Brincou que "muita gente" fala para ele usar o dinheiro das reservas para "fazer coisas", mas disse que não pode fazer isso. "Muita gente fala para mim: 'Por que você não tira uns 100 bilhões da reserva para fazer as coisas que você precisa fazer?'. Eu vou ter que encontrar um jeito de fazer sem mexer na reserva. Eu não posso mexer na reserva, porque ela é o que garante a soberania desse país", declarou.

Lula falou sobre as medidas que o governo tem adotado para evitar grandes variações no preço dos combustíveis no Brasil, em especial o óleo diesel. Criticou, porém, donos de postos de combustível por aumentarem o valor mesmo assim.

"Todo mundo tem o direito de ganhar dinheiro. Todo mundo tem o direito de ter sua empresa, ter seu posto de gasolina, ter sua distribuidora e ter o seu lucro. Agora, ninguém pode ter lucro às custas do sofrimento dos outros", afirmou.

Prefeitura Municipal de Nova Pádua

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026

Registro de preços p/ eventual aquisição de materiais de expediente e limpeza diversos p/ as secretarias municipais. Propostas: das 16h de 23/03/2025 até às 9h de 10/04/2025. Abertura: 10/04/2025 às 9h. Disputa de Preços: 10/04/2025 às 13:30h, no www.pregaobanrisul.com.br. Edital: www.novapadua.rs.gov.br, www.pregaobanrisul.com.br e www.pncp.gov.br. Nova Pádua , 23/03/2025. **Itamar Bernardi,** Prefeito

Prefeitura Municipal de Esmeralda

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 06/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de obra de Pavimentação Asfáltica na Rua São José, no Município (menor preço por item). Abertura: 08/04/2026 às 9h, no https://www.portaldecompraspublicas.com.br, acesso identificado. Edital: compras.licitacao@esmeraldars.net, www.esmeralda.rs.gov.br ou https://www.portaldecompraspublicas.com.br. Esmeralda, RS, 20/03/2026.

Ailton de Sá Rosa, Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUÍPE

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 08/2026 **Objeto:** AQUISIÇÃO DE CALCÁRIO DOLOMITICO PRNT 70% EM BAG DE 01 TONELADA. **Abertura:** 03/04/2026. **Horário:** 09h .Osório Ribeiro Nardes 152, 553336:0000. https: www.catuipe.rs.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br

Catuípe/RS, 23 de março de 2026.

JAIR ETORE RIGOTTI, Prefeito Municipal de Catuípe, em exercício.

CARDOSO MARQUES S.A. - COMÉRCIO DE DERIVATIVOS DE PETRÓLEO

CNPJ/MF: N° 96.300.280/0001-22 - NIRE: 43300014070

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Cardoso Marques S.A. Comércio de Derivativos de Petróleo para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 30 de março de 2026, às 14:30 horas em primeira convocação, e às 15:00 horas em segunda convocação, na sede social localizada na Rua Francisco José Lopes, nº 486, Bairro Pitangueiras, Santo Antônio da Patrulha/RS, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1. Extinção das filiais da Companhia situadas em: (i) Santo Antônio da Patrulha/RS (CNPJ 96.300.280/0003-94); (ii) Passo Fundo/RS (CNPJ 96.300.280/0005-56); (iii) Torres/RS (CNPJ 96.300.280/0002-03); e (iv) Osório/RS (CNPJ 96.300.280/0006-37); 2. Eleição, remuneração e posse da diretoria para o triênio 2026 a 2028; 3. Rerratificação do item "b" da Ordem do Dia da "Ata de Reunião de Diretoria n. 20", de 23/07/1974 (Arquivada sob nº 404327 em 08/04/1975); 4. Assuntos gerais.

Santo Antônio da Patrulha/RS, 20 de março de 2026.

Paulo Henrique Oliveira Marques – Diretor Presidente.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SINDASSEIO

SINDASSEIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente Edital, faço saber que na quinta-feira, dia 07 de abril de 2026, no auditório da sede desta entidade, sita na Av. Paraná, nº 999 – Bairro São Geraldo, nesta capital, será realizada, às 08h30min, em primeira convocação, e às 08h45min em segunda e última convocação, ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA para a discussão e aprovação das contas relativas a gestão da diretoria no exercício financeiro anterior e para ciências das principais ocorrências verificadas no mesmo exercício, na forma do artigo 46 do Estatuto Social.

Porto Alegre, 23 de março de 2026.

Adriana Maia Mello - Presidente

SLC AGRÍCOLA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ 89.096.457/0001-55 - NIRE 43300047521

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A SLC Agrícola S.A. vem pelo presente convocar os senhores acionistas da Companhia para se **reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 28 de abril de 2026, às 11h00min** ("AG"), de modo exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia ("Plataforma"), nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81/22 ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas contas dos Administradores, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, assim como o Parecer dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria Estatutário. 2. Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício social e ratificar distribuição de dividendos, nos termos da proposta apresentada pela Administração. 3. Fixar a remuneração anual global dos Administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Rerratificar a ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 2025, para ajustar os valores das reservas para as quais parte do lucro de 2024 foi destinado. Informações Gerais: Os acionistas ou procuradores que desejarem participar remotamente, por meio da Plataforma, deverão realizar seu pré-cadastro, impreterivelmente, até o dia **26 de abril de 2026 (inclusive)**, mediante acesso ao link: https://assembleia.ten.com.br/556402648. Ao acessar o link acima, o acionista será convidado a realizar um cadastro com login e senha único. A seguir, deverá anexar a documentação necessária adiante descrita, e participar e votar na assembleia através do preenchimento do Boletim de Voto à Distância ou participação e votação ao vivo na data da assembleia. Mais detalhes e informações relevantes e necessárias à orientação do Acionista estão contidas na Proposta de Administração, disponíveis nos sites de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.slcagricola.com.br/) e da CVM (http://sistemas.cvm.gov.br/). A Companhia solicita que os acionistas cadastrem na Plataforma os seguintes documentos: Documentação necessária para habilitação de acionistas e representantes: 1. Acionista Pessoa Física: Documento de identidade com foto; * 2. Representante: Documento de identidade com foto do representante; 2.A. Outorgante Pessoa Física: Documento de identidade com foto. * Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso. ** 2.B. Outorgante Pessoa Jurídica: Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado; Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso; ** Regulamento do fundo (para fundos de investimento). Ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à assembleia (para fundos de investimento). * Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida; ** Os instrumentos de mandato deverão ter sido outorgados há menos de 1 (um) ano. A Companhia ressalta que fica a cargo do acionista e representante a responsabilidade pela veracidade e integridade dos documentos apresentados, sujeitos a responderem pelo artigo 299 do código penal de Falsidade Ideológica. Nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação no prazo estabelecido. Após a devida análise do cadastro do Acionista, a Companhia disponibilizará um e-mail contendo novas informações para acesso à Plataforma que transmitirá a AG, devendo o acionista que não receber tal informação até 24 horas antes da data de realização da AG, entrar em contato com o Departamento de Relações dom Investidores através do e-mail ri@slcagricola.com.br com cópia para juridico@slcagricola.com.br. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta AG, dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. A Companhia adotará para esta AG o procedimento de voto à distância, conforme previsto na Resolução CVM 81. Assim, o Acionista que optar por exercer direito de voto à distância por meio do Boletim de Voto à Distância, poderá preenchê-lo observadas as orientações e enviá-lo, conforme orientações abaixo: (1) À COMPANHIA: o acionista deverá se cadastrar no link https://assembleia.ten.com.br/556402648 indicando a opção de participação "via Boletim de Voto à Distância", acompanhado da documentação necessária, preencher os campos de opções de voto na guia "ASSEMBLEIA" e confirmar seu voto. Dessa forma, o acionista é considerado presente e seus votos válidos, sem precisar comparecer na data e horário marcado para a assembleia. De acordo com o art. 27 da Resolução CVM 81, a Companhia estabelece que o sistema eletrônico será o único meio de envio de Boletim de Voto à Distância (BVD) diretamente à Companhia, excluindo a possibilidade de envio por correio postal ou e-mail. (2) AO AGENTE DE CUSTÓDIA: para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus Agentes de Custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal. (3) AO BANCO ESCRITURADOR: essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas no BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM que é o escriturador da Companhia. Os acionistas que possuem posição no escritural e cadastro atualizado receberão um e-mail para votarem através de um link disponibilizado pelo Escriturador. Os acionistas que não receberem este e-mail podem solicitar as informações para voto pelo e-mail escrituracao.acao@btgpactual.com. (4) AO DEPOSITÁRIO CENTRAL: Os acionistas podem encaminhar seus votos diretamente ao depositário central, observadas as regras por ele determinadas para a emissão das instruções de voto via Boletim. A Companhia alerta que, em qualquer dessas hipóteses, o Boletim de Voto à Distância deverá ser recebido pela Companhia em até, no máximo, 4 (quatro) dias corridos antes da data de realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ou seja, até as 23h59min do dia 24 de abril de 2026. Para fins do art. 4, da RCVM 70, o percentual mínimo de participação no capital social votante da Companhia necessário para o pedido de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento). Os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, bem como os previstos na Resolução CVM 81 e no Manual para Participação de Acionistas - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Companhia, e nos sites: (www.cvm.com.br, www.b3.com.br e http://ri.slcagricola.com.br/). Ressalta-se que as orientações detalhadas para o envio do Boletim a cada uma das opções mencionadas acima encontram-se na Proposta da Administração e Manual de Participação em Assembleias, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.slcagricola.com.br/) e da CVM (http://sistemas.cvm.gov.br/). Em consonância com a prática adotada nos últimos anos, a Companhia opta por realizar esta AG em formato exclusivamente digital, de modo a ampliar a participação e a interação entre os Acionistas e a Administração, assegurando esclarecimentos imediatos e simultâneos de dúvidas, independentemente da localização dos participantes, promovendo, assim, maior transparência e eficiência na condução dos trabalhos.

Porto Alegre, 23 de março de 2026.

Eduardo Silva Logemann

Presidente do Conselho de Administração

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.

CNPJ Nº 92.791.243/0001-03 NIRE Nº 43300002799 COMPANHIA ABERTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2026, ÀS 10 HORAS

Ficam convocados os senhores acionistas da **IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada no dia 24 de abril de 2026, às 10 horas, de modo **exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica Ten Meetings ("Plataforma Digital"), nos termos do disposto no artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e 3º, da Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

I) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025;

II) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2025, com a apreciação de orçamento de capital para o exercício social de 2026 e a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia;

III) Deliberar sobre a fixação do montante da remuneração anual global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal (se instalado) para o exercício social de 2026;

IV) Instalar o Conselho Fiscal da Companhia no exercício social de 2026, com funcionamento até a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia; e

V) Caso aprovada a matéria do item "IV" acima, eleger 3 (três) membros efetivos e seus respectivos suplentes para compor o Conselho Fiscal da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

I) Alterar o *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir o número de ações em que se divide o capital social da Companhia, em razão do cancelamento de ações em tesouraria, aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 24 de setembro de 2025;

II) Deliberar sobre a proposta de aumento do capital social da Companhia mediante a capitalização das contas de reservas de lucros (reserva de retenção de lucros) no montante de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), sem emissão de novas ações;

III) Deliberar sobre a alteração do artigo 5º do estatuto social da Companhia para refletir a alteração do seu capital social e do número de ações em que o capital social se divide, caso os itens "I" e "II" acima sejam aprovados; e

IV) Consolidar o estatuto social da Companhia, a fim de refletir as alterações propostas no item "III" acima, se aprovadas.

Informamos, ainda, em atenção ao artigo 5º, inciso I-A, da Resolução CVM 81, que o Conselho Fiscal da Companhia será instalado caso acionistas representando, no mínimo, 2,0% (dois por cento) do capital social requeiram a sua instalação, de acordo com o artigo 4° da Resolução CVM 70.

Instruções Gerais:

Nos termos do artigo 5º, parágrafo 4º, da Resolução CVM 81, a administração da Companhia informa que AGOE será realizada em formato exclusivamente digital, reafirmando o compromisso da Companhia em facilitar a participação de seus acionistas. A administração esclarece, ainda, que a realização da AGOE de modo exclusivamente digital decorre: (i) da prática adotada pela Companhia nos últimos anos; (ii) do fato de a modalidade exclusivamente digital ser uma forma de reduzir o absenteísmo dos acionistas nas assembleias da Companhia; e (iii) do custo-benefício inerente à realização da AGOE nesta modalidade. Nesse contexto, os acionistas poderão participar por meio da Plataforma Digital ou do envio do Boletim de Voto.

Nos termos do §1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e da decisão do I. Colegiado da CVM no processo CVM RJ-2014/3578, em 04 de novembro de 2014, o acionista pode ser representado na AGOE: (i) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil), (ii) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro"), ou (iii) se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro.

A participação do acionista poderá ser:

(i) via boletim de voto a distância ("Boletim de Voto") disponibilizado pela Companhia no seu site de Relações com Investidores (www.irani.com.br/ri), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida estão mencionadas na Proposta da Administração, divulgada em 23 de março de 2026 ("Proposta da Administração"); ou

(ii) virtual, por meio da Plataforma Digital, pessoalmente, por representante legal ou procurador devidamente constituído, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (a) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o Boletim de Voto; ou (b) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim de Voto e, caso queira, vote na AGOE via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim de Voto serão desconsideradas.

O acionista ou seu representante legal, objetivando assegurar a sua participação na AGOE, deverá acessar o endereço eletrônico **https://assembleia.ten.com.br/066140976**. Em referido endereço eletrônico, o acionista poderá (i) cadastrar e submeter o seu Boletim de Voto à Companhia, usando o campo específico da Plataforma Digital, anexando todos os documentos necessários para a submissão do Boletim de Voto diretamente à Companhia descritos na Proposta da Administração, com, no mínimo, 4 (quatro) dias de antecedência da data designada para a realização da AGOE, ou seja, até o dia 20 de abril de 2026, e (ii) preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação digital na AGOE descritos na Proposta da Administração, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da AGOE, ou seja, até o dia 22 de abril de 2026.

Nos termos do artigo 27, §7º, da RCVM 81, o envio do Boletim de Voto diretamente à Companhia deverá ser realizado exclusivamente por meio da Plataforma Digital.

Nos termos do §3º do art. 6º da Resolução CVM 81, os acionistas que não realizarem o procedimento de cadastro e habilitação para participação virtual na AGOE no prazo acima mencionado, contendo todos os documentos necessários, não poderão participar da AGOE.

A Companhia esclarece que dispensará a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o *upload* de cópia simples das vias originais de tais documentos quando do cadastramento do acionista, bem como da tradução simples de referidos documentos estrangeiros.

A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões do Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica.

As demais orientações e informações para a participação virtual na AGOE, bem como todos os documentos relativos à ordem do dia, devem ser consultados na Proposta da Administração da Companhia, disponível nos websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Companhia (www.irani.com.br/ri). Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri@irani.com.br ou pelo telefone +55 (51) 3303-3893 (ramal 1071).

Porto Alegre, 23 de março de 2026.

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.
Péricles Pereira Druck
Presidente do Conselho de Administração

QUERO-QUERO VERDECARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ sob n° 01.722.480/0001-67 | NIRE n° 4330004716-4

Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas

Avisos - As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço: https://d.jornaldocomercio.com/publicidade-legal e no site da companhia em: https://www.verdecard.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Lojas Quero-Quero S.A., e tem como principais negócios a administração de cartões de crédito, próprio ou de terceiros, promovendo para tanto, o cadastro, a cobrança extrajudicial e as demais medidas correlatas necessárias à consecução do seu objeto social. A Companhia opera no mercado de cartões de crédito pós-pago, na gestão de conta de pagamento pré-paga e tem como principal objetivo dar suporte ao crescimento do segmento de varejo operado pela Lojas Quero-Quero S.A. Portanto, seu propósito é fornecer soluções de meios de pagamento e de crédito para seus clientes, que podem ser utilizadas tanto nas lojas da controladora quanto em estabelecimentos comerciais terceiros, com o intuito de assegurar aos clientes uma plataforma transparente, completa e sustentável, agregando valor ao negócio e aos clientes.

Durante o segundo semestre de 2025, todas as linhas de negócio operadas pela VerdeCard mantiveram trajetória de crescimento, refletindo a consolidação da Companhia como uma plataforma robusta de soluções de pagamento, com foco na emissão de cartões de crédito e na oferta de serviços financeiros.

• Cartão Pós-Pago: O volume transacionado por meio dos cartões pós-pagos totalizou R$ 2,0 bilhões no período , o que representa um crescimento de 21% em relação ao segundo semestre de 2024. Esse desempenho está sustentado por campanhas direcionadas ao aumento da utilização do cartão como meio de pagamento principal pelos clientes ativos. A parceria com a ELO Serviços S.A. continua sendo estratégica para ampliar o alcance da VerdeCard em regiões onde as lojas físicas da Lojas Quero-Quero ainda estão em processo de consolidação, ajudando a fortalecer o posicionamento da marca em novos mercados. O cartão pós-pago permanece como a principal frente de negócios da Companhia, fornecendo crédito acessível ao consumidor final, com forte aderência no varejo.

• Cartão Pré-Pago (débito): A modalidade de cartão pré-pago apresentou crescimento de 32% frente ao segundo semestre de 2024, totalizando R$ 41 milhões transacionados. Apesar do volume transacionado ainda não representar um impacto significativo no resultado da Companhia, o avanço consistente reforça o potencial de desenvolvimento desta linha, impulsionado majoritariamente pela penetração deste serviço na base de clientes ativos do cartão de crédito.

• Conta Pré-Paga: O saldo médio em contas de pagamento pré-pagas cresceu 38% no período, refletindo maior fidelização da base de clientes e maior utilização da conta como instrumento de gestão financeira no dia a dia. Esse indicador reforça a tendência de aceitação do produto como parte integrante do ecossistema VerdeCard, que tem sido cada vez mais percebido por nossos clientes como uma solução completa em meios de pagamento.

• Pix: As transações via Pix mantiveram ritmo acelerado de crescimento, totalizando R$ 2.990 milhões no segundo semestre de 2025, com 16,2 milhões de operações realizadas. Ainda que o Pix já seja amplamente utilizado no país, os dados da Companhia indicam uma adoção crescente por parte dos nossos clientes, que cada vez mais concentram suas transações no ambiente digital da VerdeCard.

O desempenho positivo do semestre é resultado da capacidade da VerdeCard de adaptar seus produtos às demandas do mercado, aliando inovação, agilidade e foco na experiência do usuário. A Companhia encerrou o semestre com uma posição de caixa sólida e adequada cobertura de capital, em conformidade com os requisitos prudenciais. Essa estrutura financeira saudável garante resiliência e flexibilidade para absorver o crescimento das operações e seguir investindo em tecnologia, expansão comercial e novos serviços. A Administração reforça seu compromisso com a sustentabilidade do negócio, a excelência na prestação de serviços e a geração de valor de longo prazo alinhado aos interesses dos parceiros comerciais e às necessidades dos clientes.

BALANÇO PATRIMONIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

ATIVO

	Notas Explicativas	31/12/25
Disponibilidades	5	**2.683**
Instrumentos financeiros		**674.281**
Relações interfinanceiras	6	60.460
Títulos e valores mobiliários	5 e 7	138.337
Operações de cartões de crédito	8	469.875
Outros créditos	9	5.609
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	**(11.169)**
Ativos fiscais correntes e diferidos	16 b)	**10.469**
Devedores por depósitos em garantias de contingências	15 d)	**1.450**
Outros ativos		**1.616**
Outros créditos	9	1.254
Outros valores e bens	11	362
Investimentos		**14**
Imobilizado de uso	12	**46**
Imobilizado		611
(-) Depreciação acumulada		(565)
Intangível	13	**34.107**
Intangível		64.845
(-) Amortização acumulada		(30.738)
Total do Ativo		**713.497**

PASSIVO

	Notas Explicativas	31/12/25
Depósitos e demais instrumentos financeiros		**22.357**
Depósitos	14	18.772
Relações interfinanceiras e interdependências	6	3.585
Outras obrigações		**570.571**
Fiscais e previdenciárias	17 a)	1.858
Diversas	17 b)	568.713
Provisões para riscos	15 a)	**7.711**
Obrigações fiscais correntes e diferidas	16 b)	**2.102**
Patrimônio líquido	19	**110.756**
Capital social		56.250
Reservas de capital		13.500
Reservas de lucros		41.006
Total do Passivo		**713.497**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas Explicativas	2º Semestre de 2025	31/12/25
Resultado de intermediação financeira	20	**43.419**	**93.508**
Títulos e valores mobiliários		43.419	93.508
Outras receitas e despesas administrativas e operacionais		**(21.832)**	**(57.512)**
Receitas de prestação de serviços	21	59.974	114.821
Despesas de pessoal	21	(17.984)	(35.625)
Outras despesas administrativas	21	(23.187)	(45.120)
Despesas tributárias	16 a)	(9.760)	(18.696)
Outras receitas e despesas operacionais	21	(27.055)	(63.306)
Despesas de depreciação e amortização		(2.104)	(4.174)
Despesas com provisões para riscos	15 b)	(1.716)	(5.412)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	**(1.332)**	**(510)**
Resultado operacional		**20.255**	**35.486**
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**20.255**	**35.486**
Imposto de renda e contribuição social	16 a)	**(1.160)**	**(6.809)**
Provisão para imposto de renda		(1.376)	(5.306)
Provisão para contribuição social		(986)	(3.494)
Ativo fiscal diferido		1.202	1.991
Participações no lucro		**(27)**	**(1.121)**
Lucro líquido		**19.068**	**27.556**
Lucro líquido por ação (R$)		0,33899	0,48988
Quantidade média ponderada de ações (mil)		56250	56250

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	2º Semestre de 2025	31/12/25
Lucro líquido	19.068	27.556
Resultado abrangente líquido do semestre e exercício	**19.068**	**27.556**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	2º Semestre de 2025	31/12/25
Atividades operacionais		
Lucro líquido	**19.068**	**27.556**
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa e equivalentes de caixa aplicado nas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	2.103	4.173
Ativos fiscais diferidos	(1.202)	(1.991)
Provisões para riscos	1.716	5.412
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.332	510
Resultado de investimentos	(1)	1
Encargos financeiros sobre empréstimos de partes relacionadas	(5.362)	(6.839)
Lucro líquido ajustado	**17.654**	**28.822**
Variação de ativos e obrigações		
Aumento em títulos e valores mobiliários	(1)	(4)
Aumento em relações interfinanceiras	(29.668)	(40.386)
Aumento em ativos fiscais correntes	(1.981)	(2.003)
Aumento das operações de cartões de crédito	(127.202)	(177.080)
Redução em outros créditos	5.295	12.577
Aumento em depósitos	5.616	8.539
Aumento em outras obrigações	121.243	150.510
Obrigações fiscais correntes e diferidas	2.279	6.045
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.491)	(6.015)
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais	**(10.256)**	**(18.995)**
Atividades de investimento		
Aquisição Alienação de imobilizado de uso	(9)	(9)
Aquisição Alienação de intangível	(2.906)	(6.325)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	**(2.915)**	**(6.334)**
Atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital pagos	(15.568)	(18.032)
Empréstimos de recursos de partes relacionadas	-	(113.214)
Recebimento de juros de recursos de partes relacionadas	6.839	6.839
Recebimento do valor principal de recursos de partes relacionadas	113.214	113.214
Caixa líquido proveniente de (aplicado em) atividades de financiamento	**104.485**	**(11.193)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**91.314**	**(36.522)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	49.702	177.538
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	141.016	141.016
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**91.314**	**(36.522)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reservas Especiais de Lucro	Reservas de Lucros: Reservas de Investimentos	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**56.250**	**13.500**	**1.171**	**5.706**	**24.735**	**-**	**101.362**
Complemento perda esperada por créditos de liquidação duvidosa - Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21	-	-	-	-	-	(2.594)	(2.594)
Saldo em 01 de janeiro de 2025	**56.250**	**13.500**	**1.171**	**5.706**	**24.735**	**(2.594)**	**98.768**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	27.556	27.556
Destinação:							
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(15.568)	(15.568)
Reserva legal	-	-	1.378	-	-	(1.378)	-
Reserva de Investimento	-	-	-	-	8.016	(8.016)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**56.250**	**13.500**	**2.549**	**5.706**	**32.751**	**-**	**110.756**
Saldos em 30 de junho de 2025	**56.250**	**13.500**	**1.171**	**5.706**	**24.735**	**5.894**	**107.256**
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	19.068	19.068
Destinação:							
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(15.568)	(15.568)
Reserva legal	-	-	1.378	-	-	(1.378)	-
Reserva de Investimento	-	-	-	-	8.016	(8.016)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**56.250**	**13.500**	**2.549**	**5.706**	**32.751**	**-**	**110.756**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Quero-Quero VerdeCard Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Cachoeirinha, na Avenida General Flores da Cunha, 1943, Sala 01 - RS, controlada pela Lojas Quero-Quero S.A., e tem como principais negócios a administração de cartões de crédito, próprio ou de terceiros, promovendo para tanto, o cadastro, a cobrança extrajudicial e as demais medidas correlatas necessárias à consecução do seu objeto social. A Companhia tem contrato de parceria não exclusiva com instituições financeiras terceiras que são responsáveis pelo financiamento das operações que envolvem cobrança de juros realizadas aos seus clientes, sendo remunerada por tais instituições pela utilização da base de clientes, canais e infraestrutura operacional para exploração de produtos financeiros com base em percentual calculado sobre os resultados obtidos, além de prestação de serviços pela utilização de recursos da Companhia.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de elaboração - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do BACEN. A Companhia optou pela dispensa da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores, conforme disposto no art. 102 da Resolução BCB n° 352/23. Ademais, a Companhia adota critérios de apresentação em suas demonstrações financeiras observando os critérios de elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos na Resolução BACEN nº 2/20, e normativos complementares para os quais destacamos: Balanço patrimonial - A Companhia optou por aderir ao formato de apresentação das demonstrações financeiras com a apresentação das contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem segregação entre circulante e não circulante. As aberturas por prazo de realização e exigibilidade para os grupos de ativos e passivos relevantes estão apresentadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, conforme opção prevista no artigo 23 da Resolução BACEN n° 2/20. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia. Adicionalmente, foram elaboradas pressupondo sua continuidade operacional, o qual contempla a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal dos negócios. As demonstrações financeiras referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 foram analisadas e aprovadas pela Administração da Companhia em 04 de março de 2026 e são apresentadas em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra maneira, que é também a moeda funcional da Companhia.

2.2. Processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") - Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23: Ambas as resoluções emitidas estão vigentes e foram adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2025, produzindo impactos sobre suas demonstrações financeiras. A Resolução CMN nº 4.966/21, e alterações posteriores, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil. O objetivo é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais. A Resolução BCB n° 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023 e estabeleceu procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros, aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas. Concomitante à mudança trazida pelas resoluções está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. O Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. A Companhia incorreu em um incremento de adoção inicial no valor das perdas esperadas associada ao risco de crédito em função da nova metodologia de provisão, no montante de R$ 2.594 líquido dos efeitos tributários, que foi ajustado diretamente em conta de lucros acumulados do patrimônio líquido. A Companhia na elaboração destas demonstrações financeiras adotou somente os pronunciamentos aprovados pelo BACEN e vigentes no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

3 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

3.1. Moeda funcional e de apresentação - As demonstrações financeiras da Companhia, estão apresentadas em Reais (R$), sendo esta a sua moeda funcional e de apresentação, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.524/16.

3.2. Apuração do resultado - O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor final, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

3.3. Classificação e mensuração de ativos financeiros - Com a entrada em vigor da Resolução BCB n° 352/23, a partir de 1º de janeiro de 2025, a Companhia passou a classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

• Custo amortizado: quando o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

• Valor justo por meio do resultado: quando o ativo financeiro não atender aos critérios de classificação de custo amortizado e de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros é determinado pelo modelo de negócios e pela comprovação do atendimento das condições de somente pagamento de principal e juros os fluxos de caixa contratuais (Teste de Somente Pagamento de Principal e Juros - SPPJ).

Modelo de negócios - Definido como a forma pela qual a Administração realiza a gestão de ativos financeiros para gerar fluxos de caixa contratuais, não dependendo exclusivamente de suas intenções em relação a um determinado instrumento individualmente. Os ativos financeiros podem ser administrados com o objetivo de:

• Manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais: O objetivo deste modelo de negócios é o recebimento dos fluxos de caixa contratuais de principal e juros, sendo que as vendas normalmente podem ser infrequentes e com baixo volume ou insignificantes individualmente e em conjunto, mesmo que sejam frequentes.

• Manter os ativos tanto para receber os fluxos de caixa contratuais como para venda: O objetivo deste modelo de negócios pode ser pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais e pelo eventual resgate ou venda do ativo financeiro, quanto oportuno. Neste modelo, a baixa de um ativo pela venda ou pelo resgate podem ser frequentes e a receita pode não ser somente pela coleta de fluxos de caixa contratuais. Os ativos classificados neste modelo também necessitam ser aprovados no teste de SPPI, e a categoria de mensuração resultante desse modelo de negócio é a de valor justo reconhecido em outros resultados abrangentes (VJORA - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes).

• Demais modelo de negócios: O objetivo deste modelo de negócios não é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e nem de manter os ativos tanto para receber os fluxos de caixa contratuais como para venda. Neste modelo, obter fluxos de caixa contratuais é secundário ao seu real objetivo. O teste de SPPI para os ativos dentro deste modelo é irrelevante, visto que a categoria de mensuração resultante desse modelo de negócio é a de valor justo reconhecido no resultado do período (VJR - Valor Justo por meio do Resultado).

Teste de SPPJ - As condições de somente pagamento de principal e juros os fluxos de caixa contratuais devem prever:

(I) os fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro constituem-se exclusivamente em pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal;

(II) os fluxos de caixa contratuais dos ativos subjacentes constituem-se exclusivamente em pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal; e

(III) o risco de crédito do ativo financeiro for igual ou inferior ao risco de crédito dos ativos subjacentes.

3.4. Valor justo dos instrumentos financeiros - O valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados foi derivado de preços cotados em mercado ativo ou determinados utilizando-se modelos matemáticos para precificação. As variáveis desses modelos são derivadas de informações observáveis de mercado sempre que possível, porém, quando estes dados não estão disponíveis ou não são observáveis, a Companhia pode utilizar modelagem interna para estabelecer o valor justo de seus instrumentos financeiros.

3.5. Ativo financeiro com problema de recuperação de crédito - O instrumento financeiro se caracteriza como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático), conforme regulação vigente, quando ocorrer:

(I) atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos; ou

(II) indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

A Companhia pode considerar prazo inferior aos 90 dias diante de evidência de que, nesse prazo, há redução significativa da capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações nas condições pactuadas.

3.6. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - A Companhia utiliza como prática contábil a metodologia simplificada de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos ativos financeiros, conforme estabelecido na Seção IV, Subseção II, da Resolução BCB nº 352/23. O nível de provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros com atraso superior a 90 (noventa) dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos (ativos financeiros inadimplidos) corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos no Anexo I da Resolução BCB nº 352/23, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas pela referida Resolução, sobre o valor contábil bruto do ativo.

Em complemento às provisões para perdas incorridas associadas ao risco de crédito, a Companhia, constitui provisão adicional para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para os valores a receber relativos a transações de pagamento com usuários finais. A provisão adicional corresponde ao valor resultante:

(I) Da aplicação dos percentuais definidos no Anexo II da Resolução BCB nº 352/23, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas pela referida Resolução, sobre o valor contábil bruto das operações não caracterizadas como ativo com problemas de recuperação de crédito;

(II) Da aplicação dos seguintes percentuais sobre o valor contábil bruto das operações caracterizadas como ativo com problemas de recuperação de crédito, não inadimplidas:

(a) Carteira C1: 10,0% (dez por cento);
(b) Carteira C2: 33,4% (trinta e três inteiros e quatro décimos por cento);
(c) Carteira C3: 48,7% (quarenta e oito inteiros e sete décimos por cento);
(d) Carteira C4: 39,5% (trinta e nove inteiros e cinco décimos por cento); e
(e) Carteira C5: 53,4% (cinquenta e três inteiros e quatro décimos por cento); e

(III) Da aplicação dos seguintes percentuais sobre o valor contábil bruto das operações inadimplidas:

(a) Carteira C1: 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento);
(b) Carteira C2: 3,4% (três inteiros e quatro décimos por cento);
(c) Carteira C3: 3,7% (três inteiros e sete décimos por cento);
(d) Carteira C4: 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento); e
(e) Carteira C5: 3,4% (três inteiros e quatro décimos por cento).

O montante total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito deve corresponder, no máximo, a 100% (cem por cento) do valor contábil bruto da operação.

3.7. Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa, bancos, e títulos e valores mobiliários classificados na carteira própria, com prazo original igual ou inferior a 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial.

3.8. Relações interfinanceiras - Correspondem ao registro dos montantes referentes às transações de pagamentos relativos aos valores a receber e a pagar de correspondentes bancários e de Instituições Financeiras.

3.9. Títulos e valores mobiliários - Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos sendo: (i) os títulos de renda fixa, atualizados com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos de seus respectivos vencimentos e (ii) as aplicações em fundos de investimento, atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores.

3.10. Operações de cartões de crédito - As operações de cartões de crédito referem-se a transações realizadas de compras à vista ou parceladas, dos titulares dos cartões VerdeCard, cartões estes emitidos pela Companhia, tanto na modalidade private label, quanto na modalidade de utilização em compras em estabelecimentos conveniados e são mensurados pelo seu custo amortizado. Nas transações com cartão de crédito, a Companhia transfere os recebíveis em atraso de forma definitiva e sem direito de regresso para as instituições financeiras parceiras do cartão, proporcionando por esse motivo o desreconhecimento desse contas a receber, e desta forma a Companhia não possui contas a receber de operações de crédito em atraso.

3.11. Baixa e transferência de ativos financeiros - A baixa de um ativo financeiro, conforme determinado pela Resolução BCB nº 352/23, se dá quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia, no caso as operações de cartões de crédito, são classificados como operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, onde o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação através da venda incondicional do ativo financeiro.

3.12. Passivos financeiros - Os passivos financeiros referem-se aos montantes contabilizados em depósitos a prazo e são classificados e mensurados pelo seu custo amortizado. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação a respeito do passivo é eliminada, cancelada ou vencida. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

3.13. Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas legais vigentes, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real como permitido pela legislação. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre lucro tributável excedente de R$ 240 (duzentos e quarenta mil reais). Adicionalmente, a contribuição social para a data destas demonstrações financeiras foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável. São reconhecidos os impostos diferidos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, na extensão em que sua realização seja provável. Os impostos diferidos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, são registrados na rubrica "Ativos fiscais correntes e diferidos", estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos à aprovação da Administração da Companhia. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

3.14. Incentivos fiscais - A Companhia usufrui de incentivos fiscais utilizados como redutores na apuração, ou no abatimento do imposto de renda e contribuição social devidos, como gastos com inovação tecnológica, Programa Empresa Cidadã, projetos relacionados a Lei de Incentivo à Cultura, Incentivo ao Desporto, Fundo do Idoso, Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, Programa de Apoio à Atenção Oncológica, e Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

3.15. Outros valores e bens - Referem-se a despesas pagas antecipadamente, e estão relacionadas a serviços ou produtos pagos antecipadamente nos quais os direitos e benefícios ou serviços ocorrerão nos períodos futuros e, portanto, o valor é amortizado ao longo do tempo na demonstração do resultado.

3.16. Imobilizado de uso - É reconhecido com base em seu custo de aquisição, mensalmente ajustado por suas respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

3.17. Intangível - Registrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido de amortização acumulada. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 13 que leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimado dos direitos. Ativos intangíveis referentes a desenvolvimento de software e implementação de sistemas de gestão, têm seu custo capitalizado quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão superiores ao custo, considerada sua viabilidade econômica e tecnológica, e são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. Despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas diretamente no resultado quando incorridas.

3.18. Redução do valor recuperável de ativos não-financeiros (impairment) - Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de "Outros valores e bens" e de "Ativos fiscais correntes e diferidos", são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Os saldos de intangível são submetidos a teste para a verificação de perda de valor ("impairment") sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos os custos de sua venda, e o valor em uso. Para os ativos intangíveis com vida útil definida, a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente se não houver indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável. Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado quando da baixa do ativo.

3.19. Provisões para riscos - Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado decorrente de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Quando houver expectativa de recuperação de recursos utilizados na liquidação de uma provisão, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.20. Remuneração do capital próprio - Os dividendos e os juros sobre o capital próprio declarados são reconhecidos no passivo na rubrica de "Sociais e estatutárias" e, os dividendos propostos e ainda não aprovados, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de "Reservas Especiais de Lucros".

3.21. Resultados recorrentes e não recorrentes - A Resolução BACEN nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

3.22. Lucro por ação - O lucro básico e diluído por ação da Companhia é o mesmo, uma vez que para a data destas demonstrações financeiras não existem instrumentos financeiros que poderiam potencialmente diluir o lucro por ação, e é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o período.

4 PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

A aplicação das políticas contábeis exige da Administração o exercício de julgamento e a elaboração de estimativas, que levam em conta a experiência histórica e avaliação subjetiva de riscos. Em consequência, os efeitos reais dos eventos estimados podem diferir das estimativas, exigindo sua reavaliação contínua. Os efeitos decorrentes de revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período em que a revisão ocorre, se afetar apenas esse período, e também em períodos posteriores, se a revisão afetar também períodos futuros. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado, amortização e impairment do ativo intangível, imposto de renda diferido, provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e mensuração do valor justo de instrumentos financeiros.

As demonstrações financeiras e notas explicativas completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço: https://d.jornaldocomercio.com/publicidade-legal e no site da companhia em: https://www.verdecard.com.br

DIRETORIA

Jean Pablo de Mello
Diretor Responsável

CONTADOR

Cleiton Worm dos Santos - Contador
CRCRS 090097/O

LOJAS QUERO-QUERO S.A.

LOJAS QUERO-QUERO — FAZER PARTE DA SUA VIDA É TUDO PRA GENTE.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

CNPJ sob n° 96.418.264/0218-02 | **NIRE n°** 4330002898-4

Companhia de Capital Aberto

LJQQ3
B3 LISTED
SMLL B3 · **IGCX** B3 · **ICON** B3 · **IBRA** B3 · **ISEE** B3 · **IGC-NM** B3 · **IGCT** B3 · **ITAG** B3

AVISOS

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/; https://ri.quero-quero.com.br/.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2025 apresentou uma alta volatilidade na demanda diante de um ambiente desafiador para o varejo, marcado por menor dinamismo no consumo e um cenário mais promocional. Mantivemos nossa disciplina financeira e foco no fluxo de caixa, enquanto seguimos investindo no fortalecimento das operações e, moderadamente, na expansão da Companhia. Encerramos o ano com um total de 586 lojas, após a inauguração de 21 unidades e a ampliação de nossa presença nas regiões Sul e Centro-Oeste. Começamos o ano seguindo uma tendência positiva de crescimento de vendas — iniciada com a estabilização dos volumes (número de tickets) ao final de 2022 e seguida por um aumento progressivo dos preços (ticket médio) ao longo de 2024 —, o que resultou em um forte desempenho no 1T25. Porém, após alguns trimestres de retomada do crescimento de Vendas Mesmas Lojas (SSS), observamos uma desaceleração da demanda ao longo do 2T25 e um ambiente mais promocional. Este cenário persistiu no 3T25, com uma redução adicional na demanda entre os meses de agosto e setembro, possivelmente impactada pela alta na taxa de juros e seus reflexos macroeconômicos, somada a uma forte base de comparação em 2024, que havia sido impulsionada pela demanda decorrente das graves enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul no ano anterior. Considerando o cenário vigente, optamos por reforçar o atendimento e a proposta de valor aos nossos clientes, com o objetivo de ganhar mercado mesmo em um ambiente adverso. Assim, obtivemos uma recuperação gradual e sequencial de vendas, permitindo chegar no 4T25 com desempenho de SSS superior aos dois trimestres anteriores e encerrar o ano em um patamar que permite planejar um 2026 de crescimento operacional. Mesmo em um cenário nacional de crescimento do endividamento das famílias, a inadimplência permaneceu controlada, com o índice de atraso acima de 90 dias alinhado ao histórico da Companhia. Isso foi possível através da constante revisão dos modelos de crédito e ininterrupta operação de cobrança. A pressão sobre a margem de serviços prestados permanece, decorrente da elevação da taxa Selic e do consequente aumento no custo de capital, porém já se encontra estabilizada devido aos ajustes graduais realizados nas taxas. Seguindo a estratégia historicamente adotada em relação à estrutura de financiamento, realizamos emissões de debêntures com prazos de 4,5 e 6 anos, resultando no alongamento do perfil do passivo corporativo (84% das amortizações além de 2027) e na manutenção dos spreads. Concluímos em maio a emissão da 13ª série de cotas seniores do FIDC VerdeCard, totalizando R$ 400 milhões. É importante destacar que a operação foi realizada com sucesso, mantendo o rating brAAA atribuído pela S&P Global Ratings — um reflexo da qualidade da carteira de crédito da Companhia. 2026 começa com um patamar de juros reais historicamente alto, o que impacta diretamente o custo de capital, e indiretamente, porém não menos importante, a demanda pelos nossos produtos e a oferta de crédito. No entanto, a expectativa vigente é de redução das taxas de juros, o que historicamente possui forte correlação com o aumento de vendas. Somam-se a isso fatores como o aumento da isenção do IRPF e um ano sem eventos climáticos extremos, beneficiando o setor agropecuário das pequenas e médias cidades onde atuamos. Neste caso, acreditamos estar preparados para capturar a possível melhora do mercado, junto com a maturação das lojas abertas ao longo dos últimos anos. Seguimos firmes com a nossa estratégia de longo prazo, com foco no fluxo de caixa e em linha com o histórico da Companhia. Permanecemos orientados pelos nossos pilares estratégicos: Ganhar Mercado; Excelência em Crédito e Cobrança, Fazer Mais Com Menos, Venda Figital, e Cultura de Alto Desempenho. Confiamos que essa atuação consistente continuará impulsionando o crescimento da Companhia, mesmo diante de um cenário macroeconômico ainda desafiador para o varejo.

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2025 | Cachoeirinha, 03 de março de 2026.

RECEITA BRUTA (RBLD) CRESCE +3,8% EM 2025.

A Receita Bruta, Líquida de Devolução e Abatimentos (RBLD) cresceu 3,8% no ano de 2025, totalizando R$ 3.172,3 milhões. O indicador Vendas Mesmas Lojas (SSS) apresentou recuo de 1,8% em 2025. **O Lucro Bruto totalizou R$ 904,3 milhões no ano, queda de 2,6% frente ao ano anterior**. A margem bruta (% da RBLD) foi de 28,5% no ano (-1,9 p.p. vs. 2024). Essa queda é atribuída principalmente à redução da margem de serviços financeiros, devido ao aumento da taxa Selic, que impacta diretamente o custo de capital, e um ambiente concorrencial promocional no varejo decorrente de uma demanda fraca. **O EBITDA foi de R$151,5 milhões no ano**, redução de 36,1% frente a 2024. **O EBITDA Ajustado** pelas despesas do Plano de Opção de Compra de Ações (SOP), pelos efeitos da contabilização do IFRS-16 e itens não recorrentes registrou queda de 62,9% frente ao ano anterior, totalizando R$34,9 milhões, impactado pela desalavancagem operacional.

DESTAQUES

Informações Consolidadas (R$ milhões)	2025	2024	% 2025 vs 2024
Receita Bruta, Líquida de Devoluções e Abatimentos	**3.172,3**	**3.054,9**	**3,8%**
Receita Operacional Líquida	2.788,4	2.666,3	4,6%
Lucro Bruto	**904,3**	**928,1**	**(2,6%)**
Margem Bruta (% ROL)	32,4%	34,8%	(2,4)p.p.
Margem Bruta (% RBLD)	28,5%	30,4%	(1,9)p.p.
Despesas Operacionais	(891,1)	(822,5)	(8,3%)
EBITDA	**151,5**	**236,9**	**(36,1%)**
Margem EBITDA (% ROL)	5,4%	8,9%	(3,5)p.p.
Margem EBITDA (% RBLD)	4,8%	7,8%	(3,0)p.p.
EBITDA Ajustado[1]	**34,9**	**94,1**	**(62,9%)**
Margem EBITDA Ajustado (% ROL)	1,3%	3,5%	(2,3)p.p.
Margem EBITDA Ajustado (% RBLD)	1,1%	3,1%	(2,0)p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido	**(161,9)**	**0,1**	**N/A**
Margem Líquida (% ROL)	(5,8%)	0,0%	(5,8)p.p.
Margem Líquida (% RBLD)	(5,1%)	0,0%	(5,1)p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado[2]	**(95,2)**	**(18,1)**	**(425,0%)**
Margem Líquida Ajustada (% ROL)	(3,4%)	(0,7%)	(2,7)p.p.
Margem Líquida Ajustada (% RBLD)	(3,0%)	(0,6%)	(2,4)p.p.
Crescimento de Vendas Mesmas Lojas (SSS)	**(1,8%)**	**6,3%**	

(1) EBITDA Ajustado é uma medida não contábil da Companhia que corresponde ao EBITDA acrescido de itens não recorrentes ou não-operacionais, deduzido o impacto do IFRS16/CPC06 (R2) a partir de 2019.

(2) Lucro Líquido Ajustado é uma medida não contábil que corresponde ao Lucro Líquido acrescido de itens não recorrentes ou não-operacionais, deduzido o impacto do IFRS16/CPC06 (R2) a partir de 2019.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO CONSOLIDADO

Demonstrações do Resultado Consolidado (R$ milhões)	2025	2024	% 2025 vs 2024
Receita Bruta Líquida de Devoluções	**3.172,3**	**3.054,9**	**3,8%**
Impostos	(383,9)	(388,6)	1,2%
Receita operacional líquida	**2.788,4**	**2.666,3**	**4,6%**
Venda de mercadorias	1.807,7	1.797,1	0,6%
Serviços prestados	980,7	869,2	12,8%
Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(1.884,1)	(1.738,2)	(8,4%)
Lucro bruto	**904,3**	**928,1**	**(2,6%)**
Receitas (despesas) operacionais	(891,1)	(822,5)	(8,3%)
Vendas	(616,6)	(581,2)	(6,1%)
Administrativas e gerais	(276,3)	(267,8)	(3,2%)
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	1,8	26,5	(93,2%)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro Líquido	13,2	105,7	(87,5%)
Resultado Financeiro Líquido	(167,0)	(120,9)	(38,1%)
Despesas financeiras	(243,4)	(202,8)	(20,0%)
Receitas financeiras	76,4	82,0	(6,8%)
Lucro antes do imposto de renda, e da contribuição social	(153,8)	(15,2)	(909,8%)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(8,1)	15,4	N/A
Lucro (Prejuízo) Líquido	**(161,9)**	**0,1**	**N/A**

DESEMPENHO OPERACIONAL

A Companhia encerrou 2025 com 586 lojas, inaugurando o total de 21 novas lojas e fechando 8 lojas ao longo do ano. Em relação a 2024, o crescimento foi de 2,3% e de 1,2% na base de lojas e na área de vendas, respectivamente.

Informações Operacionais	2025	2024	% 2025 vs 2024
Total de lojas	**586**	**573**	**2,3%**
Rio Grande do Sul	307	303	1,3%
Santa Catarina	88	87	1,1%
Paraná	158	152	3,9%
Mato Grosso do Sul	15	14	7,1%
São Paulo	18	17	5,9%
Área de vendas (000s m²)	**385**	**381**	**1,2%**

Do total de 586 lojas, 23 são no formato tradicional, 382 Mais Construção I, 145 Mais Construção II e 36 Mais Construção III. Das 586 lojas, 385 lojas (66%) possuem mais de 5 anos de operação; 157 lojas (27%) entre 2 e 5 anos; e 44 lojas (7%) com até 2 anos de operação.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Receita Bruta, Líquida de Devoluções e Abatimentos (RBLD)

No acumulado do exercício, a RBLD totalizou R$ 3.172,3 milhões, representando uma variação positiva de 3,8% frente a 2024. O crescimento de receitas teve como destaque os desempenhos de Serviços Financeiros e Cartão de Crédito.

Atividades de Negócios (R$ milhões)	2025	2024	% 2025 vs 2024
Receita Bruta, Líquida de Devoluções e Abatimentos	**3.172,3**	**3.054,9**	**3,8%**
Varejo	2.171,2	2.164,7	0,3%
Serviços Financeiros	893,2	797,5	12,0%
Cartão de Crédito	108,0	92,7	16,5%

A atividade de negócio de Varejo apresentou crescimento de 0,3% frente a 2024, representando 68,4% das receitas totais. As Vendas de Mesmas Lojas (SSS) apresentaram uma redução de 1,8% no ano de 2025. O desempenho reflete a desaceleração da demanda observada no segundo semestre, possivelmente impactada pela alta taxa de juros e seus impactos macroeconômicos, e a base de comparação mais forte no segundo e terceiro trimestres do ano (crescimentos de +10,3% e +10,6% de SSS em 2024, respectivamente), quando as enchentes no Rio Grande do Sul impulsionaram vendas de forma pontual.

Receita de Varejo (R$ milhões) e SSS (%)

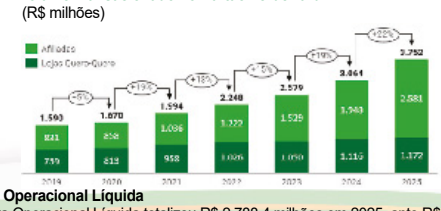
A RBLD de Serviços Financeiros totalizou R$ 893,2 milhões no ano de 2025, crescimento de 12,0% frente ao ano anterior. A carteira líquida com juros (originada pelos cartões VerdeCard) ao final do período foi de R$ 1.013,1 milhões, um crescimento de 6,0% frente a 2024. O atraso sobre a Carteira VerdeCard[1] foi de 11,1% frente a um atraso de 10,9% no final de 2024. A postura conservadora da Companhia no crédito aliada às operações de cobrança, permitiram manter sob controle os indicadores de inadimplência.

[1] Carteira bruta VerdeCard com juros (FIDC e Parcerias) e sem juros em atraso maior que 90 dias dividido pela carteira bruta VerdeCard com juros (FIDC e Parcerias) e sem juros até 360 dias, posições de final do mês.

Carteira Líquida VerdeCard
(R$ milhões)

A atividade de Cartão de Crédito apresentou crescimento de receita de 16,5% no ano de 2025. O volume transacionado com o cartão Quero-Quero VerdeCard em nossas lojas (on-us) apresentou crescimento de 5,0% no ano de 2025 frente ao ano precedente. O volume transacionado no cartão fora da loja (off-us) cresceu 32,5% no ano de 2025. Esse desempenho do cartão em estabelecimentos conveniados reflete a ampliação da base de clientes ativos, combinada a uma maior frequência de uso do cartão e maior ticket médio gasto nas transações.

Volume Transacionado no Cartão VerdeCard
(R$ milhões)



Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida totalizou R$ 2.788,4 milhões em 2025, ante R$ 2.666,3 milhões no ano de 2024, representando um crescimento de 4,6%.

Lucro Bruto - A Companhia encerrou o ano de 2025 com um Lucro Bruto totalizado no montante de R$ 904,3 milhões, retração de 2,6% frente a 2024. Devido às mudanças contábeis advindas de alterações nas regras fiscais ao longo dos anos, em nossa visão, a melhor comparação de margem é através da margem bruta sobre RBLD. Nesse critério, a margem consolidada foi de 28,5% no ano de 2025, 1,9 p.p. abaixo da margem bruta de 2024. A margem bruta sobre RBLD do varejo foi de 22,4% no ano de 2025, queda de 0,7 p.p. frente ao ano de 2024, em um ambiente concorrencial mais promocional. A margem de serviços prestados sobre a RBLD atingiu 41,7% em 2025, frente a 48,0% em 2024. A compressão da margem decorre, principalmente, do maior custo de capital associado ao nível médio mais elevado da taxa Selic em 2025 em comparação a 2024. Ainda assim, observa-se estabilização desse indicador, refletindo os ajustes graduais realizados nas taxas dos produtos que compõem a carteira.

(Em R$)	2025	2024	% 2025 vs 2024
Margens (% ROL)			
Margem Bruta	**32,4%**	**34,8%**	**(2,4)p.p.**
Margem Bruta de Venda de Mercadorias	26,9%	27,9%	(1,0)p.p.
Margem Bruta de Serviços Prestados	42,6%	49,2%	(6,5)p.p.
Margem EBITDA	**5,4%**	**8,9%**	**(3,5)p.p.**
Margem EBITDA Ajustado	**1,3%**	**3,5%**	**(2,3)p.p.**
Margem Lucro Líquido	**(5,8%)**	**0,0%**	**(5,8)p.p.**
Margem Líquida Ajustada	**(3,4%)**	**(0,7%)**	**(2,7)p.p.**
Margens (% RBLD)			
Margem Bruta[1]	**28,5%**	**30,4%**	**(1,9)p.p.**
Margem Bruta de Venda de Mercadorias[2]	22,4%	23,1%	(0,7)p.p.
Margem Bruta de Serviços Prestados[3]	41,7%	48,0%	(6,3)p.p.
Margem EBITDA	**4,8%**	**7,8%**	**(3,0)p.p.**
Margem EBITDA Ajustado	**1,1%**	**3,1%**	**(2,0)p.p.**
Margem Lucro Líquido	**(5,1%)**	**0,0%**	**(5,1)p.p.**
Margem Líquida Ajustada	**(3,0%)**	**(0,6%)**	**(2,4)p.p.**

[1] A Margem Bruta (% RBLD) = Lucro Bruto/RBLD. Utilizada para manter comparabilidade da receita devido às mudanças fiscais.
[2] Margem Bruta Venda de Mercadorias (% RBLD) = Lucro Bruto de Venda de Mercadorias/RBLD da atividade de negócios de Varejo.
[3] Margem Bruta Serviços Prestados (% RBLD) = Lucro Bruto de Serviços Prestados/RBLD da atividade de negócios de Serviços Financeiros + RBLD da atividade de negócios de Cartão de Crédito.

Despesas Operacionais

Em 2025, as Despesas Operacionais totalizaram R$ 891,1 milhões, representando um aumento de 8,3% em relação ao ano anterior.

Despesas Operacionais (R$ milhões)	2025	2024	% 2025 vs 2024
Despesas Operacionais	**(891,1)**	**(822,5)**	**(8,3%)**
Despesas com vendas	(616,6)	(581,2)	(6,1%)
Despesas Gerais e Administrativas	(276,3)	(267,8)	(3,2%)
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	1,8	26,5	(93,2%)

Despesas com vendas: crescimento de 6,1% no ano. Esse desempenho é atribuído, principalmente, às despesas adicionais decorrentes da expansão orgânica (13 novas lojas em relação ao ano anterior, crescimento de 2,3%) e à inflação de despesas. ***Despesas Gerais e Administrativas:*** crescimento de 3,2% no ano de 2025 em relação ao ano anterior, abaixo da inflação acumulada no período, resultado do trabalho interno da Companhia em conter o crescimento de despesas, mesmo diante dos efeitos da inflação e do avanço da infraestrutura de apoio à expansão. ***Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas:*** totalizaram uma receita de R$ 1,8 milhões no ano de 2025. As despesas de 2024 foram beneficiadas por um efeito não recorrente relacionado ao reconhecimento de R$ 34,2 milhões em créditos tributários, vinculados à exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS/COFINS, conforme decisão favorável do STJ, e por isso não são comparáveis.

Resultado Financeiro

Em 2025, o Resultado Financeiro Líquido representou uma despesa financeira de R$ 167,0 milhões, aumento frente à despesa de R$ 120,9 milhões em 2024, correspondendo a um crescimento de 38,1%, refletindo o aumento do custo de capital atrelado à taxa Selic.

Resultado Financeiro (R$ milhões)	2025	2024	% 2025 vs 2024
Resultado Financeiro Líquido	**(167,0)**	**(120,9)**	**(38,1%)**
Despesas Financeiras	(243,4)	(202,8)	(20,0%)
Receitas Financeiras	76,4	82,0	(6,8%)

Lucro Líquido

A Companhia registrou Prejuízo Líquido contábil de R$ 161,9 milhões no ano de 2025. O Lucro Líquido Ajustado, excluindo o efeito do Plano de Opção de Compra de Ações, o efeito da adoção do IFRS-16, itens não recorrentes e ajustes contábeis, totalizou um prejuízo de R$ 95,2 milhões no exercício. O resultado é impactado pelo não reconhecimento de ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal do exercício de 2025. Embora este ativo, que somou R$ 61,4 milhões em 2025, represente um direito da Companhia, seu reconhecimento contábil será reavaliado periodicamente.

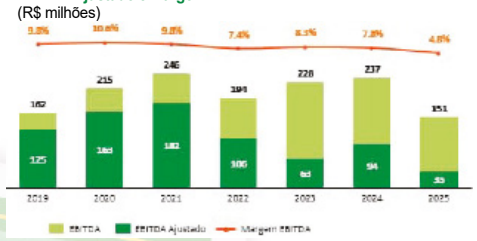
Reconciliação do Lucro Líquido Ajustado (R$ milhões)	2025	2024	% 2025 vs 2024
Lucro (Prejuízo) Líquido	**(161,9)**	**0,1**	**N/A**
Margem Líquida (% ROL)	*(5,8%)*	*0,0%*	*(5,8)p.p.*
Margem Líquida (% RBLD)	*(5,1%)*	*0,0%*	*(5,1)p.p.*
(+) Plano de Opção de Compra de Ações (SOP)	0,2	4,2	(96,4%)
(+) Impacto da adoção do IFRS16/CPC06	5,3	5,8	(8,8%)
(+) IRPJ/CSLL sobre prejuízo fiscal	61,4	–	–
(+) Itens não-recorrentes	–	(28,2)	100,0%
(=) Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado	**(95,2)**	**(18,1)**	**(425,0%)**
Margem Líquida Ajustada (% ROL)	*(3,4%)*	*(0,7%)*	*(2,7)p.p.*
Margem Líquida Ajustada (% RBLD)	*(3,0%)*	*(0,6%)*	*(2,4)p.p.*

EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA totalizou R$ 151,5 milhões no ano, uma queda de 36,1% frente a 2024. O EBITDA Ajustado, pelas despesas do Plano de Opção de Compra de Ações (SOP), pelos efeitos da contabilização do IFRS-16 e por resultados não recorrentes, totalizou R$ 34,9 milhões no exercício, uma queda de 62,9% frente a 2024.

Reconciliação EBITDA e EBITDA Ajustado (R$ milhões)	2025	2024	% 2025 vs 2024
Lucro (Prejuízo) Líquido	**(161,9)**	**0,1**	**N/A**
(+) IR, CSLL	8,1	(15,4)	N/A
(+) Resultado Financeiro Líquido	167,0	120,9	38,1%
(+) Depreciação e Amortização	138,3	131,3	5,4%
(=) EBITDA	**151,5**	**236,9**	**(36,1%)**
Margem EBITDA (% ROL)	*5,4%*	*8,9%*	*(3,5)p.p.*
Margem EBITDA (% RBLD)	*4,8%*	*7,8%*	*(3,0)p.p.*
(+) Plano de Opção de Compra de Ações (SOP)	0,2	4,2	(96,4%)
(+) Itens não-recorrentes	4,2	(34,2)	N/A
(+) Impacto da adoção do IFRS16/CPC06	(120,9)	(112,8)	(7,2%)
(=) EBITDA Ajustado	**34,9**	**94,1**	**(62,9%)**
Margem EBITDA Ajustado (% ROL)	*1,3%*	*3,5%*	*(2,3)p.p.*
Margem EBITDA Ajustado (% RBLD)	*1,1%*	*3,1%*	*(2,0)p.p.*

EBTIDA Ajustado e Margem EBTIDA
(R$ milhões)



Dívida Líquida Ajustada

Em 31 de dezembro de 2025, a Dívida Líquida Ajustada da Companhia foi de R$ 207,1 milhões. O indicador de alavancagem financeira, Dívida Líquida Ajustada dividida pelo EBITDA dos últimos doze meses, foi de 1,4x. Foi realizada a décima terceira emissão de cotas seniores do FIDC Verdecard, no dia 14 de maio de 2025, com prazo de 5 anos e totalizando R$ 400 milhões, com atribuição brAAA (sf) de rating pela Standard & Poors Global Rating. Esta emissão aumentou o prazo médio das cotas e permitiu a redução do spread médio da remuneração. Além disso, ao longo do segundo semestre de 2025, realizamos a emissão de R$ 268 milhões em debêntures, com prazos de 4,5 e 6 anos, que resultaram no alongamento do perfil do passivo corporativo e na manutenção dos spreads atuais. Devido à sazonalidade do capital de giro, historicamente observamos um consumo de caixa no primeiro semestre e uma geração de caixa no segundo.

Dívida Líquida e Dívida Líquida Ajustada (R$ milhões)	4T25	3T25	2T25	1T25	4T24	4T23
Empréstimos e Financiamentos	**582,2**	**559,5**	**496,8**	**500,0**	**534,5**	**501,3**
Circulante	95,3	178,1	231,2	197,0	196,1	111,3
Não Circulante	486,9	381,4	265,6	302,9	338,4	390,0
(-) Caixa e Aplicações Financeiras	**(599,9)**	**(530,9)**	**(624,8)**	**(330,5)**	**(653,0)**	**(531,6)**
Caixa e equivalentes de caixa	(438,3)	(374,1)	(478,8)	(169,0)	(489,9)	(421,4)
Aplicações Financeiras	(161,6)	(156,8)	(146,0)	(161,5)	(163,1)	(110,2)
Dívida Líquida	**(17,7)**	**28,6**	**(128,0)**	**169,4**	**(118,5)**	**(30,3)**
(+) Caixa e Aplicações Financeiras FIDC	**224,8**	**398,8**	**524,5**	**163,1**	**205,6**	**111,3**
Caixa e equivalentes de caixa FIDC	67,7	247,3	378,6	1,5	42,5	11,7
Aplicações Financeiras FIDC	157,0	151,5	146,0	161,5	163,1	99,6
Dívida Líquida Ajustada	**207,1**	**427,4**	**396,5**	**332,5**	**87,2**	**81,1**
Dívida Líquida Ajustada / EBITDA UDM	*1,4*	*2,4*	*2,0*	*1,8*	*0,4*	*0,4*

Investimentos

No ano, os investimentos totalizaram R$ 49,4 milhões, redução de 4,2% frente a 2024, incluindo a abertura de 21 novas lojas, a reforma e transformações de lojas, e investimentos em logística e TI.

Investimentos (R$ milhões)	2025	2024	% 2025 vs 2024
Novas lojas	9,1	11,5	(21,0%)
Reformas e Projetos em Lojas	13,7	15,9	(13,7%)
Logística, TI e Outros	26,6	24,1	10,1%
Total Investimentos	**49,4**	**51,5**	**(4,2%)**

DESTAQUES ESG

A Lojas Quero-Quero reafirma seu compromisso com a sustentabilidade ao ingressar, em 2025, no ISE B3 (Índice de Sustentabilidade Empresarial). A inclusão, somada à participação nos índices IGCT, IGCX, IGNM e ITAG, consolida nossa estratégia ESG como pilar de longevidade e decisão responsável. Esse desempenho foi reconhecido pelo Institutional Investor (All-Latin Executive Team), conquistando o 2º lugar em Melhor Programa de ESG (Small Cap & Retailing). Com quadro de 8.526 colaboradores e 1.321 promoções internas em 2025, priorizamos a formação de lideranças e a construção de um time inclusivo. Em conformidade com a Lei nº 15.177/25, que altera a Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.s), apresentamos os nossos indicadores de representatividade feminina e equidade salarial:

Colaborador por nível Hierárquico	31/12/2025 Mulheres	31/12/2025 Homens	31/12/2025 % Mulheres	31/12/2024 Mulheres	31/12/2024 Homens	31/12/2024 % Mulheres
Diretoria*	1	4	20%	1	5	17%
Gerência geral/regional	6	48	11%	10	49	17%
Gerência	224	405	36%	222	425	34%
Coordenação/Supervisão	101	91	53%	106	111	49%
Administrativo	391	329	54%	445	351	56%
Operacional	3.402	2.922	54%	3.427	3.034	53%
Estagiário	15	30	33%	18	34	35%
Aprendiz	305	251	55%	304	216	58%

Proporção da remuneração média (mulheres/homens) por nível hierárquico	2025	2024
Gerência geral/regional	1,16	1,03
Gerência	0,90	0,91
Coordenação/Supervisão	1,04	1,26
Administrativo	0,77	0,89
Operacional	0,99	0,99
Estagiário	1,00	1,00
Aprendiz	1,00	1,00

(1) Por ser uma empresa varejista, há uma complexidade de cargos, comissões, gratificações e adicionais de tempo de serviço previstos em políticas internas. Estes não fazem distinção por gênero, mas podem impactar os números apresentados, não permitindo tirar conclusões isoladas.

(2) Grupos sinalizados com asterisco (*) existem na empresa, porém possuem menos de três colaboradores em cada sexo, sendo desconsiderados da análise.

A Companhia permanece acompanhando esses indicadores como parte de seu compromisso com a diversidade e inclusão em suas práticas de gestão.

SOBRE A QUERO-QUERO

Companhia fundada em 1967, na cidade de Santo Cristo, interior do Rio Grande do Sul. A Lojas Quero-Quero é a maior varejista especializada em materiais de construção do Brasil em número de lojas, totalizando 586 lojas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Companhia oferece aos seus clientes uma solução completa em materiais de construção, complementada por eletrodomésticos e móveis. Além disso, oferece serviços financeiros através do cartão de crédito "VerdeCard".

continuação

LOJAS QUERO-QUERO S.A. - CNPJ sob n° 96.418.264/0218-02 | NIRE n° 4330002898-4

SMLL B3 · IGCX B3 · ICON B3 · IBRA B3 · ISEE B3 · IGC-NM B3 · IGCT B3 · ITAG B3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais)

ATIVO

	Notas Explicativas	Controladora 31/12/25	Controladora 31/12/24	Consolidado 31/12/25	Consolidado 31/12/24
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	173.191	257.642	438.289	489.905
Aplicações financeiras	7	4.541	-	161.586	163.107
Contas a receber de clientes	8	50.089	98.044	1.477.665	1.251.981
Estoques	10	535.669	518.113	535.669	518.113
Impostos a recuperar	11	115.163	163.209	117.355	163.422
Despesas antecipadas		7.241	9.041	5.526	8.460
Dividendos a receber	14	-	2.464	-	-
Outros créditos	13	24.395	23.892	37.274	44.854
Total ativo circulante		**910.289**	**1.072.405**	**2.773.364**	**2.639.842**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	8	20	21	83.682	75.190
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	204.058	204.084	212.403	208.741
Impostos a recuperar	11	14.856	62.798	15.073	62.991
Depósitos judiciais		6.681	7.795	8.106	8.890
Despesas antecipadas		2.627	2.728	796	893
Outros créditos	13	3.380	-	3.380	-
FIDC Verdecard	9	290.736	246.372	-	-
Total do ativo realizável a longo prazo		**522.358**	**523.798**	**323.440**	**356.705**
Investimentos	15	112.195	102.573	4	3
Imobilizado	16	614.582	647.078	614.628	647.127
Intangível	17	25.691	26.627	59.798	58.570
Total do ativo não circulante		**1.274.826**	**1.300.076**	**997.870**	**1.062.405**
Total do ativo		**2.185.115**	**2.372.481**	**3.771.234**	**3.702.247**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas Explicativas	Controladora 31/12/25	Controladora 31/12/24	Consolidado 31/12/25	Consolidado 31/12/24
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	18	457.761	451.585	457.761	451.585
Fornecedores - convênio	18	10.866	19.296	10.866	19.296
Empréstimos e financiamentos	19	95.301	196.132	95.301	196.132
Cotas seniores FIDC Verdecard	9	-	-	314.760	353.426
Passivos de arrendamento	32	82.546	78.136	82.546	78.136
Obrigações com conveniadas	31	-	-	522.078	333.432
Impostos e contribuições a recolher	22	21.917	26.838	24.372	29.310
Salários e férias a pagar		78.795	90.000	83.843	95.727
Receita diferida	23	800	8.800	1.514	9.302
Dividendos a pagar		-	21.580	-	21.580
Obrigações por repasse		16.832	23.996	16.832	23.996
Outras obrigações	24	88.790	59.003	117.928	83.007
Total do passivo circulante		**853.608**	**975.366**	**1.727.801**	**1.694.929**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	486.858	338.390	486.858	338.390
Cotas seniores FIDC Verdecard	9	-	-	687.960	590.926
Contas a pagar por aquisição de investimento	20	31	11.642	31	11.642
Receita diferida	23	2.267	3.067	18.522	20.045
Passivos de arrendamento	32	428.294	448.781	428.294	448.781
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	21	9.121	12.336	16.832	14.635
Outras obrigações	24	-	36.902	-	36.902
Total do passivo não circulante		**926.571**	**851.118**	**1.638.497**	**1.461.321**
Patrimônio líquido					
Capital social	25	505.967	482.160	505.967	482.160
Reserva de capital	25	17.833	17.683	17.833	17.683
Reserva legal	25	-	8.218	-	8.218
Reserva de incentivos fiscais	25	22.132	22.132	22.132	22.132
Reserva de lucros	25	-	15.734	-	15.734
Prejuízos acumulados		(140.583)	-	(140.583)	-
Outros resultados abrangentes	25	(413)	70	(413)	70
Total do patrimônio líquido		**404.936**	**545.997**	**404.936**	**545.997**
Total passivo e patrimônio líquido		**2.185.115**	**2.372.481**	**3.771.234**	**3.702.247**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais)

	Notas Explicativas	Controladora 31/12/25	Controladora 31/12/24	Consolidado 31/12/25	Consolidado 31/12/24
Receita operacional líquida	26	**1.875.246**	**1.870.682**	**2.788.412**	**2.666.330**
Venda de mercadorias		1.807.730	1.797.135	1.807.730	1.797.135
Serviços prestados		67.516	73.547	980.682	869.195
Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	27 e 29	**(1.340.946)**	**(1.318.979)**	**(1.884.101)**	**(1.738.193)**
Lucro bruto		**534.300**	**551.703**	**904.311**	**928.137**
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	29	(606.137)	(572.065)	(616.620)	(581.238)
Administrativas e gerais	29	(161.383)	(157.261)	(276.333)	(267.760)
Resultado da equivalência patrimonial	15	27.784	10.540	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	28 e 29	5.910	24.356	1.812	26.516
		(733.826)	(694.430)	(891.141)	(822.482)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro líquido		**(199.526)**	**(142.727)**	**13.170**	**105.655**
Resultado financeiro líquido					
Despesas financeiras	30	(249.115)	(207.236)	(243.350)	(202.837)
Receitas financeiras	30	287.940	329.057	76.372	81.950
Total do resultado financeiro líquido		**38.825**	**121.821**	**(166.978)**	**(120.887)**
Prejuízo antes do imposto de renda, e da contribuição social		**(160.701)**	**(20.906)**	**(153.808)**	**(15.232)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	(88)	-	(8.939)	(6.885)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(1.152)	21.052	806	22.263
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**(161.941)**	**146**	**(161.941)**	**146**
Atribuível aos:					
Acionistas da controladora		**(161.941)**	**146**	**(161.941)**	**146**
Lucro (prejuízo) por ação					
Básico (reais por ação)		(0,79070)	0,00075	(0,79070)	0,00075
Diluído (reais por ação)		(0,79070)	0,00075	(0,79070)	0,00075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais)

	Notas Explicativas	Controladora 31/12/25	Controladora 31/12/24	Consolidado 31/12/25	Consolidado 31/12/24
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) do exercício		(161.941)	146	(161.941)	146
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) do exercício com o caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	16 e 17	134.129	127.286	138.303	131.277
Reversão créditos fiscais depreciação e amortização		5.184	4.989	5.184	4.989
Créditos fiscais passivo de arrendamento	32	2.726	2.456	2.726	2.456
Perda estimada por créditos de liquidação duvidosa		(415)	1.387	37.311	28.185
Equivalência patrimonial	15	(27.784)	(10.540)	-	-
Perda de investimentos		-	-	(1)	-
Ganho na venda e/ou custo de ativo imobilizado e intangível baixados	28	359	649	359	649
Encargos financeiros sobre contas a pagar por aquisição de investimento	20	919	1.137	919	1.137
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e mútuos	14 e 19	89.339	69.105	82.500	67.923
Ajuste a valor presente passivo de arrendamentos	32	48.419	45.891	48.419	45.891
Plano de opção de compra de ações		150	4.189	150	4.189
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	28	(3.215)	(3.968)	2.197	(5.658)
Perda estimada em estoques	10	2.730	(188)	2.730	(188)
Apropriação receita diferida		(8.800)	(211)	(9.311)	(569)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	1.152	(21.052)	(806)	(22.263)
Lucro Ajustado		**82.952**	**221.276**	**148.739**	**258.164**
(Aumento) redução nos ativos operacionais:..					
Contas a receber de clientes e partes relacionadas		48.371	(26.046)	(275.811)	(218.782)
Estoques		(20.286)	(43.410)	(20.286)	(43.410)
Cotas subordinadas FIDC Verdecard		(44.364)	45.615	-	-
Créditos diversos		96.578	(23.928)	101.123	(28.230)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores e fornecedores convênio		(3.893)	74.145	(3.893)	74.145
Cotas seniores FIDC Verdecard		-	-	58.368	172.523
Obrigações com conveniadas		-	-	188.646	88.393
Impostos e contribuições a recolher		(4.921)	(4.832)	1.077	(1.439)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(8.824)	(6.015)	(11.323)
Outras obrigações e contas a pagar		(38.014)	26.404	(33.559)	33.605
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		**116.423**	**260.400**	**158.389**	**323.646**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras		(4.541)	10.583	1.521	(52.898)
Integralização de capital		-	(20.000)	-	-
Aquisição de imobilizado	16	(39.092)	(38.368)	(39.101)	(38.396)
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível		327	142	327	142
Adições ao intangível	17	(2.999)	(3.333)	(9.325)	(10.593)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		15.697	5.781	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(30.608)**	**(45.195)**	**(46.578)**	**(101.745)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital	25	23.807	31.597	23.807	31.597
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	25	(21.580)	(28.963)	(21.580)	(28.963)
Captação de financiamentos - terceiros	19	441.622	161.912	441.622	161.912
Pagamento de juros sobre financiamentos e mútuos	19	(87.577)	(66.546)	(80.738)	(65.364)
Pagamento do valor principal de financiamentos	19	(396.479)	(131.133)	(396.479)	(131.133)
Pagamento de passivo de arrendamentos		(130.059)	(121.402)	(130.059)	(121.402)
Recebimento de recursos de partes relacionadas		113.214	69.406	-	-
Pagamento do valor principal de recursos de partes relacionadas		(113.214)	(69.406)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(170.266)**	**(154.535)**	**(163.427)**	**(153.353)**
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**(84.451)**	**60.670**	**(51.616)**	**68.548**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	257.642	196.972	489.905	421.357
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	173.191	257.642	438.289	489.905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de Capital: Reserva de capital	Reservas de Capital: Reserva do plano de opção de compra de ações	Reservas de Capital: Gastos com emissão de ações	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de Lucros: Reserva de investimentos e expansão	Lucros ou Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2024	**450.563**	**592**	**33.804**	**(20.902)**	**8.211**	**22.132**	**39.402**	**-**	**-**	**533.802**
Aumento de capital	31.597	-	-	-	-	-	-	-	-	31.597
Plano de opção de ações	-	-	4.189	-	-	-	-	-	-	4.189
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	146	-	146
Destinação:										
Reserva legal	-	-	-	-	7	-	-	(7)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(23.772)	(35)	-	(23.807)
Reserva de investimento e expansão	-	-	-	-	-	-	104	(104)	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	70	70
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**482.160**	**592**	**37.993**	**(20.902)**	**8.218**	**22.132**	**15.734**	**-**	**70**	**545.997**
Saldos em 01 de janeiro de 2025	**482.160**	**592**	**37.993**	**(20.902)**	**8.218**	**22.132**	**15.734**	**-**	**70**	**545.997**
Complemento perda esperada por créditos de liquidação duvidosa - Adoção inicial resolução CMN 4.966/21	-	-	-	-	-	-	-	(2.594)	-	(2.594)
Aumento de capital	23.807	-	-	-	-	-	-	-	-	23.807
Plano de opção de ações	-	-	150	-	-	-	-	-	-	150
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(161.941)	-	(161.941)
Absorção de prejuízo do exercício	-	-	-	-	(8.218)	-	(15.734)	23.952	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	(483)	(483)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**505.967**	**592**	**38.143**	**(20.902)**	**-**	**22.132**	**-**	**(140.583)**	**(413)**	**404.936**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais)

	Controladora 31/12/25	Controladora 31/12/24	Consolidado 31/12/25	Consolidado 31/12/24
Receitas				
Venda de mercadorias, produtos e serviços..	2.234.591	2.234.482	3.161.157	3.041.917
Outras receitas operacionais	11.104	48.856	12.432	49.785
Perda estimada por créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	415	(1.387)	(37.311)	(28.185)
Perdas com direitos creditórios	-	-	(180.233)	(148.764)
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.446.326)	(1.436.981)	(1.780.601)	(1.688.165)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(97.248)	(91.744)	(170.894)	(162.155)
Perda e recuperação de valores ativos	(2.730)	188	(2.730)	188
Valor adicionado bruto	**699.806**	**753.414**	**1.001.820**	**1.064.621**
Depreciação e amortização	**(134.129)**	**(127.286)**	**(138.303)**	**(131.277)**
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**565.677**	**626.128**	**863.517**	**933.344**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	27.784	10.540	-	-
Receitas financeiras	287.940	329.057	76.372	81.950
Valor adicionado total a distribuir	**881.401**	**965.725**	**939.889**	**1.015.294**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e Encargos:				
Remuneração direta	356.410	346.175	377.909	367.880
Benefícios	28.142	28.818	33.844	34.235
FGTS	32.971	29.286	35.402	31.353
	417.523	**404.279**	**447.155**	**433.468**
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	136.316	114.450	157.337	132.695
Estaduais	192.227	182.654	192.227	182.654
Municipais	6.117	6.016	8.872	8.390
	334.660	**303.120**	**358.436**	**323.739**
Remuneração de capital de terceiros:				
Juros	249.115	207.236	243.350	202.837
Aluguéis	24.849	23.063	26.191	24.182
Outras	17.195	27.881	26.698	30.922
	291.159	**258.180**	**296.239**	**257.941**
Remuneração de capitais próprios:				
Dividendos e juros sobre capital próprio	(15.568)	23.807	-	23.807
Prejuízos retidos	(146.373)	(23.661)	(161.941)	(23.661)
	(161.941)	**146**	**(161.941)**	**146**
Valor adicionado distribuído	**881.401**	**965.725**	**939.889**	**1.015.294**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/25	Controladora 31/12/24	Consolidado 31/12/25	Consolidado 31/12/24
Itens não registrados em resultado	**(483)**	**70**	**(483)**	**70**
Hedge de fluxo de caixa	(732)	106	(732)	106
Impostos diferidos relacionados com hedge de fluxo de caixa	249	(36)	249	(36)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(161.941)**	**146**	**(161.941)**	**146**
Total do resultado abrangente atribuível aos acionistas da Lojas Quero-Quero S.A.	**(162.424)**	**216**	**(162.424)**	**216**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Lojas Quero-Quero S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, de capital aberto desde Agosto de 2020, listada no segmento especial de Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, com símbolo de negociação LJQQ3, com sede em Cachoeirinha, na Avenida General Flores da Cunha, 1943 - RS, e tem como principais negócios o comércio varejista em geral, principalmente de materiais de construção, eletrodomésticos e móveis, além de atividades correlatas, como importação, prestação de serviços de correspondente bancário, e intermediação de venda de garantia estendida, em atividade própria ou através das sociedades controladas Quero-Quero VerdeCard Instituição de Pagamento S.A. ("Verde") e Sentinela dos Pampas - Administradora e Corretora de Seguros Ltda. ("Sentinela dos Pampas").

A Companhia tem contrato de parceria não exclusiva com instituições financeiras terceiras que são responsáveis pelo financiamento das compras parceladas com encargos realizadas pelos seus clientes, sendo remunerada por tais instituições pela utilização da base de clientes, canais e infraestrutura operacional para exploração de produtos financeiros com base em percentual calculado sobre os resultados obtidos, além de prestação de serviços pela utilização de recursos da Companhia.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de elaboração - As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, e pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra maneira, que é também a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas pressupondo sua continuidade operacional, o qual contempla a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal dos negócios.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram analisadas pelo Comitê de Auditoria, e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 03 de março de 2026.

2.2. Bases de consolidação e investimento em controladas - As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas Verde e Sentinela dos Pampas. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia também consolida as demonstrações financeiras do FIDC Verdecard, uma vez que representa uma entidade de propósito específico onde as atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais e financeiras da Companhia, a qual está exposta à maioria dos riscos e benefícios relacionados ao fundo, através da titularidade de todas as cotas subordinadas. No processo de consolidação do FIDC Verdecard, foram feitas eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Companhia e o FIDC Verdecard.

3 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

3.1. Reconhecimento de receitas - A Companhia reconhece a receita em conformidade com o IFRS 15/ CPC 47, estabelecendo um modelo que evidencia se os critérios para a contabilização foram satisfeitos observando as seguintes etapas: (1) identificação do contrato com o cliente, (2) identificação das obrigações de desempenho, (3) determinação do preço da transação, (4) alocação do preço da transação, e (5) reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes.

A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e os descontos, além das eliminações de receitas entre partes relacionadas e do ajuste à valor presente.

A receita de vendas de mercadorias corresponde as vendas a varejo, e é reconhecida no resultado pelo seu valor justo e quando o controle inerente às mercadorias é transferido para o comprador.

A Companhia possui como principais fontes de receitas de serviços prestados a intermediação de serviços financeiros com parceiros comerciais e instituições financeiras terceiras, taxa de administração de cartões de crédito, receita de anuidade, e correspondente bancário. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado de acordo com a efetiva prestação de serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita de juros sobre ativos financeiros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia, e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade, pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro para o valor contábil líquido, na data do reconhecimento inicial desse ativo.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3. Contas a receber de clientes - Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. São demonstradas aos valores nominais, ajustados a valor presente na data do balanço, quando aplicável. A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base em análise histórica da carteira de clientes, no montante da perda de crédito esperada para sua vida inteira.

As contas a receber dos titulares de cartões VerdeCard são ativos financeiros, com recebimentos fixos ou determináveis. São incluídos como ativos circulantes, com prazo de vencimento inferior a 12 meses da data base do balanço, e as parcelas excedentes aos 12 meses estão incluídos como não circulante. Esses montantes referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito VerdeCard. O saldo de contas a receber de clientes está registrado pelo valor original da transação ajustado a valor presente.

Os direitos creditórios do FIDC Verdecard com vencimento em até 12 meses da data do balanço, estão incluídos como circulante, e as parcelas excedentes aos 12 meses estão incluídos como não circulante. Esses montantes referem-se a financiamento de compras com encargos de clientes adquiridos pelo FIDC Verdecard através de cessão definitiva de direitos creditórios originados pelas instituições financeiras terceiras e financiamento de compras sem encargos de clientes adquiridos pelo FIDC Verdecard através de cessão definitiva de direitos creditórios originados pela Verde.

3.4. Estoques - Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, deduzido de estimativa para ajustá-los aos prováveis valores de realização. As estimativas para perdas nos estoques são compostas pela perda estimada para realização de estoques que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda.

O custo médio de aquisição inclui os custos de armazenagem e manuseio, na medida que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de vendas nas lojas, deduzindo de bonificações por atingimento de metas de crescimento recebidas de fornecedores.

3.5. Bonificações - As bonificações recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos acordos comerciais assinados, e registradas ao resultado na rubrica de custo das mercadorias vendidas à medida em que os correspondentes estoques são vendidos.

3.6. Imobilizado - Os saldos de imobilizado são submetidos a teste para a verificação de perda de valor ("*impairment*") sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos os custos de sua venda, e o valor em uso.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

3.7. Intangível - Registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de amortização acumulada.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 17 que leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimado dos bens e direitos.

Ativos intangíveis referentes a desenvolvimento de *software* e implementação de sistemas de gestão, têm seu custo capitalizado quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão superiores ao custo, considerada sua viabilidade econômica e tecnológica, e são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. Despesas relacionadas à manutenção de *software* são reconhecidas diretamente no resultado do exercício quando incorridas.

Os saldos de intangível são submetidos a teste para a verificação de perda de valor ("*impairment*") sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos os custos de sua venda, e o valor em uso.

Para os ativos intangíveis com vida útil definida a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente se não houver indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

3.8. Fornecedores - convênio - Estas operações constituem em alternativa de suporte aos nossos fornecedores comerciais, não são realizadas de forma massificada e preservam características comerciais normais de negócio, tanto em preço como em prazos médios e, portanto, preservando a essência da transação.

3.9. Obrigações com conveniadas - Contas a pagar a estabelecimentos conveniados são passivos decorrentes de transações realizadas pelos portadores dos Cartões de Crédito VerdeCard nos estabelecimentos credenciados à instituição de pagamento. O saldo está registrado pelo valor original das transações, deduzido da taxa de administração, a qual é reconhecida no resultado no momento da transação.

3.10. Demais direitos e obrigações - Os demais direitos e obrigações, classificados no circulante e não circulante obedecem aos prazos de realização ou de exigibilidade e estão apresentados pelo valor de custo ou realização e por valores conhecidos e calculáveis, respectivamente, incluindo quando aplicável os rendimentos, encargos, variações monetárias e cambiais.

3.11. Provisões - Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado decorrente de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Quando houver expectativa de recuperação de recursos utilizados na liquidação de uma provisão, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.12. Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas legais vigentes, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real como permitido pela legislação.

São reconhecidos os impostos diferidos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base

continuação

LOJAS QUERO-QUERO S.A. - CNPJ sob n° 96.418.264/0218-02 | NIRE n° 4330002898-4

SMLL B3 · IGCX B3 · ICON B3 · IBRA B3 · ISEE B3 · IGC-NM B3 · IGCT B3 · ITAG B3

negativa de contribuição social, na extensão em que sua realização seja provável.
Os impostos diferidos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização. Apesar da existência de projeções internas indicando melhoria no desempenho operacional e perspectivas positivas no médio e longo prazo, o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal da Companhia relativo ao exercício de 2025 não foi reconhecido nestas demonstrações financeiras, uma vez que a Companhia considerou o estágio atual de prejuízos realizados em exercícios contábeis imediatamente anteriores.
3.13. Incentivos fiscais - A Companhia usufruiu de incentivos fiscais utilizados como redutores na apuração, ou no abatimento do imposto de renda e da contribuição social devidos, como gastos com inovação tecnológica, Programa Empresa Cidadã, projetos relacionados a Lei de Incentivo à Cultura, Incentivo ao Desporto, Fundo do Idoso, Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, Programa de Apoio à Atenção Oncológica, e Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).
3.14. Ajustes a valor presente - As operações de compras e vendas a prazo são reduzidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base nas taxas de desconto que refletam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.
O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de contas a receber e sua realização é registrada no resultado financeiro de acordo com a fruição pelo prazo de vencimento das contas a receber.
O ajuste a valor presente das compras a prazo tem como contrapartida a conta de fornecedores e sua realização é registrada no resultado financeiro de acordo com o prazo de vencimentos de fornecedores.
3.15. Arrendamentos - A Companhia como arrendatária reconhece os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso. Os passivos de arrendamento correspondem aos fluxos de pagamentos futuros ajustados a valor presente, descontados por taxa de juros incrementais de empréstimos, e os ativos de direitos de uso são apresentados ao custo amortizado.
A Companhia aplica isenção de reconhecimento a (i) arrendamentos de curto prazo, ou seja, contratos com duração remanescente de até 12 meses; e (ii) arrendamentos para os quais o ativo subjacente é considerado de baixo valor, ou seja, obrigações de até R$ 24 por ano.
Na avaliação dos contratos, a Companhia identificou dois tipos de ativos de arrendamento sendo eles ativos de direito de uso referentes a aluguéis ("Direito de Uso") e arrendamento mercantil de máquinas e equipamentos ("Máquinas e Equipamentos").
Os fluxos de pagamentos dos aluguéis, brutos de potenciais créditos de PIS e COFINS, foram ajustados a valor presente, considerando o prazo remanescente de cada contrato, e aplicando taxa incremental de empréstimo, obtida através de sondagens de operações com prazo e garantia semelhante junto a instituições financeiras. Em razão da diversidade de prazos de depreciação dos contratos de arrendamento, considerou-se taxas de acordo com o prazo de cada um dos contratos de arrendamentos.
3.16. Plano de opção de compra de ações - Com o objetivo de alinhar os interesses de médio e longo prazos da empresa com os de seus gestores principais, a Companhia estabeleceu programa de opção de compra de ações que busca incentivar a geração de valor empresarial, compartilhando os ganhos de valor com os beneficiários do programa.
As opções de compra de ações são ofertadas aos profissionais selecionados pelo Conselho de Administração, proporcionando-lhes o direito futuro de adquirir ações da companhia sob condições e em prazos estabelecidos. O valor apurado na data da outorga das opções de ações é registrado nas demonstrações financeiras ao seu valor justo.
3.17. Receitas diferidas - As receitas diferidas são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício à medida que a prestação do serviço é efetuada.
3.18. Demonstração do valor adicionado - Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o valor criado pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.
A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.
3.19. Instrumentos financeiros - 3.19.1. Ativos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração* - Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao valor justo. Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens são reconhecidas na data da operação.
Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e partes relacionadas, e outras contas a receber.
Mensuração subsequente - Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado: Representam ativos adquiridos para fins de realização no curto prazo, cujo objetivo seja receber fluxos de caixa contratuais, e nas situações em que os termos contratuais do ativo financeiro derem origem a fluxos de caixa que constituam pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: Representam os demais ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas.
Desreconhecimento de ativos financeiros - Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:
• Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa;
• A Companhia e suas controladas transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.
Quando a Companhia e suas controladas cedem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas.
Redução do valor recuperável de ativos financeiros - A Companhia adotou o método da perda esperada e a mensuração com base em toda a vida dos ativos financeiros. É utilizada a abordagem simplificada para os grupos de ativos financeiros, que considera a análise do crédito, o histórico de movimentações e perdas. Com base no acompanhamento periódico de indicadores de risco de crédito, a Administração da Companhia não identificou fatores de aumento na perda esperada em comparação com o comportamento histórico.
O valor de perda é mensurado com base na expectativa de não recebimento da carteira, que é obtida através dos valores de perda histórica por faixa de atraso desde o reconhecimento inicial do recebível. A média de perda histórica de seis meses é aplicada conforme comportamento histórico recente, e assim atribui-se um percentual de risco de crédito. O percentual de risco de crédito é aplicado a cada faixa de vencimento sob o valor total dos contratos. O produto entre os percentuais de perda esperada e os montantes de faixa de vencimento resultam no montante de perda esperada que é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.
Se, em exercício subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício.
3.19.2. Passivos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração* - Passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado.
Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado para a emissão de títulos e dívidas. Esses custos são apropriados ao resultado do período do financiamento, como complemento do custo de captação, ajustando assim a taxa de juros efetiva da operação.
Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, fornecedores - convênio, contas a pagar por aquisição de investimento, empréstimos e financiamentos, cotas sêniores FIDC Verdecard, passivos de arrendamento, e obrigações com conveniadas.
Mensuração subsequente - Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.
Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetiva.
Desreconhecimento de passivos financeiros - Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.
Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.
3.19.3. Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
3.19.4. Instrumentos financeiros derivativos - A Companhia eventualmente fica exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de derivativos de swaps de juros para proteger-se dos riscos de taxas de câmbio e de taxas de juros.
Nas demonstrações financeiras, a Companhia qualifica essas operações como hedge de fluxo de caixa, mensurando os instrumentos financeiros pelo valor justo. As variações de ganhos ou perdas decorrentes da mensuração do valor justo do instrumento de hedge são reconhecidas em conta de outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, sendo reclassificadas para o resultado no momento em que o item protegido afetar o resultado. A parcela inefetiva, quando aplicável, é reconhecida imediatamente no resultado do exercício.
Caso a relação de hedge deixe de atender ao índice de hedge, mas o objetivo de gestão de risco permanecer inalterado, a Companhia deve reequilibrar o índice de hedge para que os critérios de qualificação sejam mantidos. A descontinuidade da contabilização de hedge ocorrerá apenas quando a relação de proteção deixar de atender aos critérios de qualificação, considerando qualquer reequilíbrio realizado.
Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como de curto ou longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados, e conforme as características atreladas destes contratos, a companhia apresenta de forma líquida esses contratos de derivativos com o da operação original.
3.20. Apresentações de informações por segmentos - A Companhia não elabora informações por segmento, uma vez que atua e reporta suas informações ao Conselho de Administração, principal tomador de decisões, através de um único segmento operacional, sendo avaliadas as receitas obtidas pelas atividades de varejo, serviços financeiros e cartões de crédito de forma segregada, porém toda a estrutura de custos e despesas sendo controladas de forma unificada.

4 PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

A aplicação das políticas contábeis exige da Administração o exercício de julgamento e a elaboração de estimativas, que levam em conta a experiência histórica e a avaliação subjetiva de riscos. Em consequência, os efeitos reais dos eventos estimados podem diferir das estimativas, exigindo sua reavaliação contínua.
Os efeitos decorrentes de revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que a revisão ocorre.
Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável, perda estimada por créditos de liquidação duvidosa, perda estimada de ajuste ao valor realizável dos estoques, imposto de renda diferido, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis.

DIRETORIA

Peter Takaharu Furukawa
Diretor Presidente

Jean Pablo de Mello
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

CONTADOR

Cleiton Worm dos Santos
Contador – CRCRS 090097/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://ri.quero-quero.com.br/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 03 de março de 2026, sem modificações.

PARECERES E DECLARAÇÕES / RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Ilmos. Srs.
Membros do Conselho de Administração da Lojas Quero-Quero S.A.
Cachoeirinha - RS
O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") da Lojas Quero-Quero S.A. ("Companhia") e suas controladas é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, implantado conforme regulamentação e legislação brasileira vigentes e funciona em conformidade com o estatuto social e o seu regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.
Compete ao CAE assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares (compliance); (iii) pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna; (iv) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos.
No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o CAE desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu: (i) entrevistas com a Administração e com gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de compliance; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e compliance e de gerenciamento de riscos; e (vi) avaliação da qualidade e integridade das demonstrações financeiras.
A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil é da Administração da Companhia. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implantação e supervisão das atividades de controle interno e compliance.
A auditoria independente, a cargo da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY"), é responsável por examinar as demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir relatório de auditoria sobre a adequada apresentação dessas demonstrações financeiras.
A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos, e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração, e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Companhia.
O CAE atua por meio de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do CAE baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.
O CAE mantém com os auditores independentes canais regulares de comunicação. O CAE avaliou o plano de trabalho de auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e recomendou sua aprovação pelo Conselho de Administração. O CAE acompanhou os trabalhos realizados e seus resultados, e tomou conhecimento do Relatório dos Auditores Independentes emitido nesta data. O CAE também avalia, rotineiramente, a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas.
O CAE avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.
O CAE manteve reuniões regulares com o Conselho de Administração e com a Diretoria da Companhia e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação.
O CAE não tomou ciência da ocorrência de denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade operacional da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.
O CAE, consideradas as suas responsabilidades e as limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, procedeu à análise das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lojas Quero-Quero S.A.. correspondentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório da EY, emitido sem ressalvas, e do relatório anual da Administração, entende que a governança contábil e o ambiente de controles internos e de gestão de riscos conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras da Companhia e opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração, recomendando que esse Colegiado aprove e autorize a emissão e publicação das referidas demonstrações financeiras.

Cachoeirinha, 3 de março de 2026.
CARLOS ELDER MACIEL DE AQUINO - Membro Coordenador do CAE
FLÁVIO BENÍCIO JANSEN FERREIRA - Membro do CAE e do Conselho de Administração
GUILHERME YUITI MIAZAQUI - Membro do CAE e do Conselheiro de Administração

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaram, nos termos do artigo 29, §1º, inciso II, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, em conjunto: reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Cachoeirinha, 03 de março de 2026.
PETER TAKAHARU FURUKAWA - Diretor Presidente
MIRSON JOSE ENGELMANN - Diretor sem designação específica
JEAN PABLO DE MELLO - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
CRISTIANE RHODEN - Diretora sem designação específica
LUCIANO MATZENBACHER SCOTTA - Diretor sem designação específica
LUIZ FELIPE NUNES BARBOSA - Diretor sem designação específica
DANIEL JOSÉ ARTUS - Diretor sem designação específica

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Declaram, nos termos do artigo 29, §1º, inciso II, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, em conjunto: reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Cachoeirinha, 03 de março de 2026.
PETER TAKAHARU FURUKAWA - Diretor Presidente
MIRSON JOSE ENGELMANN - Diretor sem designação específica
JEAN PABLO DE MELLO - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
CRISTIANE RHODEN - Diretora sem designação específica
LUCIANO MATZENBACHER SCOTTA - Diretor sem designação específica
LUIZ FELIPE NUNES BARBOSA - Diretor sem designação específica
DANIEL JOSÉ ARTUS - Diretor sem designação específica

Prefeitura Municipal de Capão Bonito do Sul

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 05/2026

Proc. Licit.39/2026 - Objeto: Registro de Preços - Fornecimento de itens para coffee break, para futuros eventos municipais. Propostas de 25/03/2026 às 8h, até 13/04/2026 as 8:59h. Impugnação e pedidos de esclarecimentos: 08/04/2026 às 23:59h. Abertura: 13/04/2026 à 9h, no www.portaldecompraspublicas.com.br. Edital: https://www.capaobonitodosul.rs.gov.br/publicacaolegal/processo-licitatorio-no-39-2026/ ou www.capaobonitodosul.rs.gov.br. Informações: (54) 3698.4195 ou compras@capaobonitodosul.rs.gov.br

Capão Bonito do Sul, 20 de março de 2026.
Marizete Vargas Pereira Rauta, Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE UNISTALDA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2026. **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES QUE IRÃO COMPOR A FROTA MUNICIPAL E SERÃO DESTINADOS A SECRETARIA DE OBRAS E SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS: até as 08:29h do dia 08/04/2026. ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇO: 08/04/2026, às 08:30h. INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: 08/04/2026, às 08:31min. LOCAL: https://www.portaldecompraspublicas.com.br. Edital: www.unistalda.rs.gov.br. Informações:licitacao@unistalda.rs.gov.br ou (55) 99613-2414. Unistalda, RS, 23 de março de 2026. DIULINDA FERREIRA PIRES, Vice-Prefeita Municipal em exercício no cargo de prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 012/2026 - Edital de Licitação nº 065/2026

Objeto: Registro de Preços para prestação de serviços de borracharia para manutenção da frota municipal, conforme a necessidade do Município.
Data da sessão: 08 de abril de 2026 às 09 horas.
https://sistemas.serafinacorrea.rs.gov.br/comprasedital/
O Edital relativo aos objetos desta licitação encontra-se à disposição dos interessados no site oficial www.serafinacorrea.rs.gov.br. Informações também serão prestadas através do endereço eletrônico licitacao@serafinacorrea.rs.gov.br ou pessoalmente no Departamento de Licitações no horário das 10:00 h as 11:30 h e das 13:30 h às 15:00 h. Serafina Corrêa, RS, 23 de março de 2026. **Daniel Morandi - Prefeito Municipal**

CRCRS — Conectados na evolução

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
LEILÃO PRESENCIAL N.º 01/2026

Objeto: Alienação de bens imóveis de propriedade do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, que se encontram relacionados por itens.
O Edital se encontra disponível no site **www.crcrs.org.br/licitacoes**

Informações da Sessão	Detalhes
Endereço do Leilão Presencial	Rua Gutemberg, 151 – 13º andar – Bairro Petrópolis – Porto Alegre/RS – CEP: 90690-450
Data do Leilão	23/04/2026
Credenciamento (Itens 1 e 2)	Das 9h às 10h (horário de Brasília/DF)
Abertura dos Lances – Item 1	10h (horário de Brasília/DF)
Abertura dos Lances – Item 2	10h30 (horário de Brasília/DF)

Mais informações por meio do e-mail **comlic@crcrs.org.b**r.

Porto Alegre, 23 de março de 2026.
Cauê Ardenghi Biedacha
Leiloeiro Administrativo

Prefeitura de Amaral Ferrador

EDITAL Nº 01/2026 - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2024

A Prefeitura de Amaral Ferrador/RS comunica a retomada do Concurso Público nº 01/2024, sob a execução do Instituto Objetiva, que poderá ser consultado nos sites: www.amaralferrador.rs.gov.br e www.objetivas.com.br.

Amaral Ferrador/RS, 19 de março de 2026.
Ronivan Fontoura Braga
Prefeito Municipal

SANDER IRMÃOS & CIA LTDA.
CNPJ nº 96.748.793/0001-09

C O N V O C A Ç Ã O

REUNIÃO ORDINÁRIA DE SÓCIOS

A signatária, ANA LÚCIA SANDER PETRY, na qualidade de administradora da sociedade empresária limitada denominada **SANDER IRMÃOS & CIA LTDA**., com sede social na Rua Santo Agostinho, nº 913, em São Leopoldo/RS, inscrita no CNPJ sob nº 96.748.793/0001-09, CONVOCA os SÓCIOS cotistas da sociedade para uma REUNIÃO ORDINÁRIA DE SÓCIOS a realizar-se no dia 17 de abril de 2026, às 10h30min, na sede da sociedade, para deliberarem sobre as seguintes matérias que compõem a ordem do dia:
1) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;
2) deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício de 2025; e
3) assuntos gerais.
A administradora informa que os documentos de que tratam o art. 1.078, inc. I, da Lei nº 10.406/02, encontram-se à disposição dos senhores quotistas na sede social da Sociedade, em horário comercial, assim como estão sendo enviados em cópia física aos endereços residenciais dos sócios, por correspondência registrada.

São Leopoldo, 10 de Março de 2026.
ANA LÚCIA SANDER PETRY
Administradora

Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre

CNPJ nº 27.059.460/0001-41

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Relatório da Administração: Aviso: 1) As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. 2) As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://d.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/

Balanço Patrimonial

Ativo	2025	2024
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	259.903	346.754
Contas a receber	44.347	28.421
Contas a receber - partes relacionadas	868	839
Estoques	5.327	4.784
Impostos a recuperar	2.324	3.046
Despesas antecipadas	5.054	3.765
Direitos com o poder concedente	76.902	83.606
Outros ativos	2.478	1.465
Total do ativo circulante	**397.203**	**472.680**
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas	39.441	–
Impostos a recuperar	153.345	142.404
Direitos com o poder concedente	244.314	214.095
Depósitos judiciais	32.319	37.623
Imobilizado	3.181	1.841
Intangível	2.028.308	2.004.917
Total do ativo não circulante	**2.500.908**	**2.400.880**
Total do ativo	**2.898.111**	**2.873.560**

Passivo	2025	2024
Circulante		
Fornecedores	21.247	60.394
Salários, encargos sociais e benefícios	16.657	14.474
Impostos a recolher	13.953	9.558
Empréstimos e financiamentos	111.378	64.064
Compromissos com o poder concedente	77.479	100.840
Obrigação de reconstrução	–	59.189
Dividendos a pagar	79.004	–
Outros passivos	5.800	4.977
Total do passivo circulante	**325.518**	**313.496**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	1.459.589	1.453.518
IR e CS diferidos	63.872	41.956
Provisão para obrigações legais	2.697	5.438
Provisão para passivos ambientais	49.762	51.996
Outros passivos	1.368	1.656
Total do passivo não circulante	**1.577.288**	**1.554.564**
Patrimônio líquido		
Capital social	763.500	763.500
Reserva legal	16.632	13.192
Reserva especial	–	62.662
Reserva de lucros	215.173	166.146
Total do patrimônio líquido	**995.305**	**1.005.500**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.898.111**	**2.873.560**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado

	2025	2024
Receita líquida de serviços e cessão de espaço	338.323	162.786
Receita de construção	70.515	101.720
Receita operacional líquida	**408.838**	**264.506**
Custo dos serviços prestados	(175.206)	(121.935)
Custo de construção	(70.515)	(101.720)
Lucro bruto	**163.117**	**40.851**
Despesas gerais e administrativas	(44.071)	(41.658)
Outras rec. e desp. operac. líquidas	63.144	56.700
Lucro antes do resultado financeiro	**182.190**	**55.893**
Receitas financeiras	77.173	50.907
Despesas financeiras	(155.571)	(141.006)
Lucro (Prejuízo) antes dos IR e da CS	**103.792**	**(34.206)**
Imposto de renda e contribuição social	(34.983)	12.367
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	**68.809**	**(21.839)**
Lucro (Prejuízo) por lote de mil ações - R$	0,09	(0,03)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente

	2025	2024
Lucro (Prejuízo) do exercício	**68.809**	**(21.839)**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**68.809**	**(21.839)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa

	2025	2024
Fluxos de caixa das ativid. operac.		
Prejuízo (Lucro) antes dos IR e da CS	103.792	(34.206)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido aos fluxos de caixa		
Provisão para riscos de crédito	(4.037)	(66)
Provisão de contencioso	(2.741)	2.181
Depreciação e amortização	61.893	33.924
Baixas de ativo fixo	962	617
Juros sobre emprést. financiamentos	152.113	138.078
	311.982	**140.528**
Var. nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(11.889)	6.559
Contas a receber - partes relacionadas	(29)	40
Estoques	(543)	(535)
Impostos a recuperar	(10.090)	(3.491)
Despesas antecipadas	(1.289)	(545)
Depósitos judiciais	5.304	1.865
Depósitos vinculados	(39.441)	44.714
Direitos com o poder concedente	(50.488)	(19.431)
Outros ativos e passivos, líquido	(478)	377
Fornecedores	(44.405)	(18.012)
Salários, encargos sociais e benefícios	2.183	121
Tributos a recolher	94	(1.373)
Provisão para passivos ambientais	(2.234)	(1.613)
Compromissos c/ o poder concedente	19.281	9.996
Direito (Compromisso) com o poder concedente - Reconstrução	(74.858)	168.507
Caixa gerado pelas operações	**103.100**	**327.707**
Pagtos. de juros de empr. e financ.	(49.690)	(29.341)
IR e CS pagos	(8.766)	–
Caixa líq. gerado pelas ativ. operac.	**44.644**	**298.366**
Fluxos de caixa das ativ. de invest.		
Aquisição de imobilizado e intangível	(82.457)	(101.590)
Caixa líq. aplic. nas ativ. de invest.	**(82.457)**	**(101.590)**
Fluxos de caixa das ativ. de financ.		
Captações de empr. e financ. banc.	–	100.000
Pagtos. de empr. e financ. banc. - Princ.	(49.038)	(24.931)
Caixa líq. aplic. nas ativid. financ.	**(49.038)**	**75.069**
Dim. (aum.) do caixa e equiv. de caixa	**(86.851)**	**271.845**
Caixa e equiv. de caixa no início do exerc.	346.754	74.909
Caixa e equiv. de caixa no final do exerc.	**259.903**	**346.754**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social Subscrito	Reserva Legal	Reserva Especial	Reserva de Lucros Retenção de Lucros	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31.12.2023	**763.500**	**13.192**	**53.702**	**187.985**	**–**	**1.018.379**
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	(21.839)	(21.839)
Dividendo mínimo	–	–	8.960	–	–	8.960
Compensação prejuízo	–	–	–	(21.839)	21.839	–
Saldos em 31.12.2024	**763.500**	**13.192**	**62.662**	**166.146**	**–**	**1.005.500**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	68.809	68.809
Constituição de reserva legal	–	3.440	–	–	(3.440)	–
Dividendo mínimo	–	–	–	–	(16.342)	(16.342)
Lucros retidos	–	–	–	49.027	(49.027)	–
Dividendos a pagar	–	–	(62.662)	–	–	(62.662)
Saldos em 31.12.2025	**763.500**	**16.632**	**–**	**215.173**	**–**	**995.305**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado

	2025	2024
Receitas	**530.206**	**350.357**
Prestação de serviços e cessão de espaço	386.111	186.015
Receita de construção	70.515	101.720
Outras receitas	69.543	62.557
Prov. para créditos de liquidação duvidosa	4.037	65
Insumos adquiridos de terceiros	**(177.405)**	**(179.149)**
(Inclui os vlrs. dos imp. - PIS e COFINS)		
Custo dos serviços prestados	(19.151)	(8.670)
Custo de construção	(70.515)	(101.720)
Materiais, energia, serv. de terc. e outros	(85.592)	(65.004)
Perda/Recuperação de valores ativos	(451)	(1.512)
Provisão/Reversão contingências	2.741	(2.181)
Outras	(4.437)	(62)
Valor adicionado bruto	**352.801**	**171.208**
Depreciação e amortização	(61.893)	(33.924)
Valor adic. líquido produzido pela entidade	**290.908**	**137.284**
Valor adicionado rec. em transferência	**80.953**	**53.632**
Receitas financeiras	80.953	53.632
Valor adicionado total a distribuir	**371.861**	**190.916**
Distribuição do valor adicionado	**371.861**	**190.916**
Pessoal	**43.139**	**39.977**
Remuneração Direta	33.892	32.200
Benefícios	6.175	4.836
F.G.T.S.	3.072	2.941
Impostos, taxas e contribuições	**103.820**	**30.398**
Federais	91.104	22.774
Estaduais	141	135
Municipais	12.575	7.489
Remuneração de capitais de terceiros	**156.093**	**142.380**
Despesas financeiras	155.571	141.006
Aluguéis pagos	522	1.374
Remuneração de Capitais Próprios	**68.809**	**(21.839)**
Dividendo mínimo	16.342	–
Lucros (Prejuízo) retidos do exercício	52.467	(21.839)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Resumidas

1. Informações Gerais: A Fraport Brasil S.A Aeroporto de Porto Alegre ("Fraport Brasil - Porto Alegre" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide, uma das empresas líderes no mercado global de aeroportos. A Fraport Brasil foi constituída no início de 2017, tendo como objetivo exclusivo exercer as atividades de exploração, ampliação e manutenção do Aeroporto Internacional Salgado Filho. A sede está localizada na Av. Severo Dullius, 90010, Porto Alegre - RS. Em um processo de licitação internacional, no qual o Governo Federal concedeu quatro aeroportos brasileiros à iniciativa privada, a Fraport AG conquistou a concessão dos aeroportos de Porto Alegre e Fortaleza. A partir de então, a Fraport Brasil - Porto Alegre e a Fraport Brasil - Fortaleza foram estabelecidas tendo como objetivo a criação de dois aeroportos modernos, eficientes e focados no cliente. Em 28 de julho de 2017 foi assinado o contrato de concessão com a Agência Nacional da Aviação Civil - ANAC. A concessão do Aeroporto de Porto Alegre, se dará no prazo de 25 anos com data de eficácia em 29 de agosto de 2017. O contrato é dividido em três fases: FASE I-A - fase de transferência das operações do Aeroporto da Infraero para a Concessionária; esta fase teve início em 29 de agosto de 2017 (concluído em 02/04/2018). FASE I-B - fase de ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e recomposição total do nível de serviço (início em 29/08/2017 e concluído em 29/10/2019). FASE II - demais fases de ampliação, manutenção, exploração do Aeroporto, para atendimento aos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento previstos no PEA (Plano de Exploração Aeroportuária) (início em 30/10/2019). A Fraport Brasil - Porto Alegre assumiu como obrigação estabelecidas no Contrato de Concessão, o pagamento de Contribuição Fixa e Contribuição Variável ao Poder Concedente e a realização de investimentos para ampliação e melhorias do Aeroporto de Porto Alegre. A Contribuição Fixa encontra-se totalmente quitada. **1.1 COVID-19 e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro:** Em março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconheceu o surto epidemiológico do COVID-19 como Pandemia Global. Além de diversas vidas perdidas, a pandemia também trouxe um impacto singular para a economia mundial. As restrições governamentais, necessárias ao controle da expansão da contaminação, trazendo como premissa o isolamento social reduziu drasticamente o número de passageiros, impactando diretamente todas as empresas do segmento aeroportuário. No contrato de concessão vigente existe a previsão de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro que visa preservar a manutenção do equilíbrio contratual posto no processo licitatório, sendo assim, a partir do evento de força maior que desencadeou o desequilíbrio contratual, no caso o surto da COVID-19, se fez necessário o retorno do status quo do contrato de concessão a fim de manter as condições previamente previstas no edital e na proposta vencedora. Desde o ano de 2020 a Companhia vem registrando o direito a receber junto ao poder concedente dos valores referentes ao reequilíbrio econômico-financeiro para os correspondentes exercícios em contrapartida da rubrica de outras receitas operacionais (Nota 8 e 18). **1.2 Alagamento:** O evento climático que atingiu a cidade de Porto Alegre, em maio de 2024, causou diversos transtornos e impactos significativos em diferentes áreas da cidade, incluindo o Aeroporto Internacional de Porto Alegre. A partir dos dados da estação do Instituto Nacional de Meteorologia, pela primeira vez em sua história climática a cidade de Porto Alegre registrou, em maio de 2024, um acumulado superior a 500 mm de chuva. Este montante representou o mês mais chuvoso de toda a série histórica da cidade desde que se iniciaram as medições no ano de 1910, tornando-se a maior medição em 124 anos. O referido evento e suas consequências causaram danos diversos às áreas e ativos do aeroporto, incluindo pistas, *taxiways*, pátios de aeronaves e áreas de embarque e desembarque, dentre outros, comprometendo a operação normal do aeroporto, causando o seu fechamento total a partir de 03 de maio de 2024. O evento climático gerou impactos sem precedentes na história. Não se tem notícias que outro aeroporto de classe internacional tenha ficado tanto tempo com suas operações suspensas e sistemas de pistas tomados pela água. A complexidade da situação e a falta de referências em casos similares fez com que cada etapa de planejamento para a recuperação do aeroporto fosse minuciosamente elaborada, a fim de viabilizar a retomada das operações com a maior brevidade possível. A impraticabilidade das atividades do Aeroporto Internacional de Porto Alegre trouxe transtornos aos passageiros, impactos na economia e turismo do Estado do Rio Grande do Sul, bem como a inexecução temporária do contrato de concessão. Com o objetivo de viabilizar a retomada da malha aérea mínima e a conexão entre Porto Alegre e importantes cidades do Brasil, foi viabilizada uma operação emergencial de voos comerciais com passageiros a partir da Base Aérea de Canoas. A operação foi possibilitada através do trabalho conjunto entre ANAC, Força Aérea Brasileira, Ministério dos Portos e Aeroportos, Fraport e companhias aéreas. A operação teve início em 27 de maio de 2024 com número limitado de voos, sendo encerrada em 21 de outubro de 2024, quando houve a abertura parcial da pista de pousos e decolagens no aeroporto de Porto Alegre. Além da operação emergencial na Base Aérea de Canoas, visando a rápida recuperação do Aeroporto Internacional de Porto Alegre, diversas medidas foram tomadas para acelerar o processo de reabertura: • Suspensão da compensação da Contribuição Variável de 2023, em caráter provisório, com vencimento em maio de 2024, assim como outras obrigações regulatórias. • Notificação imediata de sinistro acionando a Apólice de Riscos Operacionais junto à seguradora, possibilitando celeridade no pagamento do valor incontroverso de R$133.328 para danos decorrentes de alagamento. • Apresentação de Pedido de Revisão Extraordinária em razão da caracterização do evento de força maior, originando a Decisão n° 683 da ANAC, que aprovou a Medida Cautelar para viabilização da reconstrução do Aeroporto Internacional de Porto Alegre e retomada das atividades aeroportuárias, garantindo a antecipação de parte do montante a ser recomposto em sede de eventual revisão extraordinária do Contrato de Concessão, no valor de R$425.968, sendo R$362.022 para fins de reconstrução da infraestrutura aeroportuária e R$63.946 para manutenção das atividades aeroportuárias. • Liberação total dos recursos existentes na conta reserva vinculada ao empréstimo principal junto ao BNDES sendo que a Companhia deverá recompô-la durante os 12 (doze) meses subsequentes contado a partir da última parcela suspensa. • Suspensão pelo prazo de 12 (doze) meses dos pagamentos de principal e juros compensatórios sem incidência de encargos moratórios, com capitalização no saldo devedor, contado a partir da parcela de junho de 2024 referente ao empréstimo principal que a Companhia mantém junto ao BNDES. • Liberação de recursos relacionado ao crédito da operação de empréstimo no valor de R$100.000 através do Programa BNDES emergencial. Em 16 de dezembro de 2024 ocorreu a liberação total da pista de 3.200 metros e o restabelecimento pleno das operações do terminal de passageiros, cumprindo assim o cronograma de retomada. Com isso, as operações foram normalizadas, incluindo a reativação gradual dos voos internacionais nos dias subsequentes. **2. Resumo das políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas contábeis internacionais *(*IFRS *Accounting Standards),* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB),* e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia, com base no custo histórico, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das ações e políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelos administradores da Companhia em 02 de março de 2026. A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado, como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRSs não requerem a apresentação destas demonstrações e, portanto, são consideradas informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: 2.2.1 IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente:** Uma série de alterações nas normas tornaram-se efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não identificou impactos relevantes oriundo das alterações dessas normas na preparação de suas demonstrações financeiras. **• Alterações ao CPC 18 (R3) -** Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. **• Alterações à IAS 21 -** Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de conversibilidade. **• OCPC 10 -** Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO). **2.2.2 IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:** A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis. As normas abaixo entram em vigor a partir do exercício de 2026: **• Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7** - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros; Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais. **• Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11** - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. As normas abaixo entram em vigor a partir do exercício de 2027: **• IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras:** O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. **• IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras. Com exceção às alterações realizadas e ainda não vigentes no IFRS 18, a Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre suas demonstrações financeiras em períodos futuros. **2.3 Conversão de moeda estrangeira:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Todas as diferenças, referente a ganhos e perdas cambiais, são registradas na demonstração do resultado. **2.4 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5 Ativos financeiros:** Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e partes relacionadas e direitos com o poder concedente. **2.5.1 Classificação:** Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ao valor justo, seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio de resultado. A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao custo amortizado: • Caixa e equivalente de caixa; • Aplicações Financeiras Vinculadas; • Contas a receber de clientes; • Partes relacionadas; • Direitos com o Poder Concedente; • Outros ativos. Para ativos financeiros demonstrados acima, os ganhos e perdas são registrados no resultado. **2.5.2 Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **2.5.3 Mensuração:** Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. **2.5.4 *Impairment* de ativos financeiros:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia adota a abordagem simplificada prevista no CPC 48, reconhecendo as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil dos recebíveis. **2.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para riscos sobre contas a receber é constituída em montante julgado suficiente para suportar eventuais perdas esperadas na realização de créditos, líquidos de recuperações, levando em consideração o risco por cliente e independente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento. **2.7 Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. A Companhia não realiza a venda de produtos e o estoque é utilizado apenas como materiais de consumo. **2.8 Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas, compostas preponderantemente por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro. **2.9 Imposto de Renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda (IR) e a contribuição social (CS) diferidos são calculados sobre os correspondentes prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, aplicando-se as alíquotas definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos em 25% e 9%, respectivamente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível para compensação. Os tributos diferidos ativos e passivos, quando aplicável, são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes. **2.10 Outros ativos:** Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. **2.11 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos serão revisados e ajustados, quando apropriado, ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens foram prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Conforme OCPC 05, por se tratar de um contrato de concessão de exploração da infraestrutura, somente os bens que possam ser retidos ou negociados pelos concessionários, sem interferência do poder concedente podem ser classificados como Ativo Imobilizado e contabilizado de acordo com CPC 27. Os bens adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão são classificados como Infraestrutura da Concessão no intangível. Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia. Conforme contrato de concessão a Companhia deverá manter controle de inventário atualizado destes bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Além disso, os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.12 Intangível:** Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante um prazo determinado. O contrato de concessão estabelecido entre a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados. **a) Direito de Concessão (outorga):** A concessão obtida pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de exploração. Dessa forma, o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, inicialmente usando uma taxa de juros estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão. Em abril de 2022, o Ministério da Infraestrutura publicou a Portaria nº 455/2022, possibilitando as Concessionárias de Aeroportos efetuarem o pagamento antecipado do saldo residual da Outorga Fixa. Em dezembro de 2022, a Companhia optou por aderir à antecipação da totalidade da outorga fixa. A amortização do ativo intangível representado pelo reconhecimento do direito de exploração da infraestrutura teve início em 2018, no mesmo momento em que a Companhia assumiu a operação do aeroporto e começou a usufruir os benefícios econômicos. A amortização é realizada com base na curva de passageiros estimada conforme previsto no OCPC 05 - Contratos de concessão. **b) Infraestrutura da Concessão:** A infraestrutura dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à Concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente no encerramento do respectivo contrato, sem direito a indenização. Sendo assim, o valor da infraestrutura é apresentado como intangível e está sujeito ao teste do *impairment,* sendo esperada perdas na demonstração do resultado, somente quando este teste indicar que o valor contábil do investimento não se apresentar recuperável (Nota 3.4). O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura e explorar receitas comerciais adicionais pela maior disponibilidade da infraestrutura que foi ampliada. Os investimentos relacionados a Infraestrutura estão sendo registrados em intangível em andamento e conforme a conclusão da obra os valores são transferidos para a rubrica de Infraestrutura em operação. A amortização desta parcela do intangível inicia à medida que a Infraestrutura é disponibilizada para uso, conforme curva de passageiros estimada e ocorre até o final do contrato de concessão. **c) Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.13 Contas a pagar a fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos

continua →

continuação

Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre

CNPJ nº 27.059.460/0001-41

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Resumidas

circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.14 Empréstimos e financiamentos:** São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Os custos de empréstimos gerais e específicos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.15 Compromissos com o poder concedente:** O poder concedente, Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, estabelece no contrato de concessão que a Companhia pague uma contribuição fixa e outra variável durante todo o período de concessão. A contribuição fixa foi quitada antecipadamente em dezembro de 2022. A contribuição variável corresponde a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da Companhia e será paga anualmente no mês de maio subsequente ao ano de apuração. Devido ao crédito recebido referente a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, a empresa projeta não desembolsar os valores de outorga variável até 2029. Neste período, a Companhia irá realizar a compensação do crédito adquirido com o valor a pagar de outorga. A contribuição variável referente ao ano de 2023, com vencimento em maio de 2024, ficou suspensa como medida auxiliar no período de alagamento. Em janeiro de 2025 a ANAC reverteu a suspensão do pagamento e requereu a compensação com os efeitos retroativos a maio de 2024. **2.16 Provisões e reembolsos:** As provisões para causas judiciais (trabalhistas, cível e tributária), regulatória e ambientais e provisões para reconstruções são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando se espera que algum ou todos os desembolsos necessários para liquidar uma provisão sejam reembolsados por outra parte, o reembolso é reconhecido quando for praticamente certo que o reembolso será recebido se a Companhia liquidar a obrigação. O reembolso é tratado como ativo separado em montante que não deve ultrapassar o valor da provisão. Na demonstração do resultado é apresentado o efeito líquido entre o montante relativo à provisão e o valor reconhecido de reembolso. **2.17 Outros Passivos:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante. **2.18 Passivos Financeiros: Reconhecimento:** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia classifica os seguintes passivos financeiros ao custo amortizado: • Fornecedores, • Empréstimos e Financiamento, • Compromissos com o Poder Concedente, • Outros Passivos. **Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **2.19 Benefícios a empregados:** A Companhia concede benefícios a empregados incluindo plano de previdência privada, assistência médica, odontológica, seguro de vida, dentre outros. Passivos de benefícios a empregados no curto prazo são mensurados pelo montante não descontado dos benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços. **2.20 Distribuição de dividendos:** Conforme estatuto da Companhia o dividendo mínimo obrigatório é 25% do lucro líquido após absorção de prejuízo e constituição de reserva legal conforme Lei 6.404/76. Conforme Lei 6.404/76 as companhias fechadas podem ainda deliberar por distribuir valor inferior ao mínimo obrigatório ou realizar a retenção de todo o lucro líquido. É permitida a criação de reserva especial para estes casos. **2.21 Reconhecimento da Receita:** As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável: **a) Receita de serviços:** A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços. **Receita de serviços tarifários:** é reconhecida pelas tarifas pagas pelos usuários quando da efetiva utilização dos serviços, equipamentos, instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contempla as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia. Essas tarifas são realizadas de acordo com as regras previstas no Contrato de Concessão. **Receita de serviços não tarifários:** conforme previsto no Contrato de Concessão, a Concessionária pode reconhecer receitas não tarifárias mediante cessão de espaços e prestações de serviços no complexo aeroportuário através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas. **b) Receita de juros:** A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. **c) Receita de construção:** Pelos termos do contrato de concessão, a Companhia deve construir e/ou ampliar a infraestrutura do Aeroporto, e conforme requerido pelo OCPC 05 - Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione incrementos futuros de receitas devem ser registradas pela Companhia em suas demonstrações financeiras como contrapartida do ativo intangível. Os custos devem ser registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens ou serviços. **3. Estimativas e julgamentos contábeis:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **3.1 Amortização do intangível:** Conforme item 2.12, a amortização das rubricas "Direito de concessão (Outorga)" e "Infraestrutura da Concessão", o cálculo da amortização é realizado conforme o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros, que se dão em função da curva de demanda. A taxa média utilizada em 2025 foi de 2,32% (1,11% em 2024) que representa a participação do período no total de passageiros esperado para toda a concessão. A taxa utilizada em 2024 foi menor devido a nova estimativa da curva afetada pela paralisação temporária das atividades aeroportuárias devido ao alagamento. **3.2 Taxa de desconto:** Em dezembro de 2022, com o evento da antecipação da outorga fixa, uma nova taxa de desconto de 13,5% foi acordada entre as partes e devidamente aplicada no cálculo do valor presente do ativo intangível. **3.3 Provisões:** As provisões para contingências são mensuradas com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, em montante considerado suficiente para cobrir os gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. **3.4 *Impairment* do intangível:** Os ativos intangíveis da concessão que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Anualmente, a Fraport AG, de forma centralizada, testa eventuais perdas (*impairment*) no intangível oriundo da concessão. Os valores recuperáveis da Unidade Geradora de Caixa (UGC), neste caso a Companhia, foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa descontado da taxa WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) para o período remanescente da concessão. **Outros Assuntos: A. Patrimônio Líquido: i) Capital social:** O capital social é representado por 763.499.932 de ações ordinárias e sem valor nominal, sendo 100% das ações detidas pela Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide. **ii) Dividendo Mínimo e Reserva especial:** O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício. Em 22 de dezembro de 2025 a Assembleia deliberou a distribuição de dividendos relativo aos montantes em Reserva especial correspondente aos dividendos mínimos retidos e não pagos dos anos anteriores no valor de R$62.662, sendo o pagamento realizado em 16 de janeiro de 2026. Ao final de 2025 a Companhia apurou o valor de R$16.342 como dividendo mínimo, que deverá ser pago até o final de 2026, conforme decisão da Assembleia ocorrida em 29 de janeiro do mesmo ano. **B. Transações que Não Afetaram o Caixa:** A Companhia suspendeu a compensação da outorga variável em 2024, sendo a mesma realizada em janeiro de 2025 no valor de R$18.240 e em maio de 2025 no valor de R$8.732 mediante compensação do valor da outorga variável com a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. As aquisições de ativo fixo e não pagos no ano de 2025 foram no valor de R$5.258 (R$13.537 em 2024). **C. Eventos Subsequentes:** Em 16 de janeiro de 2026 a Companhia realizou o pagamento dos dividendos deliberados em 22 de dezembro de 2025 no valor de R$ 62.662. Adicionalmente, conforme decisão da Assembleia ocorrida em 29 de janeiro de 2026, foi aprovada a distribuição do valor de R$ 16.342 como dividendo mínimo do exercício de 2025, que deverá ser pago até o final de 2026.

Diretoria

Andreea Diana Pal - Presidente
Edgar Nogueira - Vice-Presidente de Operações
Leonardo Carnielle - Vice-Presidente Comercial e de Concessão

Contadora

Eunice Callai Pellegrini Kalikoski - CRC RS 069669/O-9

Resumo do Relatório do auditor independente

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://d.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 02 de março de 2026, sem modificações.

Prefeitura Municipal de Farroupilha

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026: Aquisição de software REVIT 2026 NEW SINGLE-USER ELD 3-YEAR SUBSCRIPTION, para ampliação do número de licenças já existentes. Data da sessão: 22/04/2026, às 08h30min.

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 16/2026: Construção do pontilhão da Estrada FR65. Data da sessão: 23/04/2026, às 08h30min.

CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 05/2026: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de exames de diagnóstico por imagem aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. Período de credenciamento: 23 de março a 10 de abril de 2026. Maiores informações através do telefone (54) 2131-5302 ou no site: www.farroupilha.rs.gov.br.

SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE ÁLCOOL E BEBIDAS EM GERAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIAS GERAIS

O Presidente do Sindicato do Comércio Atacadista de Álcool e Bebidas em Geral no Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ nº 90.813.726/0001-36, no uso de suas atribuições estatutárias, através de seus representantes legais, a comparecerem às Assembleias Gerais, que serão realizadas no **dia 30 de março de 2026**. As assembleias serão realizadas de forma híbrida, podendo os participantes comparecer: a) Presencialmente, no endereço: Av. Alberto Bins, 665 – sala 1305, Centro Histórico, Porto Alegre/RS; ou b) de forma on-line, através da plataforma Zoom, no link: https://zoom.us/j/9261388086?pwd=YStAWiwMoFwfyGb4AKJeEme-EL5XUg5.1&omn=96872702052 - ID da reunião: 926 138 8086 – A senha para acesso a reunião deverá ser solicitada na secretaria do sindicato, através do e-mail comercial@sicabegers.com

I – Às 17h em primeira convocação, e às 17h15min, em regime ordinário, **os associados da entidade**, para tratar da seguinte ordem do dia: a) Tomada das contas na forma prevista no Art. 15 do Estatuto Social.

II – Às 17h30min em primeira convocação, e às 17h45, em regime extraordinário, **os associados da entidade**, para tratar da seguinte ordem do dia: a) apreciação da alteração da contribuição associativa;

III - Às 18h15min em primeira convocação, e às 18h30, em segunda convocação, em regime extraordinário, **as empresas integrantes da categoria econômica representada pela entidade**, para tratar da seguinte ordem do dia: a) Autorização e outorga de poderes à Diretoria, através de seu Presidente, para celebrar e/ou ratificar Convenções Coletivas de Trabalho com os sindicatos laborais e federação laboral, representantes da categoria dos empregados no comércio e das categorias profissionais diferenciadas, durante a vigência do seu mandato (2026–2030), podendo delegar poderes; b) Autorização e outorga de poderes à Diretoria, através de seu Presidente, para realizar a intermediação de Acordos Coletivos de Trabalho, durante a vigência do seu mandato (2026–2030), podendo delegar poderes; c) Deliberação e aprovação sobre o valor da contribuição negocial/assistencial a ser fixada nos instrumentos coletivos de trabalho ou acordos judiciais que a entidade vier a firmar, para custeio das negociações coletivas e manutenção da entidade e de seus serviços, conforme o disposto na alínea "e" do art. 513 da CLT, a ser recolhida por todas as empresas integrantes da categoria econômica representada, associadas ou não, durante a vigência de todo o mandato (2026–2030). Porto Alegre, 24 de março de 2026.

Matheus Quadro Cardoso - Presidente

GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

CEASA/RS

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S. A.

CNPJ Nº 92.983.147/0001 – 67 NIRE: 43300014223

CONVOCAÇÃO

Convidamos aos Senhores Acionistas, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na sede social da Companhia, na Rua Fernando Ferrari, 1001, nesta Capital, às 10 horas do dia 28 de abril de 2026, a fim de deliberar sobre o seguinte:

a) Prestação de contas dos Administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
b) Proposta de destinação do Resultado do Exercício;
c) Reajuste da remuneração e benefícios para a Administração;
d) Eleição do Conselho Fiscal;
e) Eleição do Conselho de Administração.

Nos termos do parágrafo primeiro do Art. 126, da Lei nº 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por mandatários, mediante apresentação do instrumento de mandato e os demais atos societários que comprovem a regularidade da representação. Têm a qualidade para comparecer à assembleia os representantes legais dos acionistas.

Porto Alegre, 23 de março de 2026.

PAULO ROBERTO DA SILVA
Presidente do Conselho de Administração

AVISO

Comunicamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na Sede Social da Companhia, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6404/76, com as alterações da Lei nº 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Da mesma forma, comunicamos que a referida documentação foi publicada no Jornal do Comércio e Diário Oficial, versão impressa e digital nos dias 23,24 e 25 de março de 2026.

Prefeitura Municipal de Paraí

PREGÃO ELETRÔNICO N° 0009/2026

Objeto: **Aquisição complementar de gêneros alimentícios para merenda escolar, para o primeiro semestre de 2026.** Tipo: Menor Preço por item. Local da Sessão: www.pregaobanrisul.com.br. Legislação: Lei Federal n° 14.133/2021 e Lei Complementar 123/2006. **Recebimento das propostas: a partir das 08:30 do dia 24/03/2026 até às 08:29 do dia 07/04/2026. Abertura das propostas: a partir das 08:30 do dia 07/04/2026. Disputa: a partir das 08:31 (horário de Brasília) do dia 07/04/2026.** Edital e anexos disponíveis no site: www.parai.rs.gov.br Informações: fone (54) 3477-1233. E-mail licitacoes@parai.rs.gov.br. Gilberto Zanotto, Prefeito.

MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Lic. 60/2026 Concorrência Eletrônica 03/2026. Obj. Contratação de empresa do ramo pertinente para ampliação e melhorias nas instalações elétricas do Ginásio Municipal Aloisio Scheuermann, situado na Rua Rui Barbosa, 335, sob Regime de Empreitada Global (materiais e mão de obra) conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiros e outros documentos técnicos que acompanham o edital. Critério de Julgamento: Menor valor global. Credenciamento e recebimento das propostas até às 08h10min do dia 09/04/2026, através do site: **www.portaldecompraspublicas.com.br**

Lic. 61/2026 Pregão Eletrônico 38/2026. Obj**.** Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de seguro para veículos pertencentes ao Município, conforme especificações constantes do Termo de Referência (anexo I e II deste edital**).** Critério de Julgamento: Menor valor por item. Credenciamento e recebimento das propostas até às 08h10min do dia 08/04/2026 , através do site: **www.portaldecompraspublicas.com.br**

Lic. 62/2026 Pregão Eletrônico 39/2026. Obj**.** Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento uniformes operacionais para servidores de todas as secretarias do Município, conforme especificações constantes do Termo de Referência, anexo deste edital**.** Critério de Julgamento: Menor valor por lote. Credenciamento e recebimento das propostas até às 08h10min do dia 10/04/2026 , através do site: **www.portaldecompraspublicas.com.br**

Lic. 63/2026 Inexigibilidade 13/2026. Obj**.** Contratação da empresa Instituto Verbena Brasil, CNPJ 60.111.398/0001-65, para fornecimento de treinamento para servidor da SEMMA, sobre "Manejo de vegetação nativa e adequação ambiental em imóveis rurais". R$ 790,00. B.L. art. 74, III,"f", instruído pelo art. 72 da Lei Federal 14.133/202. Termo disponível na íntegra no site: www.trespassos.rs.gov.br licitações 2026.

Lic. 64/2026 Inexigibilidade 14/2026. Obj**.** Contratação da empresa IGAM, CNPJ 07.675.477/0001-16, para fornecimento de treinamento para servidores, sobre "Sindicância e processo administrativo disciplinar no município". R$ 5.500,00. B.L. art. 74, III,"f", instruído pelo art. 72 da Lei Federal 14.133/202. Termo disponível na íntegra no site: www.trespassos.rs.gov.br licitações 2026

Editais disponíveis na integra no site: www.trespassos.rs.gov.br licitações 2026. Informações Fone 55 3522 0403. Arlei Luis Tomazoni – Prefeito.

Mega Negócios Imobiliários S/A

CNPJ 87.819.306/0001-52
NIRE 43 3 0001885 7

Relatório da Diretoria

Prezados Acionistas: A diretoria da **MEGA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A.**, em observância aos preceitos legais e normas estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos, na sede da empresa. Caxias do Sul, 18 de março de 2026. A DIRETORIA

Balanço Patrimonial - Em Reais

Ativo	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	**3.213.711,10**	**1.714.698,84**
Caixa e Bancos		
conta movimento	4,91	11,00
Aplicações financeiras	3.177.670,74	1.714.687,84
Impostos a Recuperar	36.035,45	0,00
Não Circulante	**6.050.971,54**	**6.125.405,14**
Imoblizado	6.050.971,54	6.125.405,14
Total do ativo	**9.264.682,64**	**7.840.103,98**

Passivo	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	**50.291,31**	**118.646,97**
Obrigações fiscais e sociais	47.197,31	77.091,97
Outras Contas a pagar	3.094,00	41.555,00
Patrimônio Líquido	**9.214.391,33**	**7.721.457,01**
Capital Social	**1.900.000,00**	**1.900.000,00**
Reserva de Lucros	**2.175.232,71**	**682.298,39**
Reserva Legal	380.000,00	380.000,00
Reserva p/Aum. de Capital	9.573,02	9.573,02
Saldo a Disposição da Assembleia	1.785.659,69	292.725,37
Ajuste de Avaliações Patrimoniais	**5.139.158,62**	**5.139.158,62**
Total do passivo	**9.264.682,64**	**7.840.103,98**

Demonstração do Resultado do Exercício
Em Reais

	31/12/2025	31/12/2024
Receita Bruta	**1.553.350,64**	**1.463.918,76**
Deduções	(56.697,30)	(53.433,05)
Receita Líquida	**1.496.653,34**	**1.410.485,71**
Despesas administrativas/ tributárias	(183.303,30)	(182.376,10)
Resultado Operacional Antes Receitas/Despesas Financeiras	1.313.350,04	1.228.109,61
Resultado Operacional Antes CSLL/IRPJ	1.644.808,25	1.461.320,79
Lucro Líquido do Exercício	**1.492.934,32**	**1.222.498,57**
Lucro Líquido por lote de mil ações do Capital Social	1.260,69	1.032,33

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em Reais

Histórico	Capital Social	Ajuste Avaliação Patrimonial	Reservas de lucros: Lucros a Realizar	Reservas de lucros: Legal	Aumento Capital	Lucros/ Prejuízos	Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2023	**1.900.000,00**	**5.139.158,62**	**1.058.178,80**	**380.000,00**	**9.573,02**	**-**	**8.486.910,44**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	**1.222.498,57**	**1.222.498,57**
Dividendos	-	-	**(1.700.000,00)**	-	-	-	**(1.700.000,00)**
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	**1.222.498,57**	-	-	**(1.222.498,57)**	-
Ações em Tesouraria	-	-	**(287.952,00)**	-	-	-	**(287.952,00)**
Saldo em 31/12/2024	**1.900.000,00**	**5.139.158,62**	**292.725,37**	**380.000,00**	**9.573,02**	-	**7.721.457,01**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	**1.492.934,32**	**1.492.934,32**
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	**1.492.934,32**	-	-	**(1.492.934,32)**	-
Saldo em 31/12/2025	**1.900.000,00**	**5.139.158,62**	**1.785.659,69**	**380.000,00**	**9.573,02**	-	**9.214.391,33**

Demonstração do Fluxo de Caixa Método Indireto - Em Reais

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de Caixa Atividades Operacionais		
Caixa Líquido das atividades operacionais	1.499.012,26	1.318.412,15
Fluxo de Caixa Atividades de Investimentos		
Caixa Líquido das atividades de investimentos	-	(287.952,00)
Fluxo de Caixa Atividades de Financiamentos		
Caixa Líquido das atividades de finaciamentos	-	(1.700.000,00)
(=) Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.499.012,26**	**(669.539,85)**
Saldo de Caixa Inicial	1.714.698,84	2.384.238,69
Saldo de Caixa Final	3.213.711,10	1.714.698,84

SÉRGIO BRUNO CESA
Diretor - CPF 003.513.690-15

NESTOR JOSÉ CESA
Diretor - CPF 057.426.410-87

FELIPE LUIS DE MARCHI
Contador - CRC RS 83.099 - CPF 836.582.110-91

AVISO: As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/

TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A

CNPJ 094.813.102/0001-70 - NIRE 43.300.053.504
Sociedade Anônima de Capital Aberto - Av. Principal nº 187, Distrito Industrial

Declaração dos Administradores sobre as Demonstrações Financeiras Resumidas: As demonstrações financeiras resumidas não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:
a) https://d.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/; b) https://ri.3tentos.com.br/informacoes-finaceiras/central-de-resultados/; c) https://sistemas.cvm.gov.br/; d) https://www.b3.com.br/pt_br/.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (em milhares de reais). *As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

Balanços Patrimoniais

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Notas**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**1.780.757**	1.184.252	**2.560.066**	1.696.858
Aplicações financeiras	4	**178.471**	67.337	**195.360**	75.404
Contas a receber clientes	5	**2.194.846**	1.586.065	**2.147.422**	1.396.538
Estoques	7	**2.158.913**	1.782.431	**2.158.913**	1.782.431
Adiantamentos	7	**129.015**	142.300	**129.261**	142.491
Instrumentos financeiros deriv.	8	**508.095**	402.092	**508.095**	402.092
Imposto de renda e contrib. social	6.1	**5.704**	41.716	**7.866**	41.940
Impostos a recuperar	6.2	**325.253**	167.400	**325.253**	167.400
Contas a receber de partes relac.	28	**-**	9.909	**-**	9.909
Outros ativos		**101.371**	59.025	**101.805**	61.327
Total ativo circulante		**7.382.425**	5.442.527	**8.134.041**	5.776.390
Não circulante					
Contas a receber clientes	5	**56.418**	5.574	**56.418**	5.574
Instrumentos financeiros	8	**71**	-	**71**	-
Imposto de renda e contrib. social	6.1	**113.181**	146.604	**113.181**	146.604
Impostos a recuperar	6.2	**122.866**	70.701	**122.866**	70.701
Depósitos judiciais	17	**201**	168	**201**	168
Impostos diferidos	26	**35.461**	167.038	**38.619**	167.859
Outros ativos		**1.088**	1.035	**1.088**	1.035
Total do realizável a longo prazo		**329.286**	391.120	**332.444**	391.941
Investimentos	9	**132.234**	134.522	**18.515**	5.179
Direito de uso em arrendamentos	10	**40.267**	16.351	**44.071**	21.949
Ativo biológico		**15.989**	-	**15.989**	-
Imobilizado	11	**4.454.931**	2.620.688	**4.472.432**	2.638.711
Intangível	12	**85.256**	54.082	**86.863**	55.253
Total ativo não circulante		**5.057.963**	3.216.763	**4.970.314**	3.113.033
Total do ativo		**12.440.388**	8.659.290	**13.104.355**	8.889.423

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Notas**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Circulante					
Fornecedores	13	**2.813.466**	2.045.678	**2.816.665**	2.073.245
Instrumentos financeiros derivat.	8	**199.739**	330.591	**200.348**	330.591
Emprést., financ. e debêntures	14	**1.951.420**	758.016	**2.344.340**	921.068
Arrendamentos a pagar	10	**6.263**	5.344	**8.096**	7.416
Parcelamentos tributários	16	**383**	1.092	**383**	1.092
Dividendo a pagar	14	**91.015**	26.184	**91.015**	26.184
Outros passivos		**284.368**	298.484	**539.866**	306.748
Total passivo circulante		**5.346.654**	3.465.389	**6.000.713**	3.666.344
Não circulante					
Emprést., financiamentos e debêntures	14	**2.316.622**	1.134.005	**2.316.623**	1.145.811
Instrumentos financeiros	8	**2.364**	1.539	**2.364**	1.539
Arrendamentos a pagar	10	**35.759**	12.388	**37.412**	15.843
Parcelamentos tributários	16	**1.182**	1.565	**1.182**	1.565
Provisões para litígios	17	**5.237**	6.664	**5.237**	6.664
Outras obrigações		**37.953**	26	**40.910**	5.939
Total passivo não circulante		**2.399.117**	1.156.187	**2.403.728**	1.177.361
Total do passivo		**7.745.771**	4.621.576	**8.404.441**	4.843.705
Patrimônio líquido	18				
Capital social		**3.478.385**	1.565.587	**3.478.385**	1.565.587
Reserva de capital		**(1.954)**	(6.331)	**(1.954)**	(6.331)
Reservas de lucros		**1.218.191**	2.402.702	**1.218.191**	2.402.702
Outros itens do PL		**(5)**	75.756	**(5)**	75.756
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		**4.694.617**	4.037.714	**4.694.617**	4.037.714
Participação de não controladores		**-**	-	**5.297**	8.004
Total do patrimônio líquido		**4.694.617**	4.037.714	**4.699.914**	4.045.718
Total do passivo e do patrim. líquido		**12.440.388**	8.659.290	**13.104.355**	8.889.423

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumul.	Total Controladora	Acionistas não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.565.587	(10.466)	2.471.577	11.016	-	4.037.714	8.004	4.045.718
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	**(947)**	**947**	-	-	-
Aumento de Capital	**1.912.798**	-	**1.910.110**	-	-	**2.688**	**1.121**	**3.809**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	**815.667**	**815.667**	**(6.968)**	**808.699**
Constituição de Reserva Legal	-	-	**40.831**	-	**(40.831)**	-	-	-
Constit.de Reserva para Investimentos	-	-	**684.768**	-	**(684.768)**	-	-	-
Adiantamento p/futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	**2.949**	**2.949**
Ações em tesouraria	-	**946**	-	-	-	**946**	-	**946**
Dividendo adicional pago	-	-	**(68.875)**	-	-	**(68.875)**	-	**(68.875)**
Dividendo adicional proposto	-	-	**52.226**	-	**(52.226)**	-	-	-
Dividendo adicional aprovado	-	-	**(52.226)**	-	-	**(52.226)**	-	**(52.226)**
Dividendo obrigatório	-	-	-	-	**(38.789)**	**(38.789)**	-	**(38.789)**
Despesa outorga plano de ações	-	**4.377**	-	-	-	**4.377**	-	**4.377**
Outros	-	**404**	-	-	-	**404**	**191**	**595**
Efeito cambial de controlada no exterior	-	-	-	**(7.289)**	-	**(7.289)**	-	**(7.289)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**3.478.385**	**(4.739)**	**1.218.191**	**2.780**	**-**	**4.694.617**	**5.297**	**4.699.914**

	Capital social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumul.	Total Controladora	Acionistas não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.565.587	(16.174)	1.796.602	1.722	-	3.347.737	4.154	3.351.891
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(947)	947	-	-	-
Aumento de capital	-	-		-	-	-	6.108	6.108
Aquisição de ações em tesouraria	-	308		-	-	308	-	308
Lucro líquido do exercício	-	-		-	758.623	758.623	(2.258)	756.365
Constit. de reserva para incentivos fiscais	-	-	210.704	-	(210.704)	-	-	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	27.443	-	(27.443)	-	-	-
Constit. de Reserva para investimentos	-	-	426.477	-	(426.477)	-	-	-
Dividendo adicional pago	-	-	(58.524)	-	-	(58.524)	-	(58.524)
Dividendo adicional proposto	-	-	68.875	-	(68.875)	-	-	-
Dividendo obrigatório	-	-		-	(26.071)	(26.071)	-	(26.071)
Despesa outorgas plano de ações	-	6.328		-	-	6.328	-	6.328
Alteração de Participação em controlada	-	(928)		-	-	(928)	-	(928)
Efeito cambial de controlada no exterior	-	-		10.241	-	10.241	-	10.241
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.565.587	(10.466)	2.471.577	11.016	-	4.037.714	8.004	4.045.718

Demonstrações do Resultado

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Receita operacional líquida	22	**15.885.572**	12.380.446	**16.423.694**	12.825.771
Custo das mercadorias e prod. vendidos	23	**(13.405.717)**	(9.981.240)	**(13.939.323)**	(10.294.268)
Lucro bruto		**2.479.855**	2.399.206	**2.484.371**	2.531.503
Despesas (receitas) operac. líquidas		**(1.930.808)**	(1.164.506)	**(1.945.383)**	(1.286.205)
Despesas de vendas	23	**(1.762.751)**	(1.140.533)	**(1.785.330)**	(1.183.262)
Despesas administrativas	23	**(117.353)**	(84.545)	**(137.153)**	(106.824)
Perda por redução ao valor recuperável	23	**(24.913)**	(21.419)	**(31.430)**	(23.433)
Resultado da equivalência patrimonial	9	**(35.145)**	54.379	**(264)**	(71)
Outras rec. e desp. operac., líq.	23	**9.354**	27.612	**8.794**	27.385
Result. antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**549.047**	1.234.700	**538.988**	1.245.298
Resultado financeiro líquido	25	**492.485**	(237.061)	**497.036**	(244.272)
Resultado antes dos impostos e contrib.		**1.041.532**	997.639	**1.036.024**	1.001.026
Imposto de renda e contribuição social	26	**(225.865)**	(239.016)	**(227.325)**	(244.661)
Lucro atribuído a:					
Acionistas controladores		**815.667**	758.623	**815.667**	758.623
Acionistas não controladores		**-**	-	**(6.968)**	(2.258)
Lucro líquido do exercício		**815.667**	758.623	**808.699**	756.365
Lucro líquido por ação (em R$)	19				
Básico		**1,63523**	1,52243	**1,62126**	1,51790
Diluído		**1,62810**	1,51415	**1,61420**	1,50964

Demonstração do Resultado Abrangente

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Lucro líquido do exercício	**815.667**	758.623	**808.699**	756.365
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Operaç. no exterior - ajuste acum. de conversão	**(7.289)**	10.241	**(7.289)**	10.241
Total dos result. abrangentes do exercício	**808.378**	768.864	**801.410**	766.606
Acionistas controladores	**-**	-	**808.378**	768.864
Acionistas não controladores	**-**	-	**(6.968)**	(2.258)

Demonstração do Fluxo de Caixa - método indireto

	Nota	Controladora		Consolidado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Lucro líquido do período antes dos impostos		**1.041.532**	997.639	**1.036.024**	1.001.026
Reconc. do lucro líq. c/o caixa ger. nas ativ. operac.:					
Depreciação e amortização	29	**111.219**	90.154	**112.088**	90.788
Deprec. de ativo direito de uso em arrendamento	10	**6.096**	3.427	**7.300**	4.575
Aj. a valor justo de *commodities* e out. estoques	23	**60.460**	(367.063)	**60.460**	(367.063)
Ajuste a valor justo de inst. financ. deriv. líquido	25	**(266.932)**	209.683	**(266.324)**	209.683
Rendimento de aplicação financeira	25	**(8.967)**	(94.511)	**(8.967)**	(94.511)
Juros, atualiz. monet. e variação cambial s/emprést.	25	**143.310**	251.251	**178.584**	262.289
Provisão p/perdas esperadas com contas a receber	5	**24.913**	21.419	**30.835**	21.346
Provisão para litígios	17	**(1.427)**	(4.886)	**(1.427)**	(4.886)
Despesa com outorga de opções de ações	20	**4.377**	6.328	**4.377**	6.328
Aj. a valor presente de passivo de arrendam.	10	**1.428**	1.367	**1.748**	1.264
Custo residual do ativo imobilizado baixado	11	**3.602**	1.228	**3.602**	1.228
Custo do ativo intangível baixado	12	**10.188**	-	**10.188**	-
Crédito tributário extemporâneo registrado	6	**(65.637)**	-	**(65.637)**	-
Resultado de equivalência patrimonial	9	**35.145**	(54.379)	**264**	71
(Aumento) Redução em ativos:					
Contas a receber de clientes	5	**(664.999)**	(119.073)	**(813.024)**	(79.288)
Estoques	7	**(550.269)**	(197.917)	**(550.269)**	(197.917)
Imposto de renda e contrib. social a recuperar	6	**79.498**	32.468	**77.557**	32.308
Impostos a recuperar	6	**(144.381)**	(58.103)	**(144.381)**	(58.105)
Contas a receber partes relacionadas	28	**9.909**	3.353	**9.909**	3.558
Depósitos judiciais	17	**(33)**	(52)	**(33)**	(52)
Outros ativos		**(28.810)**	1.371	**(34.287)**	946
Aumento (Redução) em passivos					
Fornecedores	13	**855.864**	(192.464)	**831.498**	(164.707)
Parcelamentos tributários	16	**(1.092)**	(1.605)	**(1.092)**	(1.605)
Adiantamento de clientes		**(15.279)**	1.265	**232.289**	1.265
Outros passivos		**64.184**	177.689	**63.088**	170.821
Caixa gerado nas operações		**703.899**	708.589	**774.370**	839.362
Imposto de renda e contribuição Social Pagos	26	**(166.087)**	(113.150)	**(172.076)**	(113.150)
Caixa líq gerado pelas (utilizado nas) ativ. operac.		**537.812**	595.439	**602.294**	726.212
Fluxos de caixa das atividades de investimento:					
Aplicações financeiras	4	**(174.761)**	(65.753)	**(183.582)**	(55.851)
Resgates de aplicações financeiras	4	**71.306**	272.409	**71.306**	272.409
Aquisição de imobilizado	11	**(1.658.117)**	(696.731)	**(1.658.145)**	(696.965)
Aquisição de intangível	12	**(32.336)**	(36.230)	**(33.091)**	(36.711)
Outras movimentações		**(14.278)**	(928)	**(13.683)**	(928)
Investimento em controladas e coligadas	9	**(39.742)**	(33.516)	**(13.600)**	(5.250)
Caixa líquido utiliz.nas ativ. de investimento		**(1.847.928)**	(560.749)	**(1.830.795)**	(523.296)
Fluxos de caixa das ativ. de financiamentos					
Adiant. para futuro aumento de capital	18	**-**	-	**2.949**	-
Ações em tesouraria	18	**946**	308	**946**	308
Empréstimos e financiamentos captados	14	**3.521.625**	1.233.005	**4.111.392**	1.439.766
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	14	**(1.226.591)**	(618.097)	**(1.633.569)**	(754.380)
Pagamentos de juros sobre emprést. e financ.	14	**(288.441)**	(162.516)	**(288.441)**	(162.516)
Pagamento de dividendos	18	**(95.059)**	(58.411)	**(95.059)**	(58.411)
Pagamento de arrendamentos	10	**(8.547)**	(4.365)	**(10.318)**	(5.416)
Integralização de capital	18	**2.688**	-	**3.809**	6.108
Caixa líquido gerado pelas ativid. de financ.		**1.906.621**	389.924	**2.091.709**	465.459
Variação de caixa e equivalentes de caixa		**596.505**	424.614	**863.208**	668.375
Caixa e equival. de caixa - no início do período	4	**1.184.252**	759.638	**1.696.858**	1.028.483
Caixa e equival.de caixa - no final do período	4	**1.780.757**	1.184.252	**2.560.066**	1.696.858
Variação de caixa e equivalentes de caixa		**596.505**	424.614	**863.208**	668.375
Item que não afeta caixa					
Juros sobre empréstimos capitalizados		**226.118**	9.208	**226.118**	9.208

Demonstração do Valor Adicionado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Receitas	**15.902.488**	12.359.027	**16.434.781**	12.802.338
Insumos adquiridos de terceiros	**(14.830.713)**	(10.849.467)	**(15.373.866)**	(11.128.860)
Valor adicionado bruto	**1.071.775**	1.509.560	**1.060.913**	1.673.478
Retenções				
Depreciações e amortizações	**(117.315)**	(93.581)	**(119.388)**	(95.365)
Valor líquido produzido pela entidade	**954.460**	1.415.979	**941.525**	1.578.113
Valor adicionado rec.em transferência	**1.269.144**	810.324	**1.321.629**	762.189
Valor adicionado total a distribuir	**2.223.604**	2.226.303	**2.263.154**	2.340.302
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	**379.694**	328.555	**390.890**	328.553
Impostos, taxas e contribuições	**329.223**	264.780	**334.053**	270.425
Remuneração do capital de terceiros	**699.020**	874.345	**729.512**	984.959
Remun. de capitais próprios e outras	**815.667**	758.623	**808.699**	756.365
	2.223.604	2.226.303	**2.263.154**	2.340.302

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - A Três Tentos Agroindustrial S.A. ("Companhia" ou "Controladora" e, em conjunto com suas controladas, o "Consolidado" ou "Grupo"), é uma Companhia de capital aberto, com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código "TTEN3", listada no segmento especial de governança corporativa denominado Novo Mercado, desde 12 de julho de 2021. A Companhia atua de forma integrada ao longo da cadeia do agronegócio, abrangendo desde o fornecimento de insumos ao produtor rural até a comercialização e industrialização de commodities agrícolas destinadas aos mercados interno e externo. Suas principais atividades incluem o fornecimento de insumos ao produtor rural, tais como proteção de cultivos, fertilizantes e sementes, a comercialização de grãos, como soja, milho, trigo e canola, bem como a industrialização de grãos, com destaque para o processamento da soja. Essas atividades resultam na produção de derivados industriais, tais como farelo, óleo degomado, biodiesel, glicerina, ácido graxo, casca, entre outros produtos, destinados a diferentes elos da cadeia produtiva até o consumidor final.

1.1. Relação de entidades controladas, coligadas e controladas em conjunto (*joint ventures*): As demonstrações financeiras individuais e consolidadas refletem a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia mantinha participação societária nas seguintes entidades: participação direta de 100% nas empresas 3T *International* S.A., sediada no Uruguai, e nas empresas brasileiras Tentos Holding Financeira de Participações Ltda. e Tentos Participações Ltda.. Por meio dessas participações, a Companhia detém participações indiretas de 100% em Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento e Tentos Promotora de Vendas Ltda., 80% em Tentos Corretora de Seguros Ltda., 26,30% em Mates Locações Aéreas Ltda. e 50% em Asas do Araguaia Locações Aéreas Ltda., todas sediadas no Brasil. Adicionalmente, a Companhia participa em joint venture, com 50% de participação, na empresa Via Maris Navegação e Portos S.A., também sediada no Brasil.

2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A autorização para a divulgação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi concedida pelo Conselho de Administração em 05 de março de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A apresentação da DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado.

2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados ativos e passivos mensurados ao valor justo, quando aplicável, conforme apresentado na nota explicativa 8. As demonstrações financeiras refletem todas as informações consideradas relevantes pela Administração da Companhia para fins de apresentação e divulgação, correspondendo às informações utilizadas em seu processo de tomada de decisão.

2.3. Base de consolidação: As demonstrações financeiras da Companhia refletem ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas. Os saldos e as transações entre empresas do grupo, que incluem lucros não realizados, são eliminados no processo de consolidação. A lista de investidas, incluindo controladas, coligadas e *joint ventures*, está descrita na nota explicativa 1.

(i) Controladas: A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou possui direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e possui a capacidade de afetar esses retornos por meio do exercício de poder sobre suas atividades relevantes. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, os investimentos em controladas são reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle: Quando ocorre a perda de controle sobre uma controlada, a Companhia deixa de reconhecer os ativos, passivos e quaisquer participações de não controladores, bem como outros componentes do patrimônio líquido relacionados à investida. Eventual ganho ou perda decorrente da perda de controle é reconhecido no resultado do período. Qualquer participação remanescente na investida é mensurada ao valor justo na data da perda de controle.

(iii) Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial: Os investimentos da Companhia avaliados pelo método da equivalência patrimonial compreendem as participações em controladas, controladas em conjunto (*joint ventures*) e coligadas. Coligadas são entidades sobre as quais a Companhia exerce influência significativa, mas não possui controle ou controle conjunto sobre as políticas financeiras e operacionais. Esses investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, incluindo os custos de transação. Após o reconhecimento inicial, o valor contábil do investimento é ajustado pela participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e em outros resultados abrangentes da investida, até a data em que o controle, o controle conjunto ou a influência significativa deixe de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, os investimentos em controladas também são contabilizados por esse método.

(iv) Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações intragrupo, bem como receitas e despesas não realizadas decorrentes dessas transações, são eliminados na consolidação. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial são eliminados contra o valor do investimento, na proporção da participação da Companhia. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma, exceto quando houver evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia, bem como a moeda de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). A moeda funcional no Uruguai é o dólar americano, sendo a única controlada que não utiliza a moeda local.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais, estimativas e julgamentos contábeis críticos: 3.1. Principais políticas contábeis materiais: As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e estão apresentadas junto a suas respectivas notas explicativas.

3.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer a utilização de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamentos relevantes por parte da Administração da Companhia na aplicação de suas políticas contábeis. Com base em premissas consideradas razoáveis, a Companhia realiza estimativas acerca de eventos futuros. Tais estimativas e julgamentos são continuamente revisados e fundamentam-se na experiência e no conhecimento da Administração, nas informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e em outros fatores relevantes, incluindo expectativas quanto à ocorrência de eventos futuros. Por sua própria natureza, as estimativas contábeis diferem, em maior ou menor grau, dos resultados efetivamente realizados. As estimativas e premissas que envolvem maior grau de julgamento pela Administração e que podem resultar em ajustes relevantes nos valores contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios sociais estão divulgadas nas seguintes notas explicativas: (i) notas explicativas 5, 7 e 13, relativas à mensuração do valor realizável líquido dos produtos agrícolas; (ii) nota explicativa 10, referente à determinação da taxa de desconto aplicada na mensuração dos arrendamentos a pagar; (iii) nota explicativa 11, relacionada à definição das vidas úteis econômicas do ativo imobilizado; (iv) nota explicativa 17, que trata da avaliação da probabilidade de perda e da estimativa dos valores envolvidos em processos judiciais; (v) nota explicativa 26, referente ao reconhecimento e mensuração de imposto de renda e contribuição social diferidos; (vi) nota explicativa 8, relacionada à mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e (vii) nota explicativa 20, referente à mensuração do valor justo das transações de pagamento baseado em ações na data de outorga.

4. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Caixa e bancos	**270.037**	219.141	**1.040.228**	726.934
Aplicações de liquidez imediata	**1.510.720**	965.111	**1.519.838**	969.924
Renda fixa	**1.091.748**	546.078	**1.100.866**	550.891
Fundo de investimento exclusivo	**418.972**	419.033	**418.972**	419.033
Total Caixa e equiv. de caixa	**1.780.757**	1.184.252	**2.560.066**	1.696.858

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Fundos de Invest.	**66.192**	65.953	**66.192**	65.953
Demais aplicações	**112.279**	1.384	**129.168**	9.451
Total Aplic. Financ.	**178.471**	67.337	**195.360**	75.404

Política contábil: Os saldos de caixa e equivalentes de caixa compreendem depósitos bancários em conta corrente e aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimento original de até três meses, sujeitas a risco insignificante de alteração de valor e destinadas à gestão de caixa de curto prazo da Companhia. As aplicações financeiras incluídas nessa rubrica são classificadas como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

5. Contas a receber de clientes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Contas a receber no mercado interno	**462.179**	310.209	**463.672**	310.209
Contas a receber no mercado externo	**-**	-	**318.990**	210.183
Cédula de produtor rural - CPR (Nota 8)	**959.762**	624.018	**1.382.979**	842.585
Contas a rec.de partes relacion. (Nota 28)	**888.086**	691.262	**62.892**	76.517
Operações de crédito	**-**	-	**44.598**	1.074
Total	**2.310.027**	1.625.489	**2.273.131**	1.440.568
(-) Provisão para perdas esperadas	**(58.763)**	(33.850)	**(69.291)**	(38.456)
Total de contas a receber	**2.251.264**	1.591.639	**2.203.840**	1.402.112
Circulante	**2.194.846**	1.586.065	**2.147.422**	1.396.538
Não circulante	**56.418**	5.574	**56.418**	5.574

As Cédulas de Produto Rural (CPR) são originadas no âmbito do Grupo tanto pela Controladora, por meio da venda de insumos agrícolas a clientes, quanto pela controlada financeira, com o objetivo de atender produtores rurais que buscam captação de recursos para o financiamento de suas lavouras. Dessa forma, o Grupo atua na originação de CPRs físicas (*barter*) e CPRs financeiras. As CPRs físicas, usualmente denominadas CPRs *barter,* têm sua liquidação vinculada ao recebimento do pagamento em grãos, e seus respectivos valores a receber são mensurados ao valor justo, conforme descrito na nota explicativa 8. A comercialização de insumos com liquidação em commodities agrícolas integra a estratégia comercial e de originação de grãos da Companhia, contribuindo para o suprimento da atividade de comercialização de grãos e para o atendimento da demanda da indústria. A análise dos saldos das contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
A Vencer	**2.067.147**	1.445.809	**2.006.835**	1.256.282
Vencidos	**184.117**	145.830	**197.005**	145.830
De 1 a 30 dias	**153.544**	113.025	**154.728**	113.025
De 31 a 60 dias	**19.524**	6.596	**23.919**	6.596
De 61 a 90 dias	**11.049**	26.209	**18.358**	26.209
Total	**2.251.264**	1.591.639	**2.203.840**	1.402.112

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes, não sendo esperadas perdas - acima dos montantes provisionados, considerando o histórico da Companhia e as garantias existentes.

Política contábil: As contas a receber de clientes compreendem os valores a receber decorrentes da venda de mercadorias e da prestação de serviços, incluindo, entre outros, serviços de coleta de solo, análise, geração e interpretação de mapas de fertilidade, realizados no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber com prazo de realização de até um ano são classificadas no ativo circulante. Aqueles com prazo superior a um ano são apresentados no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva, líquido da provisão para perdas esperadas ("*impairment*"), conforme previsto no CPC 48 / IFRS 9. A provisão para perdas esperadas é determinada com base em premissas relacionadas ao risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas, considerando o histórico de perdas da Companhia, as condições atuais de mercado e as estimativas de condições econômicas futuras na data de reporte. A Administração exerce julgamento na definição dessas premissas e na seleção das informações utilizadas no cálculo do *impairment*. A provisão para perdas esperadas com contas a receber é estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente às perdas esperadas na realização dos créditos. Para títulos vencidos e a vencer relacionados a clientes com risco de crédito identificado, é realizada análise individual, sendo mantidos os procedimentos de cobrança e de constituição de provisão, quando aplicável.As contas a receber também incluem recebíveis originados de operações com Cédulas de Produto Rural (CPR), nas quais a Companhia comercializa defensivos agrícolas em troca de *commodities* agrícolas. Essas operações são reconhecidas inicialmente pelo valor justo na data da transação. Subsequentemente, o valor justo das contas a receber atrelado à variação dos preços das *commodities* (soja, milho e trigo) é ajustado com base nas cotações do mercado físico, com contrapartida no custo das mercadorias e produtos vendidos, de acordo com a política contábil adotada pela Companhia.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As provisões para perdas esperadas com ativos financeiros são determinadas com base em premissas relacionadas ao risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas, em conformidade com o CPC 48 / IFRS 9. Como política, a Companhia avalia e constitui provisão para títulos vencidos há mais de 90 dias, bem como para todos os títulos em aberto de um mesmo devedor, quando identificada evidência objetiva de aumento significativo do risco de crédito. A manutenção, reversão ou constituição adicional de provisão em situações que envolvem renegociação de dívidas ou formalização de compromissos de pagamento é objeto de julgamento da Administração, com base em critérios qualitativos e quantitativos. Dentre os principais fatores considerados nesses julgamentos estão: as circunstâncias que levaram ao inadimplemento, incluindo eventos climáticos adversos que possam ter ocasionado quebra de safra; o histórico de relacionamento e de adimplência do cliente; a capacidade e intenção de pagamento; e as evidências disponíveis que suportem a expectativa de recuperação dos créditos.

continua ...

Continuação

Três Tentos Agroindustrial S/A - CNPJ 094.813.102/0001-70

6. Imposto de renda, contribuição social e impostos a recuperar: Em 31 de dezembro de 2025, os saldos a recuperar de imposto de renda e contribuição social totalizavam R$ 118.885 na controladora e R$ 121.047 no consolidado (R$ 188.320 e R$ 188.544 em 2024, respectivamente), relacionados principalmente a créditos tributários extemporâneos decorrentes de subvenções governamentais para investimento, realizáveis por compensação com tributos correntes ou pedidos de ressarcimento. Os impostos a recuperar totalizavam R$ 448.119 (R$ 238.101 em 2024), compostos principalmente por créditos de PIS e COFINS apurados sobre operações de processamento de soja e produção de biodiesel. Em 2025, a Companhia reconheceu créditos extemporâneos de R$ 65.637 relacionados ao benefício do Selo Social, dos quais R$ 27.897 permaneciam registrados ao final do exercício, com expectativa de realização no curto prazo.

7. Estoques e adiantamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Adubos e fertilizantes	**64.821**	32.068	**64.821**	32.068
Defensivos	**805.482**	541.721	**805.482**	541.721
Biodiesel	**71.869**	110.971	**71.869**	110.971
Outros	**87.325**	101.295	**87.325**	101.295
Total registrados a custo de aquisição/produção	**1.029.497**	786.055	**1.029.497**	786.055
Grãos	**829.515**	587.004	**829.515**	587.004
Sementes	**70.495**	85.101	**70.495**	85.101
Óleo e farelo	**225.097**	324.271	**225.097**	324.271
Créditos de Carbono (Nota 7.1)	**4.309**	-	**4.309**	-
Total registrados a valor justo (Nota 8)	**1.129.416**	996.376	**1.129.416**	996.376
Total estoques	**2.158.913**	1.782.431	**2.158.913**	1.782.431
Adiantam. a fornecedores de estoques	**123.633**	138.557	**123.633**	138.557
Adiantam. a fornecedores outros	**5.382**	3.743	**5.628**	3.934
Total adiantamentos	**129.015**	142.300	**129.261**	142.491

Política contábil: Os estoques são mensurados de acordo com a sua natureza e finalidade econômica, observando-se o disposto no CPC 16 - Estoques (IAS 2) e, quando aplicável, no CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (IFRS 13).

Os estoques da Companhia compreendem, principalmente: (i) *commodities* agrícolas destinadas à comercialização ("*trading*"); (ii) grãos e matérias-primas; (iii) produtos em processo de industrialização; (iv) produtos acabados e derivados industriais; e (v) demais mercadorias, insumos e materiais auxiliares.

As *commodities* agrícolas como soja, milho e trigo são mensuradas a valor justo, deduzido dos custos de venda, e as variações no valor justo são reconhecidas diretamente no resultado do exercício em que ocorrem, devido a essas commodities se destinarem, substancialmente, a operações de *trading*, nas quais a mensuração a valor justo reflete de forma mais fidedigna o modelo de negócios da Companhia. Os itens derivados do processo produtivo, tais como óleo e farelo, também são considerados *commodities*. Esses itens são inicialmente valorizados ao custo de produção, com base nas ordens de produção, que compreendem: • o custo da matéria-prima (grãos) consumida, mensurada com base no preço de mercado; • os gastos com mão de obra direta; • outros custos diretos de produção; e • a depreciação dos ativos utilizados no processo produtivo. Subsequentemente, a Companhia confronta o custo de produção com o preço de mercado do produto acabado e reconhece eventuais diferenças nas contas de ajustes de estoques a valor justo, deduzidos dos custos de venda, com contrapartida no resultado do período. As demais mercadorias de estoques são mensuradas pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável. Os custos desses estoques são determinados com base no método do custo médio ponderado, incluindo o preço de compra, impostos não recuperáveis, fretes e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição. O valor líquido realizável corresponde ao preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos necessários para sua conclusão e dos gastos necessários para realizar a venda. O custo dos estoques é reconhecido no resultado quando os respectivos produtos são vendidos, sendo registrado na rubrica de custo dos produtos vendidos.

7.1 Créditos de Carbono: A movimentação dos créditos de carbono no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está apresentada abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	Quantidade	**Valor**
Reclassific. em 01/01/2025	**14.438**	**1.012**
Créditos emitidos	**374.283**	**19.977**
Créditos vendidos	**(279.467)**	**(16.981)**
Ajuste a valor justo	**-**	**301**
Saldo em 31/12/2025	**109.254**	**4.309**
		31/12/2025
Receita com venda de créditos de carbono		**35.012**
Custo dos créditos de carbono vendidos		**(16.680)**
Resultado bruto com créditos de carbono		**18.332**
Despesas de vendas de créditos de carbono		**366**
IRPJ sobre créditos de carbono		**(2.337)**
Impacto líquido dos créditos de carbono no resultado		**16.361**

Política contábil: A Companhia é uma das empresas produtoras de biocombustíveis do Brasil, especializada na fabricação de biodiesel a partir da soja. O biodiesel produzido pela empresa representa uma alternativa mais sustentável em relação aos combustíveis fósseis, uma vez que sua queima resulta em emissões significativamente menores de dióxido de carbono (CO_2), contribuindo assim para a mitigação dos impactos ambientais relacionados ao efeito estufa. Em razão de seus benefícios ambientais, o biodiesel é elegível para a certificação de créditos de carbono - instrumento de incentivo à redução de emissões. Nesse contexto, a Companhia participa do programa RenovaBio, uma política nacional voltada à expansão da produção de biocombustíveis no Brasil com base na previsibilidade, sustentabilidade ambiental e eficiência energética. A Companhia possui certificação no Programa Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), instituído pela Lei nº 13.576/2017, para emissão de Créditos de Carbono, em conformidade com a Resolução ANP nº 758/2018 e regulamentações do Ministério de Minas e Energia (MME). Uma unidade de CBIO representa uma tonelada de dióxido de carbono equivalente (tCO_2e) evitada. Os créditos de carbono (CBIOs) são gerados pela Companhia no curso normal de suas atividades, nos termos da regulamentação aplicável ao mercado regulado de descarbonização, e têm como finalidade preponderante a comercialização no mercado, representando um instrumento econômico associado à redução de emissões de gases de efeito estufa. Esses créditos são negociados no mercado, por meio da plataforma da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. Até 31 de dezembro de 2024, os créditos de carbono eram apresentados no balanço patrimonial na rubrica "Ativo ambiental". E a partir de 2025, foram reclassificados para estoques, de acordo com a Orientação OCPC 10 – Créditos de Carbono, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a qual estabelece que os créditos de carbono devem ser classificados de acordo com sua finalidade econômica. Essa mudança de classificação representa apenas uma alteração na apresentação, sem efeito sobre o reconhecimento ou mensuração dos ativos, e não teve impacto sobre o resultado do exercício. Os créditos de carbono classificados como estoques são mensurados inicialmente ao custo de geração e subsequentemente, são mensurados a valor justo, quando aplicável, com reconhecimento no resultado do período. A realização dos créditos de carbono ocorre, predominantemente, por meio de sua venda a terceiros, ocasião em que o respectivo valor é reconhecido no resultado do exercício, nas rubricas de receita e custo correspondentes.

8. Valor justo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Instrumentos financeiros ativos	**1.467.928**	1.026.110	**1.891.145**	1.244.677
Cédula de produtor rural - CPR (Nota 5)	**959.762**	624.018	**1.382.979**	842.585
Instrumentos financeiros derivativos	**508.166**	402.092	**508.166**	402.092
Contratos a termo de *commodities*	**341.991**	338.821	**341.991**	338.821
Operações de *hedge* - Ativo	**52.115**	4.991	**52.115**	4.991
Operações de *swap* sobre empréstimos	**-**	35.382	**-**	35.382
Operações de *NDF* - Ativo	**111.101**	22.898	**111.101**	22.898
Operações de opções - Ativo	**2.959**	-	**2.959**	-
Estoques a valor de mercado (Nota 7)	**1.129.416**	996.376	**1.129.416**	996.376
Grãos	**829.515**	587.004	**829.515**	587.004
Sementes	**70.495**	85.101	**70.495**	85.101
Óleo e farelo	**225.097**	324.271	**225.097**	324.271
Crédito de Carbono	**4.309**	-	**4.309**	-
Total ativo	**2.597.344**	2.022.486	**3.020.561**	2.241.053
Instrumentos financeiros passivos	**1.039.275**	1.355.828	**1.039.884**	1.355.828
Fornec. a fixar de commodities (Nota 13)	**837.172**	1.023.698	**837.172**	1.023.698
Instrumentos financeiros derivativos	**202.103**	332.130	**202.712**	332.130
Contratos a termo de *commodities*	**112.032**	78.032	**112.032**	78.032
Operações de *hedge* - Passivo	**23.086**	16.078	**23.086**	16.078
Operações de *swap* sobre empréstimos	**33.977**	3.331	**34.586**	3.331
Operações de *NDF*	**33.008**	234.689	**33.008**	234.689
Empréstimos, financiam. e debêntures	**4.247.250**	1.598.982	**4.640.171**	1.942.608
Total passivo	**5.286.525**	2.954.810	**5.680.055**	3.298.436

Política contábil: A Companhia mensura determinados instrumentos financeiros - tais como derivativos, contas a receber decorrentes de Cédulas de Produto Rural (CPR) e fornecedores de *commodities* a fixar - bem como estoques de *commodities*, pelo valor justo em cada data de reporte. A mensuração do valor justo é baseada na premissa de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, desde que tal mercado seja acessível à Companhia. Na mensuração do valor justo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias, para as quais existam dados suficientes e confiáveis, maximizando o uso de inputs observáveis relevantes e minimizando o uso de inputs não observáveis, conforme requerido pelas normas aplicáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia do valor justo, com base no menor nível de *input* significativo para a mensuração como um todo, conforme segue: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e • Nível 3: *inputs* não observáveis para o ativo ou passivo.

Para ativos e passivos mensurados ao valor justo de forma recorrente, a Companhia avalia, ao final de cada período de divulgação, a ocorrência de transferências entre os níveis da hierarquia, reclassificando-os, quando aplicável, com base no menor nível de *input* significativo utilizado na mensuração do valor justo. Para fins de divulgação, a Companhia definiu classes de ativos e passivos com base em sua natureza, características e riscos, bem como no respectivo nível da hierarquia do valor justo em que se encontram classificados.

9. Investimentos: O total de investimentos em controladas é composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Participação em controladas	**132.234**	134.522	**-**	-
Participação em coligadas	**-**	-	**1.250**	1.760
Participação em controladas em conjunto	**-**	-	**17.265**	3.419
Total dos investimentos	**132.234**	134.522	**18.515**	5.179

Investimentos em andamento: No último trimestre de 2025 a Companhia iniciou o processo de aquisição das empresas Grão Pará Bioenergia e Grão Para Participações, com foco na produção de etanol de milho e DDG. Em 31 de dezembro de 2025 a referida aquisição estava condicionada ao cumprimento de condições precedentes e de aprovação pelas autoridades concorrenciais (CADE). Em 20 de fevereiro de 2026, foi obtida a aprovação do CADE para a aquisição das empresas e em 26 de fevereiro de 2026, a operação foi concluída com o pagamento de R$ 15.000.

Política contábil: Os investimentos em participações societárias da Companhia são classificados conforme o grau de influência exercido sobre as investidas: Controladas: As controladas são aquelas sobre as quais a Companhia exerce controle. Os investimentos em controladas são registrados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Coligadas e joint ventures: As coligadas e *joint ventures* são aquelas sobre as quais a Companhia exerce influência significativa ou controle conjunto. Os investimentos nessas entidades são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. A participação da Companhia nos resultados das investidas reconhecidos por equivalência patrimonial é registrada no resultado do período, líquida dos efeitos tributários. Os investimentos são avaliados periodicamente quanto à existência de evidências objetivas de perda por redução ao valor recuperável. Quando identificada a necessidade de ajuste, o valor do investimento é reduzido ao seu valor recuperável, com o reconhecimento da perda no resultado do período.

10. Direito de uso e arrendamentos a pagar: A Companhia possui contratos de arrendamento de lojas comerciais, armazéns e escritórios localizados nos estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso, São Paulo, Goiás e Minas Gerais. Além desses, em 2025 foram firmados novos contratos de arrendamento de fazendas destinadas ao cultivo de florestas de eucalipto no estado do Mato Grosso. As taxas de desconto aplicadas variam de 7,81% a 12,05% ao ano em 31 de dezembro de 2025 e 7,00% a 16,66% a.a. em 31 de dezembro de 2024. O prazo médio dos contratos é de aproximadamente 10 (dez) anos em 31 de dezembro de 2025 e 5 (cinco) anos em 31 de dezembro de 2024. A movimentação dos ativos de direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é apresentada a seguir.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2024	16.351	21.949
Adições de novos contratos	**23.083**	**23.507**
Remensurações de contratos	**7.633**	**6.619**
(-) Amortização do ativo de direito de uso	**(6.800)**	**(8.004)**
Saldo em 31/12/2025	**40.267**	**44.071**
Saldo em 31/12/2023	10.674	18.106
Adições de novos contratos	1.844	2.258
Remensurações de contratos	7.260	6.160
(-) Amortização do ativo de direito de uso	(3.427)	(4.575)
Saldo em 31/12/2024	16.351	21.949
Passivo circulante em 31/12/2025	**6.263**	**8.096**
Passivo não circulante em 31/12/2025	**35.759**	**37.412**
Passivo circulante em 31/12/2024	5.344	7.416
Passivo não circulante em 31/12/2024	12.388	15.843

Política contábil: De acordo com o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, um contrato é classificado como arrendamento quando confere à Companhia o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período determinado, em troca de contraprestação. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento, líquidos de incentivos recebidos, descontados pela taxa incremental de empréstimo da Companhia na data de início do contrato. A taxa incremental de arrendamento é determinada com base na curva ponderada do CDI/Pré, acrescida do risco de crédito da Companhia e de um spread compatível com o risco do ativo subjacente. A Companhia adota o expediente prático previsto no CPC 06 (R2) de utilizar uma taxa de desconto única para contratos com características semelhantes e prazos equivalentes. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado ao custo, correspondente ao valor inicial do arrendamento a pagar, ajustado por pagamentos efetuados antes ou na data de início, custos diretos iniciais e obrigações estimadas de desmontagem ou restauração, quando aplicável. Subsequentemente, o ativo de direito de uso é depreciado pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento e ajustado por remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é atualizado pelo reconhecimento dos encargos financeiros ao longo do prazo contratual e reduzido pelos pagamentos efetuados. O passivo é remensurado sempre que houver alteração nos fluxos de caixa futuros decorrente de revisão do prazo do arrendamento, exercício ou não de opções de renovação ou rescisão, ou alteração nos pagamentos variáveis dependentes de índices ou taxas. A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para contratos classificados como de curto prazo (prazo inferior ou igual a 12 meses) ou que envolvam ativos de baixo valor, conforme permitido pelo CPC 06 (R2). Os pagamentos associados a esses contratos são reconhecidos linearmente no resultado ao longo do prazo contratual. Determinados contratos de arrendamento celebrados pela Companhia possuem cláusulas de pagamentos variáveis atreladas ao preço da commodity soja. Tais pagamentos variáveis não dependem de índice ou taxa financeira e, portanto, não integram a mensuração inicial do passivo de arrendamento, sendo reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que são incorridos, conforme o CPC 06 (R2).

Incertezas sobre premissas e estimativas: Para a mensuração inicial do ativo de direito de uso, a Companhia calcula o valor presente dos arrendamentos a pagar utilizando taxas de desconto específicas, definidas de acordo com os prazos e características dos contratos. As taxas de desconto são determinadas com base na curva ponderada CDI/Pré, acrescida do risco de crédito da Companhia e de um spread associado ao risco do ativo subjacente, conforme requerido pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16. A determinação dessas taxas envolve julgamentos relevantes, especialmente no que se refere à data-base das curvas de juros utilizadas, bem como à avaliação do risco de crédito da Companhia, os quais podem impactar de forma significativa o valor reconhecido do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso.

11. Imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Saldo inicial	2.620.688	1.929.185	2.638.711	1.947.515
Adições	1.732.182	772.978	1.732.210	773.213
Juros capitalizados	215.562	9.208	215.562	9.208
Baixas líquidas	(3.602)	(1.228)	(3.602)	(1.228)
Depreciação	(109.899)	(89.455)	(110.449)	(89.996)
Saldo final	**4.454.931**	**2.620.688**	**4.472.432**	**2.638.711**

a) Imobilizado em andamento: As imobilizações em andamento em 31 de dezembro de 2025 se referem, principalmente, a ampliações de unidades da Companhia, com novos depósitos para grãos e insumos, além de ampliações nas indústrias. A Companhia segue com as reformas e ampliações na Indústria de extração de óleo de Ijuí/RS e de Cruz Alta/RS, com previsão de conclusão das obras durante o exercício de 2026. A indústria de Vera/MT segue com obras de melhoria e ampliação da atual estrutura já em funcionamento, cuja conclusão está prevista ao longo do exercício de 2026. Também existem obras em andamento relacionadas às novas filiais comerciais do Rio Grande do Sul e Mato Grosso, e a nova indústria de Etanol de Milho, em Porto Alegre do Norte/MT. No exercício de 2025, foi concluída uma fase das obras referentes aos projetos das Indústrias de Vera/MT, Cruz Alta/RS, Ijuí/RS e parte da indústria de etanol de milho em Porto Alegre do Norte - MT. Também foram realizadas imobilizações de lojas comerciais do Rio Grande do Sul e Mato Grosso. A taxa média ponderada dos encargos financeiros utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos sem destinação específica, a ser capitalizado como parte integrante dos ativos em construção, foi de 13,39% a.a. no período de janeiro a dezembro de 2025 (11,07% a.a. de janeiro a dezembro de 2024).

Política contábil: Reconhecimento e mensuração: Os itens do ativo imobilizado são reconhecidos pelo custo de aquisição e/ou construção, o qual compreende o preço de compra, os impostos não recuperáveis, os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condições de funcionamento pretendidas pela Administração, bem como os custos de empréstimos capitalizados, quando aplicável, em conformidade com o CPC 20 / IAS 23. Após o reconhecimento inicial, os ativos do imobilizado são mensurados ao custo, deduzido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), conforme o CPC 01 / IAS 36. Determinados itens do ativo imobilizado tiveram seus custos ajustados por meio da revisão do custo atribuído (*deemed cost*), de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10 (IFRS 1), aplicável à adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, CPC 28, CPC 37 e CPC 43. A contrapartida do custo atribuído, bem como dos respectivos impostos diferidos, foi registrada na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. Quando partes significativas de um item do ativo imobilizado apresentam vidas úteis distintas, tais partes são reconhecidas e depreciadas separadamente, como componentes principais, em conformidade com o CPC 27 / IAS 16. Os ganhos e perdas decorrentes da alienação ou baixa de itens do ativo imobilizado são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem. Custos subsequentes: Os custos incorridos após o reconhecimento inicial são capitalizados somente quando for provável que os benefícios econômicos futuros associados ao gasto fluirão para a Companhia e quando o custo puder ser mensurado de forma confiável. Os demais custos são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Depreciação: A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada de cada ativo, de forma que o valor depreciável - correspondente ao custo do ativo, deduzido de seu valor residual, quando aplicável - seja alocado de maneira sistemática ao longo de sua vida útil. Terrenos e ativos em construção não são depreciados. As vidas úteis, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social, e quaisquer alterações nas estimativas são reconhecidas prospectivamente. A despesa de depreciação é reconhecida no resultado do exercício. No encerramento de cada exercício social, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de identificar a existência de indícios de perda por redução ao valor recuperável. Havendo tais indícios, o valor recuperável do ativo é estimado, a fim de mensurar eventual perda por desvalorização. Na data-base das demonstrações financeiras, a Companhia avaliou a existência de indicadores de que seus ativos com vida útil definida pudessem apresentar desvalorização relevante. Como resultado dessa avaliação, não foram identificadas evidências de que tais ativos estejam registrados por valores superiores àqueles passíveis de recuperação por meio do uso ou da venda. Abaixo evidenciamos a vida útil estimada por tipo de imobilizado:

Imobilizados	**Vida Útil Estimada**
Edificações e Prédios	entre 40 e 60 anos
Instalações	10 anos
Veículos	entre e 5 e 10 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Equipamentos de Computação	5 anos
Aeronaves	5 anos
Outros	entre 5 e 10 anos

12. Intangível:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Saldo inicial	54.082	18.550	55.253	19.334
Adições	32.440	36.231	33.195	36.711
Juros capitalizados	10.242	–	10.242	–
Baixas	(10.188)	–	(10.188)	–
Amortização	(1.320)	(699)	(1.639)	(792)
Saldo final	**85.256**	**54.082**	**86.863**	**55.253**

a) Intangível em andamento: O intangível em andamento em 31 de dezembro de 2025, refere-se, substancialmente, a gastos incorridos no desenvolvimento interno de aplicações, customizações e integrações tecnológicas associadas ao ambiente SAP, incluindo soluções e automações de processos que suportam ganhos de eficiência operacional, integração de processos e melhoria dos controles internos. Tais investimentos estão relacionados a desenvolvimentos internos que resultam na criação de funcionalidades de propriedade intelectual da Companhia, que se conectam ao ambiente SAP e configuram recursos identificáveis e controlados pela entidade. Esses projetos são classificados como ativos intangíveis em fase de desenvolvimento, uma vez que ainda não se encontram disponíveis para uso, sendo capitalizados quando atendidos os critérios previstos no CPC 04, incluindo viabilidade técnica, intenção e capacidade de conclusão, bem como expectativa de geração de benefícios econômicos futuros atribuíveis à Companhia.

Política contábil: Reconhecimento e mensuração: Os ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis, reconhecidos quando é provável que benefícios econômicos futuros atribuíveis ao ativo fluirão para a Companhia e seu custo possa ser mensurado com confiabilidade, em conformidade com o CPC 04. Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente ao custo. Os gastos com desenvolvimento interno de sistemas, aplicações tecnológicas, customizações e integrações são capitalizados quando atendidos os critérios de reconhecimento aplicáveis, incluindo viabilidade técnica, intenção e capacidade de conclusão, geração de benefícios econômicos futuros e mensuração confiável dos custos. Gastos incorridos na fase de pesquisa, manutenção ou atividades que não resultem na criação de recursos identificáveis e controlados pela Companhia são reconhecidos como despesa quando incorridos. Os ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso são classificados como intangível em andamento e não são amortizados. Amortização: Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma sistemática ao longo de suas vidas úteis estimadas, refletindo o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros. Quando esse padrão não puder ser determinado com confiabilidade, a amortização é reconhecida pelo método linear. A amortização tem início quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra no local e condição necessários para operar da forma pretendida pela Administração. As vidas úteis, métodos de amortização e valores residuais são revisados periodicamente e ajustados prospectivamente quando aplicável. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, quando existentes, não são amortizados e são testados anualmente quanto à redução ao valor recuperável.

13. Formecedores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Fornecedores no mercado interno	**1.923.423**	959.544	**1.926.622**	987.111
Fornecedores no mercado externo	**52.871**	62.436	**52.871**	62.436
Fornecedores a fixar de commodities (Nota 8)	**837.172**	1.023.698	**837.172**	1.023.698
Total circulante	**2.813.466**	2.045.678	**2.816.665**	2.073.245
Fornecedores no mercado interno	**37.953**	26	**37.953**	26
Total não circulante	**37.953**	26	**37.953**	26

A operação de fornecedores a fixar de *commodities* refere-se à obrigação da Companhia com o produtor rural que já entregou produtos agrícolas, porém ainda não definiu a data de fixação do preço e por consequência o valor final da operação. Dessa forma, a obrigação de pagamento fica vinculada ao valor de mercado da *commodity* entregue até a data em que for fixado o preço, podendo ser realizado a qualquer momento, por decisão do produtor rural, sendo valorizadas ao valor justo, conforme descrito na Nota 8. Por não existir um prazo específico, bem como devido ao momento de fixação ocorrer por liberalidade do produtor rural, o saldo total dessas operações é classificado no passivo circulante.

Política contábil: As contas a pagar a fornecedores representam as obrigações decorrentes da aquisição de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. Tais obrigações são classificadas no passivo circulante quando o vencimento ocorre em até um ano após a data-base das demonstrações financeiras e, no passivo não circulante, quando o prazo de liquidação é superior a um ano. As contas a pagar relativas à aquisição de mercadorias para revenda de insumos agrícolas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, conforme o CPC 48 / IFRS 9. As contas a pagar decorrentes da aquisição de *commodities* agrícolas com preço a fixar ("fornecedores a fixar de *commodities*") são reconhecidas pelo valor justo na data do recebimento dos produtos pela Companhia. Subsequentemente, o valor justo dessas obrigações, atrelado à variação dos preços das *commodities*, é ajustado com base nas cotações do mercado físico, com contrapartida no custo das mercadorias e produtos vendidos, de acordo com a política contábil adotada pela Companhia.

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2025	**% sobre o Total**	**Saldo em 31/12/2024**	**% sobre o Total**
Moeda estrangeira (USD)	**942.712**	**22%**	367.464	19%
Moeda nacional (BRL)	**3.325.330**	**78%**	1.524.557	81%
Total	**4.268.042**	**100%**	1.892.021	100%
	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2025	**% sobre o Total**	**Saldo em 31/12/2024**	**% sobre o Total**
Moeda estrangeira (USD)	**942.712**	**20%**	367.464	18%
Moeda nacional (BRL)	**3.718.251**	**80%**	1.699.415	82%
Total	**4.660.963**	**100%**	2.066.879	100%

As garantias da Companhia para os empréstimos, financiamentos e debêntures estão representadas conforme abaixo:

	Controladora	
	31/12/2025	**31/12/2024**
Alienação fiduciária - imóveis	**278.650**	269.240
Avais	**-**	430.141
Estoques	**1.323.808**	493.509
Total	**1.602.458**	1.192.890

Em 31 de dezembro de 2025, no consolidado, além dos saldos provenientes da Controladora, existem saldos de empréstimos e financiamentos relacionados à instituição financeira que é controlada pela Companhia. Desta forma, considerando as características específicas dessas operações, tais saldos provenientes da controlada não possuem garantias. Os montantes registrados no passivo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Até 1 ano	**1.951.420**	758.016	**2.344.340**	921.068
2 a 3 anos	**641.087**	443.837	**641.086**	455.643
3 a 5 anos	**1.222.775**	684.236	**1.222.775**	684.236
Acima de 5 anos	**452.761**	5.932	**452.761**	5.932
Total	**4.268.042**	1.892.021	**4.660.963**	2.066.879

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia contêm cláusulas restritivas, habituais para esses tipos de operações, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações. Essas cláusulas contratuais, entre outras condições, proíbem expressamente qualquer alteração na composição do capital social da Companhia, bem como processos de incorporação, cisão, fusão, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário, sem a concordância prévia e expressa das instituições financeiras credoras. Além disso, exigem que a Companhia: Não tenha protestos legítimos, ações judiciais ou processos em andamento (ou prestes a serem iniciados) que, se decididos contra ela, possam afetar negativamente sua situação financeira ou sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais e obtenha aprovação prévia das instituições credoras para qualquer transferência ou cessão de direitos e obrigações relacionados aos contratos. Adicionalmente, conforme previsto em determinados contratos, a Companhia deve manter o índice de Dívida Financeira Líquida/*Ebitda* em até 3,00, excluindo do cômputo os efeitos financeiros da Tentos S.A Crédito, Financiamento e Investimento ("TentosCap"). Esse índice é verificado trimestralmente, com base nas operações de empréstimos, financiamentos e debêntures. Em 31 de dezembro de 2025 todas as cláusulas referentes a empréstimos, financiamentos e debêntures estão adimplentes pela Companhia.

15. Instrumentos financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. As atividades da Companhia a expõem a riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros, sendo eles o risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, sendo tais riscos mitigados pela Administração, buscando minimizar e antecipar possíveis efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. As operações realizadas pela Companhia por meio de instrumentos financeiros são demonstradas abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Ativos financeiros	**4.722.967**	3.245.320	**5.471.741**	3.576.466
Custo amortizado	**1.357.694**	1.033.574	**887.053**	625.480
Contas a receber	**403.416**	276.359	**757.969**	483.010
Contas a receber partes relacionadas	**888.086**	691.262	**62.892**	76.517
Aplicações financeiras (FIAGRO/FIDC)	**66.192**	65.953	**66.192**	65.953
Valor justo por meio do resultado	**3.365.273**	2.211.746	**4.584.688**	2.950.986
Caixa e equivalentes de caixa	**1.780.757**	1.184.252	**2.560.066**	1.696.858
Aplicações financeiras	**112.279**	1.384	**129.168**	9.451
Cédula de produtor rural (CPR)	**959.762**	624.018	**1.382.979**	842.585
Contratos a termo de *commodities*	**341.991**	338.821	**341.991**	338.821
Operações de *hedge*	**52.115**	4.991	**52.115**	4.991
Operações de **swap** sobre empréstimos	**-**	35.382	**-**	35.382
Operações *NDF* - Ativo	**111.101**	22.898	**111.101**	22.898
Operações de opções - Ativo	**2.959**	-	**2.959**	-
Créditos de carbono	**4.309**	-	**4.309**	-
Passivos financeiros	**7.500.150**	4.381.568	**7.904.443**	4.599.136
Custo amortizado	**6.460.875**	3.025.740	**6.865.168**	3.243.308
Fornecedores	**2.014.247**	1.022.006	**2.017.446**	1.049.573
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**4.268.042**	1.892.021	**4.660.963**	2.066.879
Passivo de arrendamento	**42.022**	17.732	**45.508**	23.259
Outros passivos	**136.564**	93.981	**141.251**	103.597
Valor justo por meio do resultado	**1.039.275**	1.355.828	**1.039.275**	1.355.828
Fornecedores a fixar de *commodities*	**837.172**	1.023.698	**837.172**	1.023.698
Contratos a termo de *commodities*	**112.032**	78.032	**112.032**	78.032
Operações de *hedge*	**23.086**	16.078	**23.086**	16.078
Operações *swap* sobre empréstimos	**33.977**	3.331	**33.977**	3.331
Operações de *NDF* - Passivo	**33.008**	234.689	**33.008**	234.689

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, o que é o caso de saldo como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores.

continua ...

Continuação **Três Tentos Agroindustrial S/A - CNPJ 094.813.102/0001-70**

	Valor contábil		Valor Justo - Nível 2	
Controladora	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Ativos				
Valor justo por meio do resultado	**1.472.237**	1.026.110	**1.472.237**	1.026.110
Cédula de produtor rural (CPR)	**959.762**	624.018	**959.762**	624.018
Contratos a termo de *commodities*	**341.991**	338.821	**341.991**	338.821
Operações de hedge	**52.115**	4.991	**52.115**	4.991
Operações de swap sobre empréstimos	**-**	35.382	**-**	35.382
Operações *NDF* - Ativo	**111.101**	22.898	**111.101**	22.898
Operações de opções - Ativo	**2.959**	-	**2.959**	-
Créditos de carbono	**4.309**	-	**4.309**	-
Passivos				
Valor justo por meio do resultado	**5.307.317**	3.247.849	**5.286.525**	3.123.578
Fornecedores a fixar de *commodities*	**837.172**	1.023.698	**837.172**	1.023.698
Contratos a termo de *commodities*	**112.032**	78.032	**112.032**	78.032
Operações de *hedge*	**23.086**	16.078	**23.086**	16.078
Operações *swap* sobre empréstimos	**33.977**	3.331	**33.977**	3.331
Operações de *NDF* - Passivo	**33.008**	234.689	**33.008**	234.689
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**4.268.042**	1.892.021	**4.247.250**	1.767.750

	Valor contábil		Valor Justo - Nível 2	
Consolidado	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Ativos				
Valor justo por meio do resultado	**1.895.454**	1.244.677	**1.895.454**	1.244.677
Cédula de produtor rural (CPR)	**1.382.979**	842.585	**1.382.979**	842.585
Contratos a termo de commodities	**341.991**	338.821	**341.991**	338.821
Operações de hedge	**52.115**	4.991	**52.115**	4.991
Operações de swap sobre empréstimos	**-**	35.382	**-**	35.382
Operações NDF - Ativo	**111.101**	22.898	**111.101**	22.898
Operações de opções - Ativo	**2.959**	-	**2.959**	-
Créditos de carbono	**4.309**	-	**4.309**	-
Passivos				
Valor justo por meio do resultado	**5.700.238**	3.422.707	**5.679.446**	3.298.436
Fornecedores a fixar de commodities	**837.172**	1.023.698	**837.172**	1.023.698
Contratos a termo de commodities	**112.032**	78.032	**112.032**	78.032
Operações de hedge	**23.086**	16.078	**23.086**	16.078
Operações swap sobre empréstimos	**33.977**	3.331	**33.977**	3.331
Operações de NDF - Passivo	**33.008**	234.689	**33.008**	234.689
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**4.660.963**	2.066.879	**4.640.171**	1.942.608

Contas a receber - CPR / Fornecedores a fixar de *commodities* - Decorrem diretamente das operações da Companhia, registrados pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, têm seu valor justo atrelado à variação do preço das *commodities* (soja, milho e trigo).

Empréstimos, financiamentos e debêntures - Contratações realizadas junto a instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Para este cálculo de valor justo, foi utilizado o preço de fechamento destes títulos divulgado oficialmente por instituições financeiras em 31 de dezembro de 2025.

Passivo de arrendamento - O reconhecimento do passivo de arrendamento refere-se aos pagamentos futuros de aluguéis líquidos e ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de desconto praticada pela Companhia.

Outros ativos financeiros - Saldos decorrentes de outras transações com terceiros, e que serão convertidos em caixa, além de saldos decorrentes de transações com partes relacionadas. Os valores justos de outros ativos financeiros não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Outros passivos - Saldos decorrentes de outras transações, que serão liquidados em caixa. Para os outros passivos, o valor contábil se aproxima do valor justo.

Instrumentos financeiros derivativos (Contratos futuros (CBOT) de *commodities* e *swaps* sobre empréstimos) - A Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados, principalmente, à flutuação das variações cambiais e a preços de *commodities*. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros de proteção para mitigar sua exposição a esses riscos.

Contratos a termo - *commodities* - Os valores classificados como contratos a termo de *commodities* referem-se ao valor justo de operações de compra e venda futura de *commodities* por meio de contratos a termo junto a produtores rurais e clientes.

Política contábil:

Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que são originadas. Os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As contas a receber de clientes que não contenham componente de financiamento significativo, ou para as quais tenha sido aplicado o expediente prático permitido pela norma, são inicialmente mensuradas pelo valor justo, acrescido, quando aplicável, dos custos de transação, exceto quando classificadas ao valor justo por meio do resultado.

Os demais ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo: As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção de mercado (operações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Classificação e mensuração subsequente: A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende: (i) das características dos fluxos de caixa contratuais; e (ii) do modelo de negócios adotado pela Companhia para a gestão desses ativos. Com base nesses critérios, os ativos financeiros são classificados como: • Mensurados ao custo amortizado (CA); ou • Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados após o reconhecimento inicial, exceto quando houver alteração no modelo de negócios, caso em que a reclassificação é aplicada prospectivamente a partir do primeiro dia do período subsequente. Os ativos financeiros da Companhia incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber, bem como instrumentos financeiros derivativos.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado quando ambas as condições a seguir são atendidas: a) o ativo é mantido em modelo de negócios cujo objetivo seja receber fluxos de caixa contratuais; e b) os termos contratuais do ativo dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O custo amortizado é apurado utilizando o método da taxa de juros efetiva, sendo reduzido por eventuais perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, os ganhos ou perdas cambiais e as perdas por *impairment* são reconhecidos no resultado, assim como quaisquer ganhos ou perdas no desreconhecimento.

Avaliação do modelo de negócios: A Companhia avalia o modelo de negócios com base na forma como os ativos financeiros são geridos para geração de fluxos de caixa, considerando, entre outros fatores: • os objetivos e políticas estabelecidos para a carteira; • a forma como o desempenho é avaliado e reportado à Administração; • os riscos que afetam o desempenho e como são gerenciados; e • a frequência, o volume e o momento das vendas em períodos anteriores e as expectativas quanto a vendas futuras.

Avaliação dos fluxos de caixa contratuais (SPPI): Para fins dessa avaliação, o principal corresponde ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, enquanto os juros representam a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, pelo risco de crédito, por outros riscos e custos básicos do empréstimo, bem como por uma margem de lucro. A Companhia avalia se os termos contratuais contêm cláusulas que possam alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa de forma incompatível com o critério de pagamentos exclusivamente de principal e juros, considerando, entre outros aspectos: • eventos contingentes; • cláusulas de taxa variável; • opções de pré-pagamento ou prorrogação; e • restrições ao acesso aos fluxos de caixa. Pagamentos antecipados são considerados consistentes com o critério SPPI quando representam, substancialmente, principal e juros em aberto, incluindo eventual compensação razoável pela liquidação antecipada.

Redução do valor recuperável (*impairment*): Na data do balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros apresentam evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A provisão para perdas é mensurada com base no modelo de perdas de crédito esperadas, conforme segue: • para contas a receber de clientes: perdas esperadas para a vida inteira; • para títulos de dívida com baixo risco de crédito: perdas esperadas para 12 meses. Ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia utiliza informações razoáveis e passíveis de suporte, incluindo dados históricos, análises qualitativas e quantitativas e informações prospectivas (*forward-looking*). Presume-se que o risco de crédito aumentou significativamente quando o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

Ativos financeiros inadimplentes e baixa: Um ativo financeiro é considerado inadimplente quando: (i) é pouco provável que o devedor honre integralmente suas obrigações sem recorrer à execução de garantias; ou (ii) o ativo esteja vencido há mais de 90 dias. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando não houver expectativa razoável de recuperação total ou parcial. Ativos baixados podem permanecer sujeitos a procedimentos de cobrança, não sendo esperada recuperação significativa dos valores baixados. A provisão para perdas é apresentada como dedução do valor contábil bruto dos ativos financeiros.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Os passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua emissão. Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados como:

• Mensurados ao custo amortizado, incluindo fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures, mensurados pelo método da taxa de juros efetiva; ou • Mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo passivos mantidos para negociação ou designados nessa categoria. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado por ocasião da baixa do passivo ou ao longo do tempo, por meio da amortização da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de moeda a termo, contratos a termo de *commodities* e contratos futuros negociados em bolsa (CBOT), com o objetivo de mitigar riscos de variação cambial e de preços de *commodities*. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação e, subsequentemente, mensurados ao valor justo, sendo as variações reconhecidas no resultado. Derivativos com valor justo positivo são apresentados como ativos financeiros, enquanto aqueles com valor justo negativo são apresentados como passivos financeiros.

Desreconhecimento e compensação: Ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados de forma líquida no balanço patrimonial quando existe direito legalmente exigível de compensação e intenção de liquidar em base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Um passivo financeiro é desreconhecido quando sua obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada, sendo a diferença entre o valor contábil e a contraprestação paga reconhecida no resultado.

Incertezas sobre premissas e estimativas:

A Companhia mensura as contas a receber vinculadas ao recebimento de commodities, bem como os estoques de *commodities* e as contas a pagar a fornecedores de *commodities* com preço a fixar, ao valor justo na data de reporte. As variações do valor justo desses ativos e passivos são reconhecidas em contrapartida ao custo das mercadorias e produtos vendidos na demonstração do resultado. As *commodities* comercializáveis são negociadas em mercados ativos, possuem liquidez e podem ser vendidas sem processamento adicional significativo. O valor justo é estimado pela Administração com base em preços cotados em bolsas de valores, ajustados, quando aplicável, para refletir condições e diferenças dos mercados locais. Como parte de sua gestão de risco de preços, principalmente para fins comerciais, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, incluindo contratos de compra e venda a termo de *commodities* e contratos futuros negociados em bolsa (CBOT). Tais instrumentos são mensurados ao valor justo, com as respectivas variações reconhecidas no custo das mercadorias e produtos vendidos na demonstração do resultado. A Administração reconhece contabilmente ao valor justo as contas a receber oriundas de Cédulas de Produto Rural (CPR) e os contratos de compra e venda a termo liquidados por entrega física, por se tratar da prática adotada pela Companhia para contratos similares, celebrados com o propósito de negociação e obtenção de margens em suas operações comerciais com *commodities*. Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser determinado com base em preços cotados em mercados ativos, a Companhia utiliza técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado, conforme previsto no CPC 48 / IFRS 9.

Os *inputs* utilizados nos modelos de avaliação são obtidos, sempre que possível, de dados observáveis de mercado. Quando tais dados não estão disponíveis, é necessário o uso de julgamento significativo para a determinação do valor justo, incluindo a avaliação de risco de crédito, risco de liquidez e volatilidade. Alterações nessas premissas podem impactar de forma relevante os valores justos reconhecidos. Informações adicionais sobre os critérios de mensuração e hierarquia do valor justo são apresentadas na nota explicativa 8.

16. Parcelamentos tributários: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía parcelamentos tributários de R$ 1.565 (R$ 2.657 em 2024), referentes principalmente a débitos de PIS/COFINS parcelados perante as autoridades fiscais, a serem liquidados em até 49 parcelas mensais, sendo R$ 383 classificados no circulante e R$ 1.182 no não circulante.

17. Provisão para litígios: A Administração, com base em informações de seus assessores legais, possui provisão para litígios em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, classificada no passivo não circulante, conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**
Provisões trabalhistas	**5.040**	6.480
Provisões cíveis	**23**	25
Provisões ambientais	**174**	159
Total não circulante	**5.237**	6.664

Adicionalmente, a Companhia foi informada pelos seus advogados da existência de processos com probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2025, avaliados no montante de R$ 14.142 de natureza trabalhista (R$ 5.545 em 31 de dezembro de 2024), R$ 38.400 de natureza tributária (R$ 120 em 31 de dezembro de 2024) e R$ 141 de natureza cível (R$ 0 em 31 de dezembro de 2024).

Política contábil: As provisões são reconhecidas para contingências decorrentes de processos judiciais e administrativos quando, como resultado de eventos passados, a Companhia possui uma obrigação presente, é provável que será necessária uma saída de recursos para liquidá-la e pode ser feita uma estimativa confiável do valor envolvido. A avaliação da probabilidade de perda considera, entre outros aspectos, as evidências disponíveis, a hierarquia das normas legais aplicáveis, a jurisprudência existente, as decisões judiciais mais recentes e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de assessores jurídicos externos.

As provisões são reavaliadas periodicamente e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como a evolução processual, a ocorrência de decisões judiciais ou administrativas relevantes, a conclusão de fiscalizações, a identificação de novas contingências ou a alteração de prazos prescricionais aplicáveis.

Para as contingências classificadas como de perda possível, com base na natureza das ações e nas avaliações de seus assessores jurídicos, a Companhia não reconhece provisões, limitando-se à divulgação dos passivos contingentes em nota explicativa. As contingências classificadas como de perda remota não são provisionadas nem divulgadas, em conformidade com o CPC 25 / IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

18. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 3.478.385 (R$ 1.565.587 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 499.497.647 ações ordinárias (498.297.647 ações em 31 de dezembro de 2024), todas nominativas, escrituradas e sem valor nominal. Esses montantes não contemplam custos de emissão das ações. Em 09 de junho de 2025, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social e a emissão de novas ações ordinárias, em decorrência do exercício de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia, no âmbito do Primeiro Programa de Opção de Compra de ações. Assim, os administradores e empregados participantes do plano integralizaram o montante de R$ 2.688, mediante a emissão de 1.200.000 novas ações ordinárias nominativas.Em 30 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal aprovaram o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização dos recursos remanescentes anteriormente alocados na Reserva para Incentivos Fiscais, reforçando a estrutura de capital da Companhia. Em decorrência disso, o montante de R$ 1.910.110 que estava alocado como Reserva para Incentivos Fiscais foi integralizado ao capital social. Essa alteração não gerou reflexo no número de ações ordinárias.

Reserva de capital: A despesa com plano de opções reconhecida no Patrimônio Líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 4.377 (R$ 6.328 em 31 de dezembro de 2024). O valor reconhecido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 totaliza R$ 44.971 (R$ 40.594 em 31 de dezembro de 2024). A reserva de capital foi constituída em decorrência da implementação do plano de opção de ações da Companhia, conforme descrito na nota explicativa 20. Em dezembro de 2025, a reserva de capital também passou a registrar os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de ações, líquidos dos respectivos efeitos tributários. O montante acumulado desses custos é de R$ (46.925), e estão relacionados ao processo de oferta pública inicial de ações (IPO), realizado em 2021, e à posterior oferta pública de distribuição primária de ações. O tratamento contábil adotado está em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 39. A reserva de capital apresentava saldo negativo de R$ 1.954 em 31 de dezembro de 2025, em comparação ao saldo negativo de R$ 6.331 em 31 de dezembro de 2024.

Ajuste de avaliação patrimonial: Refere-se a ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, líquidos dos respectivos impostos diferidos, totalizando R$ 111 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 1.058 em 31 de dezembro de 2024).Adicionalmente, a rubrica de ajuste de avaliação patrimonial inclui também os efeitos de ajustes acumulados de conversão com as diferenças de câmbio decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior. Em 31 de dezembro de 2025, o ajuste acumulado de conversão da controlada localizada no exterior totalizou R$ 2.669 e 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 9.958.

Transação de capital com controladas (reflexa): Transação de capital com sócios: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi efetuada a aquisição da Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento pela controlada Tentos Holding Financeira de Participações Ltda., operação esta que gerou reflexo de R$ 2.041 na Controladora, uma vez que o montante pago pela empresa foi maior do que o Patrimônio Líquido dela na data da operação. Durante o exercício de 2024 ocorreu ajuste no Patrimônio Líquido da controlada Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, resultando em ajuste reflexo de participação no investimento realizado pela Controladora na Tentos Holding Financeira de Participações Ltda. no montante total de R$ 928. O montante total reflexo dessas operações em 31 de dezembro de 2025 é de (R$ 2.565) e (R$ 2.969) em 31 de dezembro de 2024.

Ações em tesouraria: Em 12 de abril de 2023, o Conselho de Administração aprovou um Programa de Recompra de Ações, com o objetivo de adquirir ações ordinárias de emissão da própria Companhia para manutenção em tesouraria. O referido programa previa a aquisição de até 2.000.000 de ações, com prazo máximo de 18 meses, iniciado em 13 de abril de 2023 e encerrado em 13 de outubro de 2024, encontrando-se, portanto, integralmente expirado.Posteriormente, em 16 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou um novo Programa de Recompra de Ações, com a mesma finalidade de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria. Esse programa autoriza a aquisição de até 2.000.000 de ações, com prazo de até 18 meses, iniciado em 17 de dezembro de 2024 e com término previsto para 17 de junho de 2026. Até 31 de dezembro de 2025, foram adquiridas 337.200 ações no âmbito do programa vigente, sendo que todas as aquisições ocorreram até 12 de março de 2025, ao preço médio de R$ 12,80 por ação. A seguir demonstramos a composição das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Valor	Quantidade de ações
Saldo em 31/12/2023	(1.474)	(135.100)
RCA 12/04 – Aquisição	(19.991)	(1.864.900)
Exercidas no plano de *Stock Options*	20.299	1.890.000
Saldo em 31/12/2024	(1.166)	(110.000)
RCA 16/12 – Aquisição	**(3.152)**	**(227.200)**
Exercidas no plano de *Stock Options*	**4.098**	**320.000**
Saldo em 31/12/2025	**(220)**	**(17.200)**

Reserva de lucros: *Reserva para incentivos fiscais:* As reservas de incentivos fiscais estão classificadas conforme sua originação:

(i) Crédito presumido de ICMS. Refere-se ao incentivo fiscal do crédito presumido de ICMS decorrente do Decreto 37.699/97, conforme descrito na nota explicativa 25. Em 18 de maio de 2021, a Companhia obteve trânsito em julgado em Mandado de Segurança, no qual, entende a Companhia, foi reconhecido tratamento diferenciado em relação aos demais benefícios fiscais dos quais frui. A decisão está baseada no fundamento de que a incidência de tributo federal sobre o incentivo fiscal de ICMS seria uma violação do pacto federativo (art. 150, VI, a, da CF), ou seja, houve o reconhecimento do direito à não tributação definitiva desses incentivos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reverteu tal reserva amparada na sua decisão judicial que garante a não tributação definitiva dos incentivos, e dessa forma ser dispensada a obrigação de constituição de reserva para esse fim.

(ii) Isenção e redução de base de cálculo do ICMS: Refere-se aos incentivos fiscais de isenção e redução de base de cálculo do ICMS decorrentes dos convênios ICMS n. 100 de 1997 e n. 52 de 1991, descritos na nota explicativa 25, classificados como subvenção para investimentos, sendo constituída em atenção aos comandos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 30 da Lei 12.973/14. Tal reserva é constituída observado o limite do lucro contábil acumulado no exercício e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou ii) aumento do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu reserva para incentivos fiscais referente aos benefícios de isenção e redução de base de cálculo do ICMS no valor de R$ 36.896 (R$7.635, líquido do efeito da realização de dividendos). Conforme determina o artigo 30 da Lei 12.973/14, a Companhia deverá efetuar a constituição de reserva para incentivos fiscais no montante correspondente aos valores subvencionados. Em 2025 e 2024 a Companhia não registrou subvenção de isenção e redução em seu resultado. Ainda em 2024, constituiu reserva de R$ 210.704 referente à recomposição do saldo da reserva que estava pendente de constituição em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2024 não havia montante pendente de reserva a ser constituída com base em lucros futuros.

(iii) Diferimento da tributação do ICMS: Refere-se aos incentivos fiscais de diferimento da tributação do ICMS decorrentes das operações de farelo e fertilizantes. No caso do farelo, o ICMS está dispensado quando da entrada da soja (matéria prima do farelo) com diferimento nos termos do artigo 3º, do Livro III, Título I, inciso I, do RICMS/RS, classificado como subvenção para investimento nos termos do art. 30 da lei 12.973/14. Valor apurado proporcionalmente sobre as vendas do subproduto farelo (operação subsequente) destinadas à exportação (operação com direito a manutenção do crédito), conforme demonstrativo das compras, transformação e vendas do mês.

No caso do fertilizante, o ICMS está dispensado quando da entrada de mercadoria com diferimento nos termos do artigo 3º, do Livro III, Título I, do RICMS/RS, reconhecido por ocasião da venda da mercadoria/produto, em atenção do princípio da confrontação das receitas com os custos, classificado como subvenção para investimento nos termos do art. 30 da lei 12.973/14. Essa reserva é constituída observado o limite do lucro contábil acumulado no exercício e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou ii) aumento do capital social. Em 2025 e 2024 a Companhia não registrou subvenção de diferimento em seu resultado, dessa forma, não possui obrigação de constituição dessa reserva. Em 30 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal aprovaram o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização dos recursos remanescentes anteriormente alocados na Reserva para Incentivos Fiscais, reforçando a estrutura de capital da Companhia. Em decorrência dessa deliberação, os montantes das reservas de isenção e redução de base de cálculo do ICMS e diferimento da tributação do ICMS foram integralmente destinados para Capital Social. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui saldo de Reserva para Incentivos Fiscais, enquanto em 31 de dezembro de 2024 contava com R$ 1.910.110.

Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até que atinja o limite de 20% do capital social. A finalidade dessa reserva é assegurar a integridade do capital social, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital, conforme previsto na legislação societária aplicável. Em 31 de dezembro de 2025, foi constituída Reserva Legal no montante de R$ 40.831, com base no lucro líquido apurado no exercício.

Reserva de investimento: A reserva de investimento tem a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas. Esses recursos podem ser utilizados, entre outros fins, para suportar investimentos em novos projetos, ampliação da capacidade produtiva, subscrição de aumentos de capital e constituição de novos empreendimentos, contribuindo para a sustentabilidade econômico-financeira e a estratégia de crescimento de longo prazo do Grupo. A constituição e a utilização dessa reserva observam os limites e critérios estabelecidos no Estatuto Social da Companhia, bem como a legislação societária aplicável. Em 31 de dezembro de 2025, foi constituída Reserva de Investimentos no montante de R$ 684.768, com base no lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e a destinação dos dividendos obrigatórios. O saldo de reserva de investimentos em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 1.137.461 e em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 452.693.

Dividendos: De acordo com o Estatuto Social da Companhia e em conformidade com a legislação societária vigente, o dividendo mínimo obrigatório corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, após a constituição das reservas legais e estatutárias aplicáveis. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2025, foi aprovada a destinação total de R$ 91.015 a título de dividendos, montante que contempla (i) o dividendo mínimo obrigatório no valor de R$ 38.789 (R$ 26.071 em 31 de dezembro de 2024) e (ii) dividendo adicional proposto no valor de R$ 52.226 (R$ 68.875 em 31 de dezembro de 2024). Os referidos dividendos foram integralmente pagos em janeiro de 2026. A destinação do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, é apresentada abaixo:

	Controladora	Controladora
	31/12/2025	**31/12/2024**
Lucro líquido do exercício	**815.667**	758.623
(-) Ajuste de avaliação patrimonial	**947**	947
Lucro a destinar	**816.614**	759.570
Constituição de reserva de subvenção	**-**	210.704
Lucro livre antes da reserva legal	**816.614**	548.866
Reserva Legal – 5 %	**40.831**	27.443
Lucro livre	**775.783**	521.423
Dividendo mínimo obrigatório – 5%	**38.789**	26.071
Dividendo adicional proposto – 6,7% (2025) e 13,2% (2024)	**52.226**	68.875
Dividendos total	**91.015**	94.946
Reserva de Investimentos	**684.768**	426.477

19. Lucro por ação: De acordo com o CPC 41 – Resultado por ação (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que se referem aos planos de opções de ações. Para estes planos de opções de ações é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo, com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados aos planos de opções de ações. A quantidade de ações calculadas, conforme descrito anteriormente, é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício dos planos de opções de ações.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Lucro líquido do exercício	**815.667**	758.623	**808.699**	756.365
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	**498.807.670**	498.297.647	**498.807.670**	498.297.647
Média ponderada do número de ações ordinárias considerando efeitos dilutivos	**500.991.921**	501.023.700	**500.991.921**	501.023.700
Lucro básico por ação - em reais (R$)	**1,63523**	1,52243	**1,62126**	1,51790
Lucro diluído por ação - em reais (R$)	**1,62810**	1,51415	**1,61420**	1,50964

Política contábil: O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O lucro por ação diluído é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, acrescido do efeito dilutivo da conversão de todas as ações ordinárias potenciais em ações ordinárias, quando aplicável. Os instrumentos patrimoniais que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia são incluídos no cálculo do lucro por ação diluído somente quando sua conversão resultar em efeito dilutivo, ou seja, quando reduzir o lucro por ação.

20. Pagamento baseado em ações: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opção de ações, limitado a 10.000.000 (dez milhões de ações), resultando em uma diluição de até 2,5% do capital social da Companhia. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade de ações que lastreiam as opções pela quantidade total de ações de emissão da Companhia.

A Companhia aprovou quatro programas de opção de compra de ações entre 2021 e 2025, divididos em diferentes outorgas. Cada programa possui regras específicas de carência (*vesting)*, prazos de exercício e valores de exercício e justo médio. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía 160.000 ações ainda disponíveis para outorga.

A Companhia reconhece o custo com os planos de opções com base no valor justo das opções outorgadas, considerando o valor justo na data da outorga. O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções é o Binomial. Uma das premissas para este modelo é a estimativa do valor justo das ações ordinárias subjacentes da Companhia na data da outorga. Outras premissas incluem uma estimativa da volatilidade esperada do preço das ações, o prazo esperado de uma opção, a taxa de juros livre de risco ao longo do prazo esperado da opção, o preço de exercício da opção e as expectativas em relação aos dividendos.

Quando da outorga do primeiro programa, a Companhia não possuía histórico de preços de mercado para as suas ações ordinárias porque as ações da Companhia não eram negociadas publicamente. Desta forma, com o auxílio de assessores em avaliação, estabeleceu-se o valor justo das ações ordinárias subjacentes com base na avaliação econômico-financeira da Companhia seguindo a abordagem da renda (*income approach*, método do Fluxo de Caixa Descontado (FCD)).

A abordagem de renda envolve a aplicação de uma taxa de desconto adequada, ajustada para refletir os riscos dos fluxos de caixa projetados, com base na estrutura de capital e nas receitas e nos custos previstos. Utilizamos os dados observáveis para um grupo de empresas comparáveis para auxiliar no desenvolvimento de nossa premissa de volatilidade. Quando da outorga dos programas seguintes foram utilizadas premissas para o cálculo do valor justo da opção da ação. As premissas utilizadas para o cálculo foram o preço da ação da Companhia na data da outorga, que atualmente é negociada publicamente, o preço de exercício da opção, os prazos de *vestings* e o *dividend yield* definidos em contrato, a taxa de juros livre de risco (DI - Futuro) e a taxa projetada para a correção do preço de exercício (IPCA) estabelecidos pelo mercado.

A volatilidade foi baseada no histórico do preço da ação de um *peer group*, uma vez que o histórico do preço da ação da Companhia ainda é pequeno. Em caso de alteração de fatores e premissas, o custo de planos de opção de compra de ações futuras pode ser significativamente diferente do que registrado atualmente. Maior volatilidade e prazos mais longos esperados resultam em um aumento na despesa com plano de opções, determinada na data da outorga. A despesa com plano de opções reconhecida no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 3.973 (R$ 6.178 em 31 de dezembro de 2024). O valor reconhecido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 totaliza R$ 44.971 (R$ 40.594 em 31 de dezembro de 2024). Os efeitos no patrimônio líquido referente ao exercício dessas opções de ações estão detalhados na nota explicativa 18. A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado em cada programa vigente em 31 de dezembro de 2025:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa 1ª outorga	4º Programa 2ª outorga	4º Programa 3ª outorga
Número total de opções do plano	8.000.000	1.050.000	240.000	1.510.000	1.510.000	1.510.000
Número de opções outorgadas	8.000.000	1.050.000	240.000	800.000	550.000	100.000
Número de opções canceladas	(800.000)	-	(40.000)	(60.000)	-	-
Data da outorga	03/03/2021	07/03/2022	03/03/2022	05/04/2023	25/07/2024	03/03/2025
Média pond. do valor justo na data da mensuração (R$)	R$ 4,39	R$ 5,97	R$ 4,51	R$ 5,40	R$ 3,91	R$ 8,45
Rendimento de dividendos (%)	1,15%	1,15%	1,15%	1,15%	1,09%	1,09%
Volatilidade esperada média (%)	36,76%	34,83%	33,62%	34,48%	30,38%	38,40%
Taxa de retorno livre de risco média (%)						
1º Vencimento	4,20%	12,38%	12,80%	12,79%	11,19%	14,61%
2º Vencimento	6,06%	12,11%	12,05%	11,41%	11,87%	14,61%
3º Vencimento	6,98%	-	11,63%	11,40%	12,08%	14,61%
4º Vencimento	7,51%	-	11,49%	11,96%	12,20%	-
5º Vencimento	7,71%	-	-	-	-	-

continua ...

Continuação

Três Tentos Agroindustrial S/A - CNPJ 094.813.102/0001-70

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa 1ª outorga	4º Programa 2ª outorga	4º Programa 3ª outorga
Prazo de vida esperado das ações (anos)						
1º Vencimento	1	2	1	1	1	1
2º Vencimento	2	4	2	2	2	2
3º Vencimento	3	-	3	3	3	3
4º Vencimento	4	-	4	4	4	-
5º Vencimento	5	-	-	-	-	-
Preço de exercício das opções (R$)	R$ 1,75	R$ 7,52	R$ 8,87	R$ 9,08	R$ 9,08	R$ 9,08
Média ponderada do preço das ações (R$)	R$ 6,13	R$ 11,11	R$ 11,00	R$ 12,14	R$ 10,76	R$ 15,40

Os prazos de carência a partir da data da outorga são como segue:

Prazos de carência a partir da outorga

	% de opções liberadas para o exercício	Quantidade máxima de ações
A partir de - 01/03/2025	1%	20
A partir de - 01/03/2026	89%	2.440
A partir de - 01/03/2027	8%	210
A partir de - 01/03/2028	3%	80

Entre março de 2022 e dezembro de 2025, a Companhia realizou o exercício de opções de compra de ações ordinárias sem valor nominal por administradores e empregados participantes dos Programas do Plano de Opção de Compra de Ações. Até 31 de dezembro de 2025 foram exercidas ações referentes ao vencimento 2025. As movimentações das ações outorgadas nos programas, estão apresentadas como segue:

		Quantidade de Ações				
Plano	**Ano da Outorga**	**Saldo em 31/12/2024**	**Outorgadas**	**Exercidas**	**Canceladas**	**Saldo em 31/12/2025**
Primeiro Plano	2021	2.400	-	(1.200)	-	**1.200**
Segundo Plano	2022	630	-	-	-	**630**
Terceiro Plano	2022	80	-	(40)	-	**40**
Quarto Plano	2023	1.120	100	(280)	(60)	**880**
		4.230	**100**	**(1.520)**	**(60)**	**2.750**

O número e a média ponderada dos preços do exercício de opções de ações que estão no âmbito do programa de opção de ações são os seguintes:

	Média ponderada do preço de exercício 31/12/2025	Número de opções 31/12/2025	Média ponderada do preço de exercício 31/12/2024	Número de opções 31/12/2024
Em circulação em 1° de janeiro	R$ 4,68	4.230	R$ 3,20	5.570
Outorgadas durante o exercício	R$ 9,08	100	R$ 9,08	550
Exercidas durante o exercício	R$ 3,67	(1.520)	R$ 4,32	(1.890)
Canceladas durante o exercício	R$ 9,08	(60)	-	-
Em circulação	R$ 5,52	2.750	R$ 4,68	4.230
Exercíveis	R$ 9,08	20	-	-

As opções em circulação em 31 de dezembro de 2025 e 2024 possuem um preço de exercício na faixa entre R$ 1,75 a R$ 9,08.

Incertezas sobre premissas e estimativas: O valor justo das opções outorgadas no âmbito dos planos de pagamento baseado em ações é mensurado na data da outorga, com base em premissas e estimativas que exigem julgamento da Administração. Dentre os principais inputs utilizados no modelo de avaliação estão a vida esperada das opções, a volatilidade esperada das ações, a taxa livre de risco e o rendimento esperado de dividendos, conforme requerido pelo CPC 10 / IFRS 2. O reconhecimento do custo associado aos planos de opções é efetuado com base no valor justo das opções outorgadas, mensurado por meio do modelo binomial.

21. Gestão de risco: A Companhia está exposta a riscos financeiros relacionados principalmente à volatilidade dos preços de commodities, variações cambiais, oscilações nas taxas de juros, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são administrados com base em políticas internas aprovadas pela Administração, voltadas à identificação, mensuração, monitoramento e mitigação dessas exposições. Para proteção de suas margens e redução da volatilidade dos resultados, a Companhia utiliza, de forma seletiva e exclusivamente para hedge, instrumentos financeiros derivativos, como contratos futuros, termo, NDF, opções e swaps, além de estratégias operacionais para gestão de estoques, grãos a fixar e exposição líquida em moeda estrangeira e juros. O risco de crédito é gerido por meio de análise da capacidade de pagamento de clientes e contrapartes, definição de limites e aplicação de recursos em instituições financeiras de primeira linha, enquanto o risco de liquidez é acompanhado por projeções de fluxo de caixa, manutenção de linhas de crédito e gestão do perfil de vencimento das obrigações.

22. Receita: A Companhia gera receita principalmente por meio da comercialização de insumos agrícolas (sementes, fertilizantes e proteção de cultivos), da venda de commodities (soja, milho, trigo, canola e outros grãos) e da industrialização da soja, que resulta na produção e venda de óleo degomado, farelo de soja, e biodiesel e cooprodutos. No consolidado, também são reconhecidas receitas oriundas de intermediação financeira, realizadas pela instituição financeira do Grupo. Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Receita bruta	**16.121.837**	12.552.854	**16.568.837**	12.980.911
Venda mercado interno	**9.281.942**	7.815.615	**9.281.942**	7.806.228
Venda mercado externo	**6.818.810**	4.718.838	**7.200.617**	5.114.537
Serviços	**21.085**	18.401	**13.948**	25.158
Receitas da intermediação financeira	-	-	**72.330**	34.988
Deduções	**(236.265)**	(172.408)	**(145.143)**	(155.140)
Devoluções mercado interno	**(102.626)**	(93.993)	**(102.626)**	(93.993)
Devoluções mercado externo	**(91.810)**	(17.650)	-	-
Impostos sobre vendas	**(574.761)**	(520.295)	**(575.449)**	(520.677)
Crédito presumido de impostos	**532.932**	459.530	**532.932**	459.530
Receita operacional líquida	**15.885.572**	12.380.446	**16.423.694**	12.825.771

Política contábil: O CPC 47 / IFRS 15 estabelece um modelo único para o reconhecimento de receitas provenientes de contratos com clientes, baseado na transferência do controle de bens ou serviços. A aplicação desse modelo compreende as seguintes etapas:
(i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a obrigação de desempenho é satisfeita. Com base nesses critérios, as receitas são reconhecidas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia de receber como contraprestação pelos bens ou serviços transferidos aos clientes. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação, líquida de descontos comerciais, abatimentos, devoluções e tributos ou encargos incidentes sobre as vendas. A Companhia avalia, para cada contrato, se atua como principal ou agente, com base no controle dos bens ou serviços antes de sua transferência ao cliente, tendo concluído que atua como principal em todos os seus contratos de receita. A receita não é reconhecida quando houver incerteza significativa quanto à sua realização.

23. Custos e despesas por função e natureza: Abaixo apresentamos a abertura por função e natureza dos custos e as despesas de vendas e administrativas apresentadas na demonstração de resultado do período:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Por função	**(15.310.734)**	(11.227.737)	**(15.893.236)**	(11.607.787)
Custo das mercadorias e produtos vendidos	**(13.405.717)**	(9.981.240)	**(13.939.323)**	(10.294.268)
Despesas de vendas	**(1.762.751)**	(1.140.533)	**(1.785.330)**	(1.183.262)
Despesas administrativas	**(117.353)**	(84.545)	**(137.153)**	(106.824)
Perda por redução ao valor recuperável contas a receber	**(24.913)**	(21.419)	**(31.430)**	(23.433)
Por natureza	**(15.310.734)**	(11.227.737)	**(15.893.236)**	(11.607.787)
Custos das mercadorias vendidas	**(7.291.797)**	(5.019.042)	**(7.788.887)**	(5.319.433)
Custos dos produtos vendidos	**(5.795.656)**	(5.120.190)	**(5.795.656)**	(5.121.225)
Ajuste ao valor justo	**(60.460)**	367.063	**(60.460)**	367.063
Pessoal	**(379.693)**	(328.554)	**(390.890)**	(334.497)
Fretes/armazenagem/despachos	**(1.396.935)**	(790.124)	**(1.396.970)**	(790.145)
Serviços de terceiros	**(62.947)**	(55.886)	**(73.880)**	(69.765)
Despesas de depreciação e amortização	**(111.219)**	(90.154)	**(112.088)**	(90.788)
Amortização de direito de uso	**(6.096)**	(3.427)	**(7.300)**	(4.575)
Combustíveis e lubrificantes	**(30.097)**	(29.616)	**(31.257)**	(30.847)
Água/luz/telefone/gás	**(31.312)**	(29.384)	**(31.393)**	(29.395)
Despesas com *royalties*	**(43.252)**	(27.113)	**(43.252)**	(27.113)
Manutenção e reparos de veículos	**(19.998)**	(18.693)	**(20.018)**	(18.740)
Manutenção de móveis/máquinas/equip. e instalações	**(18.975)**	(15.390)	**(19.004)**	(15.440)
Perda por redução ao valor recuperável contas a receber	**(24.913)**	(21.419)	**(31.430)**	(23.433)
Despesas da intermediação financeira	-	-	**(36.516)**	(11.601)
Outras receitas/despesas	**(37.384)**	(45.808)	**(54.235)**	(87.853)

Abaixo apresentamos a abertura por natureza dos valores de outras receitas e despesas operacionais apresentadas na demonstração de resultado do período:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Por função	**9.354**	27.612	**8.794**	27.385
Ativo Ambiental (CBIO)	-	22.447	-	22.447
Bonificações recebidas	**2.661**	6.800	**2.661**	6.800
Indenizações de seguros e valores recuperados	**12.756**	6.880	**12.756**	6.880
Venda de bens do Ativo Imobilizado/Sucatas	**1.897**	1.851	**1.897**	1.851
Venda de resíduos e sobras de materiais	**933**	719	**933**	719
Perdas com recebíveis	**(8.055)**	(252)	**(8.055)**	(252)
Despesas plano Stock Options	**(1.275)**	(12.141)	**(1.275)**	(12.141)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	**437**	1.308	**(123)**	1.081

24. Informações por segmento: A Três Tentos Agroindustrial S.A. identifica e divulga seus segmentos operacionais de acordo com o CPC 22 / IFRS 8 - Informações por Segmento, com base na estrutura organizacional e na forma como o desempenho operacional é avaliado pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, que atuam como principal gestor das operações. Os segmentos operacionais da Companhia são definidos como Insumos, Grãos e Indústria, refletindo a natureza dos produtos e serviços oferecidos, os riscos e retornos associados e o modelo integrado de atuação ao longo da cadeia do agronegócio. A Administração avalia o desempenho dos segmentos até o lucro bruto, indicador utilizado para fins de gestão, tomada de decisões operacionais e análise comparativa com outras entidades que atuam em indústrias similares. Os ativos e passivos da Companhia são administrados de forma centralizada pela Administração, não sendo monitorados ou avaliados separadamente por segmento operacional para fins de tomada de decisão. Dessa forma, não são apresentadas informações segmentadas. Adicionalmente, substancialmente a totalidade dos ativos operacionais da Companhia encontra-se localizada no Brasil. Os segmentos operacionais apresentados a seguir estão organizados de forma consistente com os relatórios internos utilizados pela Administração: (i) Segmento Insumos: compreende as atividades de varejo e distribuição de insumos agrícolas, incluindo produtos para proteção e nutrição de cultivos, e sementes, principalmente para as culturas de soja, milho e trigo. A receita do segmento é reconhecida quando ocorre a transferência do controle dos produtos ao cliente, de acordo com os termos contratuais aplicáveis. O resultado do segmento ainda é impactado pela mensuração a valor justo das sementes, decorrente das características do processo de produção e beneficiamento, bem como das condições de mercado aplicáveis a esses produtos. (ii) Segmento Grãos: compreende as atividades de originação, recebimento, padronização, armazenagem, comercialização e trading de commodities agrícolas, nos mercados interno e externo, incluindo principalmente soja, milho, trigo e canola. A Companhia adquire grãos de produtores rurais, incluindo operações estruturadas por meio de CPRs e instrumentos correlatos, além do Grupo desenvolver atividades acessórias que viabilizam e fomentam a produção e a originação, tais como concessão de crédito rural, comercialização de seguros agrícolas e outros serviços vinculados à cadeia produtiva. O resultado do segmento é determinado principalmente pelo desempenho das operações de compra e venda de commodities agrícolas, incluindo os efeitos da variação de instrumentos financeiros associados à comercialização desses produtos. (iii) Segmento Indústria: O segmento Indústria abrange as atividades de industrialização de grãos, com destaque para o processamento da soja e a produção de seus derivados, tais como farelo de soja, óleo degomado, biodiesel e demais coprodutos. O resultado do segmento também inclui os efeitos da variação de instrumentos financeiros associados à comercialização desses produtos.

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Resultado Operacional				
Insumos	**3.409.640**	2.819.583	**3.409.640**	2.819.583
Grãos	**4.745.527**	2.998.755	**5.235.083**	3.257.422
Indústria	**7.730.405**	6.562.108	**7.778.971**	6.748.766
Receita operacional líquida	**15.885.572**	12.380.446	**16.423.694**	12.825.771
Insumos	**(2.722.582)**	(2.311.263)	**(2.722.582)**	(2.311.263)
Grãos	**(4.162.180)**	(2.661.602)	**(4.686.772)**	(2.913.981)
Indústria	**(6.460.495)**	(5.375.438)	**(6.469.509)**	(5.436.087)
Custo das mercadorias e prod. vendidos	**(13.345.257)**	(10.348.303)	**(13.878.863)**	(10.661.331)
Insumos	**687.058**	508.320	**687.058**	508.320
Grãos	**583.347**	337.153	**548.311**	343.441
Indústria	**1.269.910**	1.186.670	**1.309.462**	1.312.679
Lucro bruto antes do ajuste a valor justo	**2.540.315**	2.032.143	**2.544.831**	2.164.440
Insumos	**(80.859)**	13.432	**(80.859)**	13.432
Grãos	**(13.039)**	340.147	**(13.039)**	340.147
Indústria	**33.438**	13.484	**33.438**	13.484
Ajuste a valor justo	**(60.460)**	367.063	**(60.460)**	367.063
Insumos	**606.199**	521.752	**606.199**	521.752
Grãos	**570.308**	677.300	**535.272**	683.588
Indústria	**1.303.348**	1.200.154	**1.342.900**	1.326.163
Lucro bruto	**2.479.855**	2.399.206	**2.484.371**	2.531.503

Política contábil: Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio com o objetivo de obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente avaliados pela Administração para fins de tomada de decisão e alocação de recursos. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia analisa as informações financeiras, sendo apresentados de maneira consistente com os relatórios internos utilizados pelo Conselho de Administração, instância responsável pelas principais decisões operacionais da Companhia.

25. Resultado financeiro:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Variação monetária	**65**	-	**65**	-
Variação cambial	-	28.823	-	28.831
Juros e descontos obtidos	**209.288**	167.190	**221.777**	173.421
Liquidação de *Swap - Hedge*	**3.135**	-	**3.135**	-
Liquidação de *NDF - Hedge*	**240.073**	-	**240.073**	-
Liquidação de Opções - *Hedge*	**5.291**	-	**5.291**	-
Liq. de Derivativos Commodities - *Hedge*	**60.456**	138.678	**60.456**	138.678
Valor Justo de *Swap*	-	32.287	-	32.287
Valor Justo Opções	**2.959**	-	**2.959**	-
Valor Justo de *NDF*	**289.885**	-	**289.885**	-
Valor Justo de Derivativos *Commodities*	**40.116**	-	**40.116**	-
Receitas financeiras	**851.268**	366.978	**863.757**	373.217
(-) PIS/COFINS sobre receita financeira	**(7.871)**	(10.390)	**(7.871)**	(10.390)
Receitas financeiras líquidas	**843.397**	356.588	**855.886**	362.827
Variação monetária	-	(1.542)	-	(1.542)
Variação cambial	**(21.560)**	-	**(20.325)**	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**(198.808)**	(166.027)	**(198.808)**	(166.039)
Juros, tarifas e descontos	**(56.680)**	(47.974)	**(65.245)**	(61.412)
Despesas bancárias no exterior	**(7.836)**	(23.485)	**(7.836)**	(23.485)
Liquidação de *Swap - Hedge*	-	(2.365)	-	(2.365)
Liquidação de *NDF - Hedge*	-	(110.286)	-	(110.286)
Valor Justo de *Swap*	**(66.028)**	-	**(66.636)**	-
Valor Justo de *NDF*	-	(241.970)	-	(241.970)
Despesas financeiras líquidas	**(350.912)**	(593.649)	**(358.850)**	(607.099)
Resultado financeiro	**492.485**	(237.061)	**497.036**	(244.272)

Política contábil: O resultado financeiro pode ser subdividido em dois grandes grupos. Resultado financeiro estrutural: Compreende as receitas e despesas financeiras reconhecidas no resultado do período, incluindo, entre outras, receitas de juros auferidas sobre aplicações financeiras, variações monetárias e cambiais ativas e passivas, despesas com juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos e encargos financeiros diversos.As receitas financeiras são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva, quando aplicável, enquanto as despesas financeiras são apropriadas ao resultado conforme incorridas.
Resultado de instrumentos financeiros de proteção econômica (derivativos): Compreende os ganhos e perdas decorrentes da mensuração e liquidação de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos futuros, opções e swaps, com o objetivo de gerenciar sua exposição a riscos de mercado, principalmente relacionados a variações de preços de commodities, taxas de juros e taxas de câmbio. Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data da contratação e, subsequentemente, mensurados ao valor justo, com as variações no valor justo reconhecidas diretamente no resultado do período, na rubrica de resultado financeiro. Os ganhos e perdas realizados na liquidação dos instrumentos financeiros derivativos, bem como as variações não realizadas decorrentes da mensuração a valor justo na data-base das demonstrações financeiras, são reconhecidos no resultado financeiro do período em que ocorrem.

26. Imposto de renda e contribuição social:

26.1 Despesa de imposto de renda e contribuição social: A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontra-se resumida a seguir:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social correntes:				
Relativos à imposto de renda e contribuição social correntes	**(129.068)**	(134.164)	**(132.865)**	(138.855)
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Relativos à constituição/reversão de diferenças temporárias e prejuízos fiscais	**(96.797)**	(104.852)	**(94.460)**	(105.806)
Resultado de I.R. e contribuição social apresentados na demonstração do resultado	**(225.865)**	(239.016)	**(227.325)**	(244.661)

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro líquido contábil, antes dos impostos pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está descrita a seguir:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	**1.041.532**	997.639	**1.036.024**	1.001.026
Alíquota vigente	**(34%)**	(34%)	**(34%)**	(34%)
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	**(354.121)**	(339.197)	**(352.248)**	(340.349)
Reconciliação da alíquota efetiva:				
Subvenção para investimentos	**110.520**	94.566	**110.520**	94.566
Distribuição de dividendos pagos da conta de reserva para incentivos fiscais	-	(9.949)	-	(9.949)
Stock Options	**(1.784)**	(6.229)	**(1.784)**	(6.229)
Ativo Ambiental (CBIO)	**3.793**	-	**3.793**	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	**(11.949)**	18.493	-	-
Provisão Imposto sobre lucro auferido no exterior (TBU) e *Transfer Pricing*	**14.420**	(17.961)	-	-
Outros	**13.256**	21.261	**13.256**	21.261
Efeito de controladas tributadas pelo Lucro Presumido	-	-	**(862)**	(3.961)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**(225.865)**	(239.016)	**(227.325)**	(244.661)
Alíquota efetiva	**(21,69%)**	(23,96%)	**(21,94%)**	(24,44%)

26.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Provisão para litígios	**1.780**	2.266	**1.780**	2.266
Provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes	**19.980**	11.509	**23.559**	13.075
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	**(25.875)**	64.882	**(25.668)**	64.882
Ajuste valor justo de estoques	**(41.199)**	(61.755)	**(41.199)**	(61.755)
Diferença de taxas de depreciação	**(63.403)**	(44.251)	**(63.403)**	(44.251)
Ativo imobilizado - custo atribuído	**(38)**	(360)	**(38)**	(360)
Outras diferenças temporárias	**(757)**	419	**(1.385)**	(326)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	**117.132**	181.924	**117.132**	181.924
Prejuízo Fiscal de controlada no exterior - 3T International S.A.	**14.420**	-	**14.420**	-
Provisão para participação nos resultados	**12.824**	11.934	**12.824**	11.934
Arrendamentos	**597**	470	**597**	470
Impostos diferidos, líquidos	**35.461**	**167.038**	**38.619**	**167.859**

A recuperabilidade do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e quando não for mais provável a geração de lucros tributáveis futuros para a recuperação de todo o ativo ou parte dele é baixado. A estimativa da realização dos tributos diferidos envolve as incertezas das demais estimativas.

Imposto diferido sobre diferenças temporárias: A realização do ativo diferido sobre diferenças temporárias ocorre conforme as diferenças temporárias são realizadas de acordo com a natureza de cada saldo. A maior diferença temporária registrada refere-se ao ajuste a valor justo de commodities e outros estoques, o qual se realiza no ativo à medida que o estoque é transformado e vendido, e no passivo conforme a fixação de preço ocorre.

Imposto diferido sobre prejuízo fiscal: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui ativo fiscal diferido constituído sobre prejuízos fiscais de duas naturezas distintas, cuja realização está suportada por projeções de resultados /tributáveis futuros e expectativa de compensação conforme segue:

	Até um ano	Entre um e cinco anos	Total
Prej. Fiscal da controladora - Três Tentos Agroindustrial S.A.	103.227	13.905	117.132
Prej. Fiscal de controlada no exterior - 3T *International* S.A.	14.420	-	14.420
Total	**117.647**	**13.905**	**131.552**

Ativo diferido reconhecido sobre o prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social da Controladora Três Tentos Agroindustrial S.A.: Esse saldo refere-se a prejuízo fiscal originado em exercícios anteriores que vem sendo utilizado na compensação da base positiva de imposto de renda e base negativa de contribuição social. Revisamos a expectativa de realização do ativo diferido reconhecido, conforme crescimento esperado para a Companhia nos próximos anos. Esse saldo não possui prazo de prescrição conforme legislação vigente. O valor remanescente de R$ 117.132, registrado como imposto diferido em 31 de dezembro de 2025, possui expectativa de compensação com lucros tributáveis futuros, conforme as projeções da Companhia.

Ativo diferido reconhecido sobre o prejuízo fiscal originado da Controlada no Exterior 3T International S.A.: Em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido na controladora imposto diferido sobre prejuízo fiscal originado na controlada no exterior 3T *International* S.A. Os prejuízos apurados por controladas no exterior não podem ser compensados com lucros tributáveis auferidos no Brasil no período de sua ocorrência, nos termos do art. 25, §5º, da Lei nº 9.249/1995, devendo ser controlados de forma individualizada por investida para compensação exclusiva com lucros futuros da mesma controlada, conforme art. 79, II, da Lei nº 12.973/2014 e art. 14, II, da IN RFB nº 1.520/2014. Assim, a Companhia mantém o respectivo controle do prejuízo, sem impacto imediato na apuração do lucro real no Brasil, e realizará sua compensação quando a mesma controlada vier a apurar lucros tributáveis. Esse saldo possui prazo de prescrição de dois anos conforme legislação vigente. O valor de R$ 14.420, registrado como imposto diferido em 31 de dezembro de 2025, possui expectativa de compensação com lucros tributáveis futuros da controlada, conforme as projeções financeiras.

Política contábil: Imposto de renda e contribuição social correntes: Os ativos e passivos fiscais correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, com base nas alíquotas e na legislação fiscal em vigor ou substancialmente em vigor na data de encerramento do exercício. A Administração avalia periodicamente as posições fiscais adotadas pela Companhia, especialmente nas situações em que a legislação tributária requer interpretação, reconhecendo provisões para contingências fiscais quando apropriado. O imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240, enquanto a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9%, ambos reconhecidos pelo regime de competência. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, bem como as exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, para fins de apuração do lucro tributável corrente, dão origem a créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações de tributos e os valores passíveis de compensação são apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização. Algumas controladas da Companhia estão enquadradas no regime de lucro presumido, sendo o imposto de renda e a contribuição social apurados mediante a aplicação dos percentuais definidos na legislação vigente sobre a receita bruta auferida, conforme a natureza de suas atividades, acrescida de outras receitas, rendimentos e ganhos de capital, quando aplicável.
Imposto de renda e contribuição social diferidos: Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados como não circulantes e mensurados com base nas alíquotas esperadas para os períodos em que os ativos serão realizados ou os passivos liquidados, considerando a legislação fiscal vigente ou substancialmente vigente na data de encerramento do exercício. Os tributos diferidos decorrem de diferenças temporárias existentes na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável futuro suficiente para permitir sua realização. A expectativa de lucros tributáveis futuros é determinada com base, principalmente, na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes e nas projeções constantes dos planos de negócios da Companhia. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado a cada data de balanço e reduzido na medida em que deixe de ser provável sua realização. Ativos fiscais diferidos anteriormente não reconhecidos ou baixados são reavaliados e reconhecidos quando se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão sua recuperação.

Incertezas sobre premissas e estimativas: Existem incertezas relevantes relacionadas à interpretação de legislações tributárias complexas, incluindo aquelas associadas às subvenções governamentais usufruídas pela Companhia, bem como quanto ao valor e ao momento de realização dos resultados tributáveis futuros. Considerando a complexidade da legislação tributária, a natureza de longo prazo de determinados instrumentos contratuais e a possibilidade de mudanças nas premissas adotadas, diferenças entre os resultados efetivamente realizados e as estimativas podem resultar na necessidade de ajustes futuros nos valores de imposto de renda e contribuição social já reconhecidos. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia considera os efeitos das incertezas relacionadas às posições fiscais adotadas, avaliando a necessidade de reconhecimento de provisões com base em diversos fatores, incluindo interpretações da legislação vigente e opiniões de assessores jurídicos especializados. A Administração entende que as provisões registradas refletem adequadamente os riscos fiscais existentes. A Companhia constitui provisões para contingências tributárias com base em estimativas consideradas apropriadas, levando em conta, entre outros fatores, a experiência em fiscalizações anteriores, bem como interpretações divergentes da legislação tributária por parte da Companhia e das autoridades fiscais competentes.
Conforme divulgado na nota explicativa 27, a Companhia revisou sua estratégia de utilização de subvenções governamentais em decorrência de alterações na legislação aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2024, contando com o suporte de seus assessores jurídicos. Com base nas informações disponíveis e nas avaliações jurídicas realizadas, a Administração entende que as chances de êxito são prováveis em eventual questionamento por parte das autoridades fiscais quanto aos valores excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Dessa forma, em conformidade com o CPC 32 / IAS 12 e a ICPC 22 / IFRIC 23, não foi constituída provisão para perdas relacionada a esse assunto. A Companhia reconhece ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. O reconhecimento desses ativos requer julgamento significativo da Administração, especialmente quanto à probabilidade de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização, considerando projeções orçamentárias, estratégias de planejamento tributário e as incertezas inerentes ao ambiente econômico e regulatório. As premissas utilizadas na mensuração do lucro tributável futuro baseiam-se, principalmente, no orçamento aprovado pela Administração para o exercício subsequente, complementado por análises históricas de desempenho, que auxiliam na avaliação dos efeitos da sazonalidade sobre os resultados da Companhia.

27. Subvenções governamentais:

Incentivos	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Incentivos fiscais estaduais	**325.058**	278.135
Efeito da exclusão no IRPJ/CSLL - 34% (Nota 26)	**110.520**	94.566
Incentivos fiscais federais	**217.584**	188.360
Total	**542.642**	466.495

Política contábil: As subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável segurança de que a Companhia cumprirá todas as condições a elas associadas e de que os benefícios econômicos correspondentes serão efetivamente recebidos.
Quando as subvenções governamentais estiverem relacionadas a itens de despesa, tais benefícios são reconhecidos no resultado de forma sistemática e racional ao longo dos períodos em que as despesas correspondentes são incorridas, de modo a confrontar adequadamente os custos que se propõem a compensar. O efeito das subvenções governamentais reconhecido no resultado do exercício é apresentado de forma líquida das despesas às quais se relacionam. Especificamente:
• os créditos presumidos de ICMS, PIS e COFINS, bem como as isenções e reduções de base de cálculo de ICMS, são apresentados como redução dos impostos incidentes sobre as vendas, compondo, portanto, a rubrica de receita operacional líquida; e
• os incentivos fiscais relacionados ao diferimento de ICMS, vinculados à aquisição de determinados insumos e mercadorias, são apresentados como redutores do custo dos produtos vendidos.

28. Partes relacionadas: Alienação de investimento: Em novembro de 2014, a Companhia alienou a totalidade de sua participação societária de 25% no capital social da 4 Ventos Agroindustrial S.A. à sua controladora, Sinuelo Participações Ltda., pelo montante total de R$ 40.000. A transação foi realizada em condições pactuadas entre as partes relacionadas. O preço de alienação foi acordado para liquidação em 10 (dez) anos, com atualização monetária anual pelo IPCA. Até a data de sua liquidação, os saldos a receber decorrentes dessa operação eram mensurados ao valor atualizado, com reconhecimento dos efeitos da atualização monetária no resultado do período, e classificados no balanço patrimonial de acordo com seus respectivos prazos de vencimento. O saldo remanescente dessa transação foi integralmente liquidado em dezembro de 2025 (R$ 9.909 em 31 de dezembro de 2024). O efeito da atualização monetária pelo IPCA reconhecido no resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 419 (R$ 454 em 31 de dezembro de 2024).
Operações da atividade principal: As operações realizadas pela Companhia com partes relacionadas, no âmbito de sua atividade principal, são conduzidas em condições pactuadas

continua ...

Continuação — **Três Tentos Agroindustrial S/A - CNPJ 094.813.102/0001-70**

entre as partes, observando as políticas comerciais, as condições de pagamento e os prazos usualmente praticados pela Companhia em transações similares com terceiros independentes. Os valores negociados seguem as tabelas de preços praticadas pela Companhia ou, quando aplicável, referências de mercado.

	Controladora			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Parceria Agrícola Dumoncel	**62.126**	-	66.005	3.587
Demais administradores e suas empresas	**30**	**438**	603	360
3T *International* S.A.	**820.374**	-	612.262	-
Tentos S.A. Crédito, Financ. e Invest.	**5.556**	**12**	2.483	75
Sinuelo Participações Ltda.	-	-	9.909	-
Total circulante	**888.086**	**450**	691.262	4.022

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Parceria Agrícola Dumoncel	**62.422**	-	66.005	3.587
Demais administradores e suas empresas	**470**	**438**	603	360
3T *International* S.A.	-	-	-	-
Tentos S.A. Crédito, Financ. e Invest.	-	-	-	-
Sinuelo Participações Ltda.	-	-	9.909	-
Total circulante	**62.892**	**438**	76.517	3.947

	Controladora			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Vendas	Compras/ Serviços	Vendas	Compras/ Serviços
Parceria Agrícola Dumoncel	**124.377**	**36.742**	116.517	53.369
Demais administradores e suas empresas	**2.026**	**4.648**	3.132	2.799
3T *International* S.A.	**6.736.198**	-	4.680.257	-
Tentos Corretora de Seguros Ltda.	**100**	-	74	-
Tentos S.A. Crédito, Financ. e Invest.	**7.501**	-	4.657	-
Mates Locações Aéreas Ltda	-	**5.052**	-	587
Total	**6.870.202**	**46.442**	4.804.637	56.755

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Vendas	Compras/ Serviços	Vendas	Compras/ Serviços
Parceria Agrícola Dumoncel	**124.377**	**36.742**	116.517	53.369
Demais administradores e suas empresas	**2.128**	**4.716**	3.132	2.799
3T *International* S.A.	-	-	-	-
Tentos Corretora de Seguros Ltda.	-	-	-	-
Tentos S.A. Crédito, Financ. e Invest.	-	-	-	-
Mates Locações Aéreas Ltda	-	-	-	-
Total	**126.505**	**41.458**	119.649	56.168

Reembolso de despesas: Os reembolsos de despesas realizados entre partes relacionadas decorrem de gastos incorridos no curso normal das operações, em benefício comum ou específico das partes envolvidas. Em 2025 a Controladora foi reembolsada pelo uso compartilhado de despesas operacionais como serviços de: RH, informática, vigilância, internet, entre outros, que totalizaram o montante de R$ 818 (R$ 337 em 2024). A Controladora não realizou operação de reembolso de despesas relacionadas ao uso de aeronaves com a Mates Locações Aéreas em 2025 (R$ 3.569 em 2024).

	Controladora		Consolidado	
Honorários da Administração	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
a) Fixa (honorários)	**14.264**	**11.560**	**15.416**	**12.186**
Conselho de Administração	2.896	2.283	2.896	2.283
Diretoria Estatutária	6.395	5.539	7.547	6.165
Diretoria Não Estatutária	4.973	3.738	4.973	3.738
b) Variável (bônus)	**10.783**	**5.223**	**12.078**	**5.556**
Diretoria Estatutária	7.050	3.143	8.344	3.476
Diretoria Não Estatutária	3.733	2.080	3.734	2.080
c) Remuneração baseada em ações	**3.258**	**7.510**	**3.495**	**7.589**
Diretoria Estatutária	1.970	5.385	1.970	5.384
Diretoria Não Estatutária	1.288	2.125	1.525	2.205
Total	**28.305**	**24.293**	**30.989**	**25.331**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram o plano de opção de ações, limitado a 10.000.000 (dez milhões) de ações, o que poderia resultar em uma diluição de até 2,5% do capital social da Companhia, conforme descrito na nota explicativa 20. Posteriormente, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o novo plano de opção de compra de ações da Companhia, limitado a 2% (dois por cento) do total de ações representativas do capital social da Companhia na data da convocação da referida assembleia. Ainda, em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi fixada a remuneração global anual da Diretoria Estatutária e Conselho de Administração para o exercício de 2025, estabelecendo-se o montante máximo de R$ 21.537 (R$ 18.983 em 2024).

Política contábil: Partes relacionadas: A Companhia e suas controladas realizam transações com partes relacionadas no curso normal de seus negócios, incluindo operações comerciais, financeiras, operacionais e societárias, as quais são conduzidas em conformidade com as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia e em condições compatíveis com aquelas praticadas com terceiros independentes. Para fins das demonstrações financeiras, são consideradas partes relacionadas aquelas definidas pelo CPC 05 incluindo:

i. Controladora, controladas diretas e indiretas e entidades sob controle comum; **ii.** coligadas e empreendimentos controlados em conjunto; **iii.** acionistas que exerçam controle ou influência significativa sobre a Companhia; **iv.** entidades pertencentes ao mesmo grupo econômico, incluindo aquelas destinadas à gestão financeira, captação de recursos ou suporte às operações; **v.** membros do pessoal-chave da administração, compreendendo os membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e demais executivos com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia; e **vi.** familiares próximos dessas pessoas e entidades por elas controladas ou sob influência significativa.

Os ativos, passivos, receitas e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas são reconhecidos e mensurados de acordo com a natureza econômica das operações e em conformidade com os pronunciamentos técnicos aplicáveis. As condições financeiras, incluindo prazos, taxas, garantias e demais encargos, são estabelecidas com base em parâmetros de mercado ou em condições equivalentes às praticadas com terceiros independentes. Os saldos a receber e a pagar com partes relacionadas são apresentados no ativo ou passivo circulante ou não circulante, conforme a expectativa de realização ou liquidação.

Remuneração do pessoal-chave da administração: A remuneração do pessoal-chave da administração compreende salários, benefícios de curto prazo, remuneração variável, bônus e outros benefícios aprovados pelos órgãos de governança competentes, sendo reconhecida no resultado do exercício conforme incorrida.

Acordos de pagamento baseado em ações: O valor justo, determinado na data de outorga, dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesa de pessoal, com o correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que os empregados adquirem, de forma incondicional, o direito aos respectivos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado ao longo do período de aquisição para refletir a melhor estimativa do número de prêmios para os quais se espera que as condições de serviço e, quando aplicável, de desempenho sejam atendidas, de modo que o valor final reconhecido como despesa corresponda ao número de prêmios que efetivamente satisfaçam tais condições na data de aquisição dos direitos *(vesting date)*.

29. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou transações que não envolveram desembolso de caixa, relacionadas principalmente à aquisição de imobilizado por meio de fornecedores a pagar no montante de R$ 74.065 (R$ 76.247 em 2024) e à aquisição de ativos intangíveis por meio de fornecedores a pagar no montante de R$ 104 (não aplicável em 2024).

30. Eventos Subsequentes: Em 13 de janeiro de 2026, foram pagos dividendos intercalares referentes ao exercício de 2025 no montante de R$ 91.015 equivalentes a R$ 0,182219167 por ação, calculados após a dedução das ações mantidas em tesouraria na presente data. A destinação do dividendo ocorreu conforme descrito na nota explicativa 18. O dividendo foi aprovado em assembleia geral extraordinária, realizada em 30 de dezembro de 2025.

Diretoria

João Marcelo Dumoncel
Diretor Presidente e Diretor de Relação com Investidores

Extrato do relatório dos auditores independentes

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço:
https://d.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 05 de março de 2026, sem modificações.

MUNICÍPIO DE BROCHIER-RS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 – TIPO MENOR PREÇO. Objeto: Aquisição de reservatórios de água, **Convênio FPE nº 3557/2025**. Apresentação de propostas até às 08:30 horas e sessão virtual do pregão eletrônico a partir das 09:00 horas, dia 06 de abril de 2026, no sítio eletrônico www.pregaobanrisul.com.br. Edital e informações: Setor de licitações, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, (51) 3697-1212 – www.brochier.rs.gov.br.

Brochier/RS, 20/03/2026. José Henrique Dapper, prefeito municipal.

Fundação Cultural Afif Jorge Simões Filho

Criada pela Lei Municipal 1674 em 06/05/88

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Nº 01/2026

MARIA ALICE SCHMIDT TONETTO, Presidente da Fundação Cultural Afif Jorge Simões Filho, Município de São Sepé, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições e as conferidas pela Lei Municipal nº 3.996 de 14 de julho de 2021 e Decreto Federal nº 11/2023 – (decreto de fomento), torna público a chamada pública do presente EDITAL DE CHAMAMENTO - EDITAL DE FOMENTO À CULTURA NO MUNICÍPIO DE SÃO SEPÉ – FORMENTO DE AÇÕES CULTURAIS COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A PRODUÇÃO ARTÍSTICO E CULTURAL. O presente edital entra em vigor na data de sua publicação, ficando aberto por 15 (quinze) dias corridos a contar da publicação, para fins de inscrição. Demais informações no site oficial da Prefeitura Municipal de São Sepé: https://saosepe.atende.net/autoatendimento/servicos/legislacao-municipal/detalhar/1 ou pelo fone: 0800-090-0129 ramal 268.

Sala da Direção da Fundação Afif, 23 de março de 2025.
Maria Alice Schmidt Tonetto - Presidente Fundação Afif Jorge Simões Filho

Prefeitura Municipal de Getúlio Vargas

EDITAL DE SELEÇÃO Nº 01/2026

A Prefeitura Municipal torna público que realizará Edital de Seleção de Alunos Nº 01/2026 – QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, do Programa RS Qualificação Recomeçar. **INSCRIÇÕES: De 20 de março até 20 de abril de 2026,** junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, na Rua Av. Firmino Giardello, 85 (Centro), publicado junto ao site http://www.pmgv.rs.gov.br/site/ na data indicada.

Getúlio Vargas, em 20 de março de 2026.
Pedro Paulo Prezzotto, Prefeito Municipal

COMERCIAL CESA S/A

CNPJ 88.614.235/0001-14

NIRE 43 3 0001455 0

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: De conformidade com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como, as demais Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Por outro lado, não obstante os documentos que ora apresentamos, colocamo-nos a inteira disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que porventura se façam necessários.

Caxias do Sul, 18 de março de 2026. A Direção

Balanço Patrimonial - Em Reais

Ativo	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	**17.346.706,96**	**15.126.466,45**	**Circulante**	**2.040.370,53**	**2.145.643,31**
Caixa e Equiv. de Caixa	**15.807.000,86**	**13.698.239,31**	Obrigações Fiscais, Sociais e Trabalhistas	532.940,25	629.247,86
Caixas e Bancos	8.749,53	7.818,19	Remunerações a Pagar	95.430,28	89.395,45
Aplicações Financeiras	15.798.251,33	13.690.421,12	Obrigações a pagar	6.000,00	21.000,00
Realizável	**1.539.706,10**	**1.428.227,14**	Outras Obrigações	1.406.000,00	1.406.000,00
Créditos	1.539.706,10	1.428.227,14	**Não Circulante**	**5.727.330,22**	**7.133.330,22**
Não Circulante	**98.468.436,92**	**100.155.476,96**	Receita Diferida - PIS Proc. 97.15.01493-3	3.743.390,24	3.743.390,24
Realizável a Longo Prazo	**12.466.053,88**	**13.821.423,99**	Tributos a Recolher - Proc. Administr. Compens.	(3.288.560,02)	(3.288.560,02)
Depósitos Judiciais e cauções	3.489.102,54	3.765.650,57	Obrigações a pagar	5.272.500,00	6.678.500,00
Bancos c/Aplicações Financeiras	3.249.621,12	2.922.443,20	**Patrimônio Líquido**	**108.047.443,13**	**106.002.969,88**
Impostos a Recuperar	3.743.390,24	3.743.390,24	**Capital Social**	**10.000.000,00**	**10.000.000,00**
(-) Tributos a Recolher - Proc. Administr. Compens.	(3.288.560,02)	(3.288.560,02)	**Reserva de Capital**	**216.176,54**	**216.176,54**
Outros créditos	5.272.500,00	6.678.500,00	**Reserva de Lucros**	**36.046.605,69**	**34.002.132,44**
Investimentos	**183.525,01**	**183.525,01**	Reserva Legal	2.000.000,00	2.000.000,00
Outros Investimentos e participações	183.525,01	183.525,01	Saldo a Disposição da Assembleia	34.046.605,69	32.002.132,44
Imobilizado	**85.818.858,03**	**86.150.527,96**	**Ajuste de Avaliação Patrimonial**	**61.784.660,90**	**61.784.660,90**
Imobilizado	92.564.171,29	92.426.881,73			
(-) Deprec. Acumuladas	(6.745.313,26)	(6.276.353,77)	**Total do Passivo + Patrimônio Líquido**	**115.815.143,88**	**115.281.943,41**
Total do Ativo	**115.815.143,88**	**115.281.943,41**			

Demonstração do Resultado do Exercício Em Reais

	31/12/2025	31/12/2024
Receita Operacional Bruta	**7.698.305,98**	**8.013.510,26**
Receitas com Alugueis	7.698.305,98	8.013.510,26
(-) Impostos s/Aluguéis	(284.688,64)	(296.450,23)
Receita Operacional Líquida	**7.413.617,34**	**7.717.060,03**
(-) Custo de Aluguéis	(21.333,11)	(34.591,72)
Lucro Operacional Bruto	**7.392.284,23**	**7.682.468,31**
Despesas Administrativas	(1.628.561,03)	(1.599.283,00)
Outras Receitas Operacionais Líquidas	(252.567,88)	340.000,00
Resultado Operacional antes das Despesas/ Receitas Financeiras	**5.511.155,32**	**6.423.185,31**
Receitas e Despesas Financeiras	2.680.255,00	1.816.307,32
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	**8.191.410,32**	**8.239.492,63**
Contribuição Social/ Imposto de Renda	(1.557.897,07)	(1.708.661,42)
Lucro Líquido do Período	**6.633.513,25**	**6.530.831,21**
Lucro líquido por Ação do Capital Social	**4,45**	**4,37**

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto - Em Reais

	31/12/2025	31/12/2024
Atividades Operacionais		
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	6.835.091,11	5.893.396,91
Atividades de Investimentos		
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(226.329,56)	388.480,86
Atividades de Financiamento		
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(4.500.000,00)	(6.000.000,00)
Variação Líquida nas Disponibilidades	**2.108.761,55**	**281.877,77**
Saldo de Caixa no Inicio do Período	13.698.239,31	13.416.361,54
Saldo de Caixa no Final do Período	15.807.000,86	13.698.239,31

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em Reais

				Reserva de Lucros			
Histórico	Capital Social	Reserva de Capital	Ajuste Avaliação Patrimonial	Lucros a Realizar	Legal	Lucros/ Prejuízos	Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2023	**10.000.000,00**	**216.176,54**	**61.784.660,90**	**31.644.096,23**	**2.000.000,00**	**-**	**105.644.933,67**
Dividendo Distribuídos Exercícios Ant.	-	-	-	(6.000.000,00)	-	-	**(6.000.000,00)**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	6.530.831,21	**6.530.831,21**
Lucros a Realizar	-	-	-	6.530.831,21	-	(6.530.831,21)	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	(172.795,00)	-	-	**(172.795,00)**
Saldo em 31/12/2024	**10.000.000,00**	**216.176,54**	**61.784.660,90**	**32.002.132,44**	**2.000.000,00**	**-**	**106.002.969,88**
Dividendo Distribuídos Antecipados	-	-	-	(4.500.000,00)	-	-	**(4.500.000,00)**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	6.633.513,25	**6.633.513,25**
Lucros a Realizar	-	-	-	6.633.513,25	-	(6.633.513,25)	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	(89.040,00)	-	-	**(89.040,00)**
Saldo em 31/12/2025	**10.000.000,00**	**216.176,54**	**61.784.660,90**	**34.046.605,69**	**2.000.000,00**	**-**	**108.047.443,13**

SÉRGIO BRUNO CESA
Diretor - CPF 003.513.690-15

NESTOR JOSÉ CESA
Diretor - CPF 057.426.410-87

FELIPE LUIS DE MARCHI
Contador - CRC RS 83.099 - CPF 836.582.110-91

AVISO: As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/

Azul recebe 42º Embraer 195-E2, o 1º jato incorporado à frota em 2026

A Azul recebeu a sua 42ª aeronave Embraer 195-E2. De prefixo PS-ADO e nomeada "Azul de Norte a Sul", a incorporação marcou a primeira entrega do modelo em 2026, dando continuidade ao plano de expansão e modernização da frota da companhia.

Segundo a companhia aérea, com a chegada da nova aeronave, a Azul avança em sua estratégia de renovação e padronização da frota com jatos de nova geração, ampliando a eficiência operacional e reduzindo custos por assento. "O Embraer 195-E2 apresenta redução de até 26% no CASK (custo por assento-quilômetro) em relação à geração anterior, além de contribuir para a diminuição da idade média da frota da companhia", diz a Azul por comunicado.

O Embraer 195-E2 é o avião comercial mais moderno já fabricado no Brasil, com capacidade para até 136 passageiros. O modelo conta com Wi-Fi a bordo, telas individuais em todos os assentos e motores de última geração, que reduzem em até 29% as emissões de CO_2 quando comparadas à geração anterior, além de oferecer menor nível de ruído e mais conforto a bordo.

"O E2 é uma aeronave central no planejamento de frota da Azul, porque reúne eficiência operacional, desempenho e redução de custos. Iniciar as entregas de 2026 com a 42ª unidade deste modelo reforça a consistência da nossa estratégia de renovação, com foco em uma frota cada vez mais moderna, competitiva e alinhada às necessidades de conectividade do Brasil", afirmou, por nota, Raphael Linares, diretor de Frota e Programas de Aeronaves da Azul.

Segundo a Azul, o jato partiu na sexta-feira do hangar da Embraer, em São José dos Campos (SP), com destino a Montevidéu (Uruguai), onde realizou as etapas iniciais do processo de nacionalização. Na sequência, a aeronave seguiu para Confins (MG) para concluir os procedimentos regulatórios antes de iniciar suas operações comerciais em toda a malha aérea da empresa.

alphaville Porto Alegre

ASSEMBELIA GERAL ORDINÁRIA

Senhores (as) Associados (as):

A Associação de Moradores do Residencial Alphaville Porto Alegre, por determinação do Sr. Presidente do Conselho Diretor (Art. 15 do Estatuto Social), convoca os(as) Senhores(as) Associados(as) para Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em: Data: **dia 31 de março de 2026;** Horário: **19 horas;** Local: Salão de Festas do Clube House, Alphaville Porto Alegre - PRESENCIAL.

A VOTAÇÃO OCORRERÁ EXCLUSIVAMENTE através da plataforma AVCOND, das 19h do dia 31/03/2026 até as 19h do dia 01/04/2026. Ordem do Dia: I. Análise das contas de 2025; análise do respectivo Parecer Fiscal e deliberação de ambos; II. Deliberação sobre a Previsão Orçamentária de abr/2026 a mar/2027 (já aprovada pelo Conselho Diretor, conforme prevê o Estatuto Social); III. Assuntos gerais de interesse da Associação.

Caso, algum Associado deseje outorgar procuração, a mesma deverá ser enviada até o dia 27/03/2026 para a Administração com nome, número de documento e e-mail do Procurador. As procurações **deverão ter firma reconhecida** da assinatura.

Porto Alegre, 09 de março de 2026.

Roberto Wallig Brusius Ludwig
Presidente do Conselho Diretor